

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

VERÔNICA DE BARROS SANTOS

CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DAS MULHERES NO
MOVIMENTO SINDICAL

São Cristóvão

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

VERÔNICA DE BARROS SANTOS

CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DAS MULHERES NO
MOVIMENTO SINDICAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira.

Linha de Pesquisa: Instituições, Movimentos Sociais e Políticas Públicas.

São Cristóvão

2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Verônica de Barros
S237c Condições de acesso e permanência das mulheres no
movimento sindical / Verônica de Barros Santos ; orientador
Wilson José Ferreira de Oliveira. – São Cristóvão, 2018.
128 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2018.

1. Sociologia. 2. Movimentos sociais. 3. Sindicalismo. 4.
Movimentos sociais. 5. Mulheres. 6. Sindicato dos Trabalhadores
Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de
Sergipe. I. Oliveira, Wilson José Ferreira de, orient. II. Título.

CDU 316.354:331.105.445-055.2

VERÔNICA DE BARROS SANTOS

CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DAS MULHERES NO
MOVIMENTO SINDICAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira.

Linha de Pesquisa: Instituições, Movimentos Sociais e Políticas Públicas.

São Cristóvão, 27 de fevereiro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira

Profa. Dra. Monika Weronika Dowbor da Silva

Prof. Dr. Marcelo Alário Ennes

AGRADECIMENTOS

Estas poucas linhas não são suficientes para dedicar os meus sentimentos a todos e todas que estiveram comigo neste percurso: mestres e mestras, orientadores e orientadoras, colegas de trabalho e de estudo, familiares, amigos. Assim, não citarei nomes, mas afirmo que, em cada linha deste trabalho há o que de mim resultou da convivência com todas as pessoas que estiveram comigo nestes dois anos.

A ideia de realizar o estudo surgiu da observação das relações sociais no meu próprio ambiente de convívio, a militância sindical. Foi na vivência enquanto mulher militante que as primeiras inquietações do mundo da vida invadiram as minhas ideias e ganharam forma, com o auxílio de pessoas experientes na jornada acadêmica. Com os colegas de trabalho e de estudo pude compartilhar dúvidas, conhecimentos e angústias. Com os familiares pude desfrutar da paz nos momentos difíceis e da compreensão pela minha ausência. Dos amigos recebi afeto e incentivos, o que me deu forças para continuar. Daqueles, que antes de mim se propuseram pensar sobre as diferenças de gênero na representação política, desfrutei dos resultados das suas reflexões.

A experiência acadêmica me proporcionou entrar em contato com o fazer e o pensar sociológicos. Assim, pude refletir sobre a vida em sociedade de outra forma, amparada na construção do pensamento científico, o qual preencheu alguns vazios das minhas observações primeiras. No período da realização da pesquisa, 2016 e 2017, vivemos um contexto social turbulento. Presenciamos a primeira presidenta do Brasil, sofrer o processo de impedimento político, além de outros acontecimentos que mudarem o curso da política brasileira.

Ironicamente, este estudo tem como temática a representação política da mulher, e consequentemente, esses acontecimentos políticos impactaram as reflexões. Pesquisar a história das mulheres na representação política e refletir o agora dos acontecimentos me colocou diante da complexidade das relações sociais de poder. Deparei-me com a condição da mulher na política nos dias de hoje e com as relações sociais de poder de GÊNERO.

No momento de finalização do estudo, esgotada pelo trabalho de produção acadêmica, escolhi como válvula de escape um momento de ócio prazeroso e comecei a assistir uma série de ficção científica intitulada, “The 100”. A série

tratava de diferentes grupos de pessoas lutando pela sobrevivência no planeta Terra após uma catástrofe nuclear. Entre tantas reflexões que a narrativa me apresentou, a que mais me chamou atenção, e não por acaso, foram as formas de organização política daqueles grupos. Os grupos eram formados por homens e mulheres, guerreiros e guerreiras e não havia entre eles distinção de papéis sociais baseado no gênero. Desse modo, o gênero não representava um marcador do poder, do lugar de homens ou de mulheres, da superioridade e inferioridade do sexo. Isso me fez pensar como as circunstâncias podem criar arranjos sociais que sedimentam crenças, valores e atitudes, e o quanto as pessoas podem reproduzir e serem vítimas dos próprios arranjos. Romper com esses modelos é apostar em transformações de paradigmas e empreender um processo de contestação da ordem, muitas vezes custoso para aqueles que se arriscam.

As mulheres fizeram isso quando passaram a reivindicar a participação nas decisões sociais. Encontramos na história contada, especialmente, na história recontada sobre os que antes não puderam falar personagens que, igualmente à série, subverteram a ordem diante das contingências e adversidades impostas. Na série, era necessário reaprender a viver no planeta, agora desconhecido após o desastre, e conviver com os seres humanos transformados pela catástrofe. A luta era pela sobrevivência, por isso, os arranjos de poder não se baseavam em condições de superioridade ou inferioridade construídas, mas pela capacidade de afirmação de cada um diante do desafio da sobrevivência. Apesar dos grupos lutarem entre si, a afirmação não vinha da força, mas da auto-organização e do enfrentamento estratégico perante os desafios.

A lição que retiro da série para pensar este estudo é que, o ser humano na luta pela sobrevivência ou pela afirmação sempre construirá jogos de poder. Esses jogos definem a vida em sociedade, quem serão os dominadores e os dominados. Contudo, é a partir da própria relação de dominação que se constitui a gênese da contestação e subversão da ordem.

Dedico este trabalho às mulheres que, com ímpeto e coragem enfrentaram o *status quo* social e os limites a elas impostos como condição da própria existência, ou seja, a própria condição de ser MULHER.

RESUMO

Este estudo é uma análise das condições de acesso e permanência das mulheres no movimento sindical. A temática está enquadrada nas discussões sobre a participação política das mulheres e o recorte é o movimento sindical. Considerando que os campos político e sindical foram tradicionalmente dominados pelos homens, e considerando a crescente participação de mulheres, objetivamos investigar os condicionantes da inserção delas nesses espaços. Para tanto, selecionamos como realidade a ser observada a categoria dos Técnico-Administrativos em Educação - TAE, formada pelos profissionais que compõem a esfera administrativa das instituições de ensino superior público brasileiro. Os quadros de representação, antes compostos predominantemente por homens, aos poucos sofreram modificações com a presença das mulheres. Em razão dessas mudanças, propomos pensar os mecanismos que as justificam e enquadramos a análise sob duas perspectivas. Na primeira, situamos a categoria dos TAE frente à instituição que a representa nacionalmente, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - FASUBRA Sindical. Nesse aspecto, analisamos a composição da direção nacional e das direções/coordenações dos sindicatos filiados, levando em consideração os percentuais e os lugares ocupados por homens e mulheres. Na segunda, selecionamos um dos sindicatos filiados, o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Sergipe – SINTUFS. Buscamos apreender as condições de acesso e permanência das mulheres com o enfoque nos aspectos relacionais em torno do engajamento das militantes. O estudo foi norteado a partir da sociologia da militância e da abordagem de gênero, e os principais conceitos e as noções empregados foram: trajetórias, carreiras, divisão sexual do trabalho, engajamento militante e vínculos sociais. Utilizamos diferentes estratégias metodológicas, tais como, a consulta a documentos, a aplicação de questionário, a observação participante e a entrevista biográfica. Identificamos a presença de muitas mulheres nas direções/coordenações das instituições de base da FASUBRA. Contudo, também foi observado diferenças em relação aos lugares ocupados por homens e por mulheres. Os vínculos sociais e algumas experiências encontradas nos itinerários das mulheres emergiram como mecanismo que servem para explicar a entrada e a permanência delas na liderança sindical. Entre os tipos de vínculos, os pessoais tiveram maior relevância, e as experiências educacionais foram os recursos mais significativos para o engajamento. Constatamos que, de modo geral, o aumento de mulheres no movimento sindical está associado à participação delas no mercado de trabalho e às transformações culturais e sociais que envolvem o papel da mulher na sociedade. As sindicalistas justificaram que, a conscientização da necessidade de ocupação dos espaços políticos pelas mulheres e, principalmente, o compromisso com a classe trabalhadora foram os motivos do seu engajamento militante.

Palavras-Chave: Participação da Mulher no Movimento Sindical; Diferenciação de Gênero; Divisão Sexual do Trabalho; Vínculos Sociais.

ABSTRACT

This study is an analysis of the conditions of access and permanence of women in the trade union movement. The issue is framed in the discussions on the political participation of women and the cut is the trade union movement. Considering that the political and trade union fields have traditionally been dominated by men, and considering the increasing participation of women, we aim to investigate the constraints of their insertion in these spaces. To that end, we selected as a reality to be observed the category of Technical-Administrative in Education - TAE, formed by professionals that make up the administrative sphere of Brazilian public higher education institutions. The representation tables, previously composed predominantly by men, gradually changed with the presence of women. Because of these changes, we propose to think the mechanisms that justify them and frame the analysis from two perspectives. In the first, we place the category of TAE in front of the institution that represents it nationally, the Federation of Trade Unions of Technical-Administrative Workers in Public Higher Education Institutions of Brazil - FASUBRA Sindical. In this regard, we analyze the composition of the national leadership and the directorates/ coordinations of the affiliated unions, taking into account the percentages and places occupied by men and women. In the second, we selected one of the affiliated unions, the Syndicate of Technical-Administrative Workers in Education of the Federal University of Sergipe - SINTUFS. We seek to understand the conditions of access and permanence of women with the focus on the relational aspects around the engagement of the militants. The study was guided by the sociology of militancy and the gender approach, and the main concepts and notions employed were: trajectories, careers, sexual division of labor, militant engagement and social bonds. We use different methodological strategies, such as document consultation, questionnaire application, participant observation and biographical interview. We have identified the presence of many women in the directorates/ coordinations of FASUBRA's basic institutions. However, differences were also observed in the number of places occupied by men and women. The social ties and some experiences found in women's itineraries have emerged as a mechanism to explain their entry and stay in union leadership. Among the types of links, the personalities were more relevant, and educational experiences were the most significant resources for engagement. We find that, in general, the increase of women in the trade union movement is associated with their participation in the labor market and the cultural and social transformations that affect the role of women in society. The unionists justified that the awareness of the need to occupy political spaces by women and, especially, the commitment to the working class were the reasons for their militant engagement.

Key Words: Women's Participation in the Trade Union Movement; Gender Differentiation; Sexual Division of Labor; Social Links.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação dos dirigentes máximos do Sindicato do corpo administrativo da Universidade Federal de Sergipe, os períodos de gestão e denominação	28
Tabela 2 - Relação das entrevistadas e algumas referências pessoais	50
Tabela 3 - Composição da Direção Nacional da FASUBRA - biênio 2015- 2017.....	107
Tabela 4 -Composição da direção/coordenação do SNTUFMT Sindicatos dos trabalhadores em educação da Universidade Federal do Mato Grosso	107
Tabela 5 - Composição Direção/Coordenação do SISTA Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul	108
Tabela 6 - Composição coordenação/direção SINT-IFES/Go - Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás	108
Tabela 7 - Composição coordenação/direção SINTFUB - Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília	108
Tabela 8 - Composição coordenação/direção INTESPB - Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior da Paraíba	109
Tabela 9 - Composição coordenação/direção ASSUFBA - Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativo da Universidade Federal da Bahia – UFBA/UFRB	109
Tabela 10 - Composição coordenação/direção SINTUFAL - Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Alagoas	110
Tabela 11 - Composição coordenação/direção SINTUFEPE - Sindicato dos trabalhadores da Universidade Federal de Pernambuco – UFEPE seção sindical	110
Tabela 12 - Composição coordenação/direção SINTEST/RN - Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior	110
Tabela 13 - Composição coordenação/direção SINDTIFES/PA – Universidade Federal do Pará - UFPA	111
Tabela 14 - Composição coordenação/direção SINTUFS – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal de Sergipe	111
Tabela 15 -Composição coordenação/direção SINTEMA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Terceiro Grau no Estado do Maranhão	111
Tabela 16 - Composição coordenação/direção– Sindicato dos trabalhadores de ensino superior do estado do Amazonas	112

Tabela 17 - Composição coordenação/direção Sindicato dos trabalhadores em educação da fundação Universidade Federal de Rondônia SINTUNIR	112
Tabela 18 - Composição coordenação/direção Sindicatos dos Trabalhadores da Universidade Federal Fluminense – UFF - SINTUFF	112
Tabela 19 - Composição coordenação/direção Sindicatos dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ - SINTUFRJ	113
Tabela 20 - Composição coordenação/direção Associação dos Servidores da UNIRIO – ASUNIRIO	113
Tabela 21 -Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino Superior - SINDIFES (UFMG, CEFET-MG, UFVJM, IFMG)	113
Tabela 22 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Técnico-Administrativos em educação das instituições federais de ensino de Lavras - SINDUFLA	114
Tabela 23 - Composição coordenação/direção Associação dos Servidores Administrativos da Universidade Federal de Viçosa - ASAV	114
Tabela 24 - Composição coordenação/direção Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFOP - ASSUFOP	114
Tabela 25 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia - SINTET-UFU	115
Tabela 26 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Município de Uberaba - SINTE-MED	115
Tabela 27 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal De São Paulo – UNIFESP - SINTUNIFESP	115
Tabela 28 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores do Centro Estadual de Educação e Tecnológica "Paula Souza" - SINTEPS	115
Tabela 29 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de São Carlos – SINTUFSCAR	116
Tabela 30 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Espírito Santo - SINTUFES	116
Tabela 31 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRRJ e NBSP - SINTUR-RJ	116

Tabela 32 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP – STU	117
Tabela 33 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora – MG - SINTUFEJUF	117
Tabela 34 - Composição coordenação/direção Associação dos Funcionários da FUNREI - SINDS - UFSJ	117
Tabela 35 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina - SINTUFSC	118
Tabela 36 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná - SINDITEST-PR	118
Tabela 37 - Composição coordenação/direção Associação Classista do Pessoal Técnico-Administrativo da FURG - APTAFURG	119
Tabela 38 - Composição coordenação/direção Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre ASSUFRGS	119
Tabela 39 - Composição coordenação/direção Campus da Universidade Federal de Santa Maria - ASSUFSM	119
Tabela 40 - Composição coordenação/direção Associação Servidores da Universidade Federal de Pelotas -ASUF/Pel	120
Tabela 41 - Composição coordenação/direção SINDIPAMPA - Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal do Pampa	120

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 O Objeto do Estudo e o Problema da Pesquisa	17
SEÇÃO 1 A CATEGORIA DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO NO CENÁRIO DO SINDICALISMO BRASILEIRO	24
1.1 A Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - FASUBRA Sindical	24
1.2 O Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Sergipe – SINTUFS.....	28
1.3 Desenvolvimento da Pesquisa	35
1.4 Organização das entrevistas	41
1.5 Conclusões	44
SEÇÃO 2 DIFERENTES TRAJETÓRIAS E O ENGAJAMENTO NA CAUSA MILITANTE	46
2.1 Aspectos das Trajetórias e dos Perfis das Militantes Sindicais	49
2.2 A Importância da Socialização Familiar, Escolar e Profissional para o Engajamento Individual	57
2.3 Os Vínculos Afetivos como Motivação e como Barreira ao Engajamento Militante	65
2.4 A Concepção das Militantes Sobre o Papel da Mulher na Política	70
2.5 Conclusões	78
SEÇÃO 3 OS VÍNCULOS SOCIAIS COMO PRINCÍPIOS DA ENTRADA E PERMANÊNCIA NA CARREIRA MILITANTE	80
3.1 Análises dos vínculos sociais a partir dos subgrupos	81
3.2 Vínculos Institucionais	86
3.3 Vínculos Pessoais	88
3.4 Os Grupos e os Vínculos Formados nas Disputas	92
3.5 Conclusões	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
APÊNDICE	107
APÊNDICE A	108

APÊNDICE B	122
APÊNDICE C	126
APÊNDICE D	127

APRESENTAÇÃO

As desigualdades de gênero na política se apresentam de diferentes formas: a baixa participação em mandatos eletivos, as dificuldades para acessar cargos de maior hierarquia nas instâncias de poder e a pouca notoriedade aos debates sobre a condição da mulher na sociedade, são algumas delas. Como tentativa de reversão desse quadro, o movimento feminista e segmentos da sociedade liderados por mulheres, se apoiaram em reivindicações por ações afirmativas de promoção da participação da mulher na política, que geralmente são implantadas na forma de cotas e da paridade representativa¹.

A Argentina foi o primeiro país do mundo a legalizar as ações das cotas de gênero. A Lei 24.012, aprovada em 1991, estabeleceu a obrigação de incorporar pelo menos 30% de mulheres nas listas nacionais do Poder Legislativo. Com a decisão, outras medidas de ações afirmativas, no mesmo sentido, foram adotadas na região e no resto do mundo. “Na América Latina, 15 países promulgaram leis de cotas, e quase a metade dos países do mundo contam hoje com tais medidas” (MARTELOTTE, 2016, p. 92).

Na Europa, alguns países já haviam adotado normas de incentivo às cotas de gênero na década de 1970. Posteriormente, estas ações foram avaliadas no sentido de identificar o seu real funcionamento. No bojo dessa avaliação, a França inovou sendo pioneira no reconhecimento da paridade de gênero (PRÁ, 2013, p. 28), aprovando a primeira lei sobre paridade em 08 de julho de 1999 (BERINI; LÈPINARD, 2004, p. 71). A avaliação do funcionamento das cotas e a perspectiva da paridade representativa faziam parte da conjuntura internacional do debate sobre a participação política da mulher. O Brasil e outros países da América Latina sofreram influências desse movimento nos anos de 1990 (PRÁ, 2013, p. 17).

No Brasil, a Lei Eleitoral Nº 9.504 de 30 de setembro de 1997, alterada pela Lei Nº 12.034, de 29 de setembro de 2009², estabeleceu regras para o preenchimento das

¹ Há diferenças entre a natureza das medidas que instituem as cotas de gênero e a paridade representativa. As cotas dizem respeito a um percentual definido em lei para as candidaturas femininas e/ou masculinas. A paridade, considerada por alguns autores como uma evolução nas políticas afirmativas de promoção da mulher na política, diz respeito à alternância das candidaturas masculinas e femininas. A paridade representativa foi usada como conceito no colóquio organizado pelo Conselho da Europa, celebrado em Estrasburgo em 1989. Consolida-se com a Declaração de Atenas de 1992 (QUINTELA; DIAS, 2016, p.62).

² Lei Nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, dispõe que “do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o

candidaturas, levando em consideração a questão das desigualdades de gênero. Com a alteração, os partidos e as coligações ficaram obrigados a preencherem as listas, com no mínimo 30% e no máximo 70%, de candidaturas do mesmo sexo.

Com base em um apanhado de estudos que tratam das referidas ações afirmativas de promoção da participação feminina na política, é possível declarar que estas não vão muito além da instituição dos percentuais, das cotas, da paridade e das propagandas partidárias convocando-as à filiação e à candidatura. Ademais, nem sempre as leis são cumpridas pelos partidos políticos e pelas coligações. Desse modo, mesmo diante das ações afirmativas e da ampliação do debate sobre a participação feminina, a presença delas nos postos de comando político ainda é pequena.

Além da baixa participação, a diferença dos lugares ocupados por homens e por mulheres é outro fator de desigualdade bastante perceptível nos cenários de representação política. Mesmo quando elas alcançam os espaços políticos, nem sempre ocupam os níveis de maior hierarquia. Para Biroli (2016, p. 719) este fenômeno se constitui na divisão sexual do trabalho político e evidencia relações de poder nos sistemas de representação. É comum encontrar homens exercendo as funções do topo da estrutura, além daquelas mais voltadas às questões da racionalidade, da objetividade e do controle. Em contrapartida, as mulheres ocupam posições de menor hierarquia e aquelas voltadas às tarefas que estão mais relacionadas aos sentimentos e aos cuidados, ou seja, mais próximas das funções sociais que geralmente são exercidas por elas, como os cuidados do lar e com a família.

Neste estudo, buscamos refletir acerca do engajamento militante de mulheres, levando em consideração os dois fatores acima mencionados como indicadores das desigualdades de gênero no âmbito da representação política. A diferenciação percebida a partir do marcador sexo pode ser identificada de duas maneiras: em termos percentuais, marcada pela diferença entre o número de homens e de mulheres representantes, e, em termos de posições assumidas nos quadros de representação, tanto do ponto de vista da hierarquia dos espaços ocupados, quanto das temáticas assumidas por homens e por mulheres.

Tendo em vista os dois fatores mencionados, a saber: a baixa participação e a diferenciação de gênero na ocupação dos espaços, pensamos a atuação política feminina considerando por um lado, a pequena representação, mas por outro, a presença crescente

máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm.

de mulheres na liderança política, ainda que esta presença esteja condicionada à assunção de papéis que expressam os atributos definidos culturalmente como femininos. Em vista disso, refletimos a respeito das transformações nos quadros de representação política e consideramos os princípios lógicos e os reflexos dessas transformações.

Para melhor esclarecimento, chamamos de quadros de representação a composição do cenário ou do conjunto de representantes, que geralmente são eleitos. E estamos definindo como princípios lógicos, os parâmetros de organização da representação política com base nos papéis sociais.

O universo de análise desta pesquisa é a categoria profissional dos Técnico-Administrativos em Educação - TAE, formada pelos profissionais que compõem a esfera administrativa das instituições de ensino superior público brasileiro. Identificamos os dois marcadores da diferenciação de gênero mencionados acima, ao observarmos as mudanças ocorridas nos quadros de representação sindical nos últimos anos. Estes quadros, antes compostos predominantemente por homens, aos poucos foram se modificando pela presença de mulheres. Para compreender esse processo de transformação, procuramos entender as condições da afiliação das mulheres nesses espaços antes fechados ou pouco atraentes para elas.

Estudamos a categoria dos TAE sob a perspectiva geral, situando-a frente à instituição que a representa nacionalmente, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - FASUBRA Sindical. Neste aspecto, analisamos a composição da direção nacional e das direções/coordenações dos sindicatos filiados, levando em consideração os percentuais e os lugares ocupados por homens e mulheres. Sob a perspectiva mais específica, selecionamos um dos sindicatos filiados à Federação, o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativo em Educação da Universidade Federal de Sergipe - SINTUFS. Nesse nível, centramos a análise nas lógicas e nas dinâmicas próprias de funcionamento da instituição e da organização do próprio movimento sindical. Observamos as trajetórias das mulheres que acessaram os postos de comando do sindicato, a fim de apreender as condições de possibilidades das mudanças ocorridas, e os vínculos sociais estabelecidos em torno do ambiente de trabalho e da militância.

A partir dos itinerários das militantes, objetivamos apreender as condições da entrada delas na direção sindical, como algumas acessaram os postos de maior hierarquia, e como se explica a constituição das carreiras militantes iniciadas no

sindicato. Desse modo, a análise das trajetórias possibilitou a localização do objeto da pesquisa diante dos arranjos mais elementares.

A observação dos aspectos relacionais foi a estratégia de pesquisa que possibilitou destacar os vínculos sociais, constituídos no âmbito institucional do trabalho e do sindicalismo, como motivadores do engajamento e como princípios do exercício da militância. Os vínculos institucionais firmados em torno do ambiente do trabalho e do sindicato, e os vínculos pessoais, especialmente entre homens e mulheres, foram observados e analisados à luz da abordagem de gênero. Embora a categoria gênero³ tenha uma dimensão conceitual diferente do marcador sexo, adotamos como mecanismo analítico para pensar as desigualdades marcadas pelo sexo, encontradas no exercício da representação sindical.

O universo da pesquisa é delimitado às instâncias de comando da categoria dos TAE, são elas: a Direção Nacional - DN⁴, órgão de maior hierarquia da Federação, formado por representantes das direções/coordenações dos seus sindicatos de base; e as direções/coordenações dos sindicatos de base.

A composição da DN e das direções/coordenações dos sindicatos de base foi analisada nesta pesquisa, a fim de identificar os percentuais de lideranças homens e mulheres, bem como, as pastas por eles ocupadas, levando em consideração o grau de hierarquia e os assuntos que versam. Constatamos o aumento do número de mulheres na DN, principalmente nas últimas sete gestões (de 1997 a 2014) e, também, a presença de muitas mulheres nas direções/coordenações dos mandatos vigentes entre os anos de 2016 e 2017. Em Relação aos lugares ocupados, o levantamento da composição dos sindicatos de base revelou uma tendência à divisão sexual do trabalho. Enquanto os homens ocupam os postos de maior hierarquia e aqueles voltados aos assuntos burocráticos, por exemplo, o financeiro, o jurídico, o administrativo, as mulheres ocupam os lugares de menor hierarquia e aqueles voltados aos assuntos dos cuidados e

³ A literatura feminista problematizou o uso da categoria gênero atrelada ao sexo biológico. Uma das principais contribuições foi dada pela historiadora Norte-Americana Joan Scott. Para a autora o gênero é uma categoria útil para pensar homens e mulheres dentro das relações sociais e culturais. As análises sobre as desigualdades de gênero que isolam homens e mulheres desconsideram as relações de poder circunscritas às desigualdades (SCOTT, 1990).

⁴ A Direção Nacional é composta por representantes das direções/coordenações dos sindicatos de base, e eleita no Congresso Nacional da FASUBRA, realizado ordinariamente a cada dois anos. Informações extraídas do Estatuto da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA Sindical. Disponível em: <http://www.fasubra.org.br/>.

da sensibilidade, tais como, assistência social, aposentadoria e terceira idade e a própria questão de gênero.

Apesar da reprodução de um padrão baseado na divisão dos papéis sociais, é inquestionável a crescente participação feminina. Por essa razão, buscamos entender ao nível de um dos sindicatos filiados, quais as condições de possibilidades da inserção de mulheres em um universo tradicionalmente dominado pelos homens. O SINTUFS foi escolhido como caso a ser estudado, uma vez que identificamos um processo de transformação na composição das suas direções. Partimos da constatação da mudança de uma realidade, em que, a presença de mulheres passou da quase ausência para equivalência em relação aos homens.

Escolhemos analisar uma realidade a partir do seu processo de transformação, a fim de entender o contexto e os agentes das mudanças. Tal processo trata-se do crescimento da participação política feminina no movimento sindical. Percebemos que a implantação de ações afirmativas de promoção da participação feminina e a ampliação do debate foram questões que influenciaram esse crescimento. Contudo, a crescente presença não significa a participação efetiva, ou seja, nem sempre as mulheres são as protagonistas das ações políticas. Diante dessas conclusões, decidimos pensar as relações sociais em torno da militância, com o objetivo de identificar as condições estruturais e subjetivas do engajamento político das mulheres, como elas acessam os postos de liderança e como são constituídas as suas carreiras militantes.

1 O Objeto de Estudo e o Problema da Pesquisa

O objetivo deste estudo é apreender as condições de acesso e permanência das mulheres na militância sindical, diante do processo de transformação de uma realidade de quase ausência para a forte presença delas. Escolhemos concentrar a análise neste tipo de movimento por três razões. Primeiro, pela semelhança com a representação político-partidária, enquanto espaço historicamente dominado pelos homens. Contudo, consideramos que, cada campo possui características próprias que influenciam as dinâmicas organizacionais, como a imbricação com aspectos do mundo do trabalho, no caso do sindicalismo. A segunda razão é a necessidade de investigar como tais especificidades do mundo do trabalho emergem no movimento, a exemplo de, como a presença de mulheres nos sindicatos está atrelada ao tipo de categoria profissional. Em profissões onde predomina a presença de mulheres, há uma tendência à maior

participação sindical delas, como se verifica nas atividades de trabalho na área da educação, da saúde humana e dos serviços sociais, conforme pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2010⁵. A terceira razão é a oportunidade de acompanhar o dia a dia de uma instituição e, neste contato, observar a cultura institucional e as relações entre os participantes, o que nos permite estabelecer comparação com a ordem geral das coisas.

Os três motivos destacados ajudaram na ampliação da análise englobando os aspectos estruturais, culturais e subjetivos, e assim pudemos avançar no estudo acerca da representação política feminina e enriquecer as análises sobre o objeto.

Escolhemos refletir sobre a presença da mulher no sindicalismo procurando dar maior atenção aos sujeitos do que a quantidade de mulheres inseridas. Buscamos identificar quem são elas, como acessaram o sindicato e como é a sua relação com o movimento. Entretanto, mesmo não sendo o objeto central deste estudo, inicialmente foi necessário atentar para a questão numérica, visto que a participação feminina é percebida em termos percentuais. Partimos de um contexto onde se visualizava somente homens à frente, para crescente inserção e liderança das mulheres.

Com essa percepção da realidade desejamos compreender as interações que explicam as dinâmicas e as lógicas próprias desses espaços transformados, como as relações são estabelecidas entre os atores sociais e o reflexo delas sobre as questões estruturais. Explicando de outra forma, queremos entender como a ação política das mulheres pode ser explicada pelas mudanças ocorridas no movimento sindical diante de questões culturais e das estruturas da sociedade (ALEXANDER, 1998, p. 26).

As mudanças a que nos referimos aconteceram no contexto das transformações do sindicalismo brasileiro. O período entre os anos de 1930 a 1970 compreende a criação e expansão dos sindicatos no Brasil. A ampliação do mercado de trabalho apoiado no núcleo moderno dos empregos possibilitou aos sindicatos aumentar suas bases de representação e de interesses (POCHMANN, 2005, p. 166). Os anos de 1980 representaram o auge do sindicalismo brasileiro, denominado de novo sindicalismo⁶.

⁵ Pesquisa realizada pelo IBGE sobre ocupação feminina em espaços de poder. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/1075/cd_2010_trabalho_rendimento_amostra.pdf.

⁶ A denominação "novo sindicalismo" expressou as concepções e as práticas sindicais emergentes no período, que contestaram as marcas do sindicalismo atrelado ao Estado institucionalizado no Estado Novo de Getúlio Vargas, defenderam a liberdade de organização e a autonomia sindical, o afastamento do Estado da esfera das relações do trabalho, e buscaram estabelecer modalidades mais democráticas de relacionamento com os/as trabalhadores/as (DELGADO, 1996, p. 38).

Nessa década há uma ascensão de movimentos organizados em torno de diferentes bandeiras e causas, e por diferentes atores.

A emergência desses movimentos no cenário internacional ocorreu nas últimas décadas do Século XX. No mesmo contexto, a "luta por reconhecimento" (FRASER, 2006, p. 231) se constitui como uma temática que amplia as reivindicações. Essas novas configurações observadas nos movimentos sociais aconteceram como desdobramento das mudanças estruturais nas sociedades capitalistas ocidentais, e como destaque estão os movimentos das mulheres, dos ambientalistas, dos estudantes, e pela paz (GONH, 1997, p. 82).

O mesmo período em que o movimento sindical brasileiro passa por transformações no seu próprio modo de organização, o movimento feminista ganha destaque nos ciclos culturais, acadêmicos e nos movimentos de rua. Essas coincidências contextuais podem explicar, também, um maior interesse das mulheres na participação política.

Maria Berenice Godinho Delgado, em sua dissertação sobre a organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores - CUT descreve a inserção das mulheres no movimento sindical brasileiro pelo desdobramento de três processos que se entrecruzaram: a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho; o movimento de mulheres e o feminismo; e o novo sindicalismo. Podemos dizer, então, que diante do fértil contexto histórico de transformações sociais, a entrada da mulher no movimento sindical e a emergência de um novo sindicalismo são partes de um mesmo processo, em que um exerceu influência sobre o outro. O estreitamento da relação entre sindicalismo e feminismo se deu no terreno da renovação das práticas sindicais, e na emergência dos discursos públicos das mulheres através do movimento feminista e de grupos de mulheres (DELGADO, 1996, p. 38).

A abertura democrática e o contexto de mudanças culturais contribuíram para difusão das ideias sobre os direitos sociais que circulavam internacionalmente (PRÁ; CHERON, 2014, p. 59). As concepções de igualdade de gênero difundidas pelo movimento feminista estavam incorporadas a essas ideias, e trouxe as questões da vida privada para o debate público e a defesa da participação da mulher nas esferas sociais de poder e decisão. Nesse contexto, houve uma grande inserção de mulheres no mercado de trabalho brasileiro e nos sindicatos de trabalhadores.

A inserção da mulher na política partidária, no movimento sindical e em outros espaços historicamente dominados pelos homens, resultou de contextos sociais de

transformação. Esses contextos não se constituem apenas a partir das estruturas sociais, mas é gestado nas transformações culturais, nas ações dos sujeitos e nas relações sociais. Nesse sentido, buscamos compreender como as mulheres influenciaram a abertura de um espaço convencionalmente masculino.

Os principais conceitos e abordagens desse estudo foram selecionados com a finalidade de compreender as condições estruturais de existência do objeto e a influência dos aspectos subjetivos em sua constituição. O termo participação é usado para designar o envolvimento político. Quando tratamos da militância, associamos à ideia do engajamento militante que, segundo Silva e Ruskowski (2016, p. 192) é uma ligação duradoura. No mesmo sentido, ao tratar da militância nos referimos ao engajamento continuado em uma causa, conforme explica Gaxie (2005, p. 161). Assim, nos baseamos nas ideias acima para analisar o envolvimento contínuo das militantes sindicais.

Sobre a divisão sexual do trabalho, tema muito referenciado na literatura feminista (BIROLI, 2016), usamos o conceito de Hirata e Kergoat (2007). A noção apresentada pelas autoras ajuda a interpretar os espaços ocupados pelas mulheres e as funções desempenhadas por elas no exercício da representação política, em analogia às funções sociais classificadas historicamente como femininas. Com base nessa leitura, buscamos entender se a ocupação desses lugares pelas mulheres se estabelece pela atribuição do papel a elas, pela identificação das próprias mulheres com as funções, uma vez que não são distantes do que elas já fazem em outras esferas da vida, ou se são espaços vagos, pelo fato de os homens não se interessarem pelos assuntos.

As noções de trajetória e de carreira foram úteis para compreensão dos percursos das militantes. A partir delas, observamos nos itinerários das participantes alguns elementos explicativos do processo de engajamento individual. Entre esses elementos estão os vínculos sociais, conceito mobilizado para interpretar os laços que configuram os arranjos formados no âmbito institucional da universidade e do sindicato, e aqueles que extrapolam esses limites. Esses enlaces emergiram na pesquisa como uma das principais condições da entrada das mulheres no sindicato, da ocupação de postos de maior hierarquia na estrutura sindical e da permanência na militância, inclusive constituindo e consolidando uma carreira militante. Os vínculos e as redes são úteis para analisar os mecanismos de recrutamento militante (MACADAM; PAULSEN, 1993).

Frente ao objeto desse estudo, qual seja: as condições de acesso e permanência das mulheres na militância sindical, adotamos as seguintes reflexões a respeito da

proposta da pesquisa: os tensionamentos sociais que resultam na convocação das mulheres à participação política; a condição da mulher implicar no engajamento; e se, uma vez inseridas, elas galgam uma carreira militante em consonância com a carreira dos militantes homens. Por fim, nos perguntamos se as condições de sucesso na militância, no sentido de ocupar posição de liderança ou permanecer por muito tempo na carreira, ocorrem para homens e mulheres da mesma forma.

Sistematizamos os procedimentos metodológicos do estudo sobre a participação política e a liderança de mulheres no sindicato, situando o objeto da pesquisa no panorama mais geral da Federação e do sindicalismo da educação pública federal, e, também, diante de um dos sindicatos da base, na tentativa de conhecê-lo no espaço onde é gestado. No primeiro momento voltamos a atenção ao número de participantes, considerando o gênero como um marcador. Nessa perspectiva, realizamos o levantamento da composição das direções/coordenações dos sindicatos filiados, e da direção nacional. No segundo momento procuramos identificar o perfil das militantes que estão à frente dos sindicatos da base da FASUBRA, e para isso aplicamos um questionário, a fim de observar de que modo os aspectos pessoais e militantes se entrecruzam em suas trajetórias.

Os primeiros dados nos levaram a tomar decisões sobre as perspectivas da pesquisa, consequentemente, sobre outras estratégias metodológicas a serem adotadas. O levantamento da composição evidenciou forte presença de mulheres nas direções/coordenações, mas também algumas diferenciações de gênero. Os perfis das militantes demonstraram algumas tendências próprias de uma militância coletiva e institucional, com traços próprios do sindicalismo.

Entretanto, percebemos que os aspectos gerais dos perfis estão ligados ao engajamento individual. Pois, se trata de diferentes percursos e experiências que levaram a determinado tipo de militância. Por tais razões, decidimos embasar o estudo sob a análise das trajetórias como ponto de partida para apreender a constituição das carreiras militantes. Com este fim, escolhemos como realidade empírica o Sindicato dos Técnico-Administrativos da Universidade Federal de Sergipe - SINTUFS, e o cerne da análise passaram são as trajetórias das mulheres que participaram/participam da direção do sindicato, com as quais realizamos 16 entrevistas biográficas.

As informações sobre o objeto foram encontradas em documentos das instituições interessadas na pesquisa, a FASUBRA, o SINTUFS e a UFS; em sites oficiais dessas e de outras instituições, também referidas na pesquisa; nas respostas dos

questionários; e nas narrativas das entrevistas. Os questionários foram aplicados a um grupo de mulheres presentes em uma plenária nacional. O objetivo foi identificar o perfil pessoal e militante dessas mulheres. Avançando na pesquisa, lançamos o olhar sobre as interações em torno do exercício da militância. Adotamos, então, a observação participante e acompanhamos de forma sistemática as atividades promovidas pelo SINTUFS.

A pesquisa seguiu um roteiro que gradativamente promoveu o aprofundamento da análise sobre o objeto. A entrevista biográfica constituiu a última etapa de levantamento dos dados. As entrevistas, em conjunto com a observação, permitiram uma maior aproximação com o objeto, uma vez que o enfoque foi dado sobre as relações sociais. Procuramos entrevistar o máximo de mulheres que participaram ou participam da direção/coordenação do SINTUFS. Identificamos o nome de dezenove, e dessas conseguimos entrevistar dezesseis. A conjugação dessas estratégias foi fundamental para levantar um número de informações e dados que nos permitiram desenvolver uma análise do objeto em seus aspectos mais gerais e nos mais específicos.

A estruturação desse estudo foi feita com o objetivo de tornar claro o processo de desenvolvimento da pesquisa. Ele está dividido em quatro partes, a apresentação e três seções. Na apresentação descrevemos as impressões sobre o objeto, situando-o no universo da pesquisa e evidenciando os conceitos e abordagens utilizados na análise. Apresentamos também as estratégias metodológicas que subsidiaram o processo de investigação e tratamento dos dados.

Na primeira seção, fazemos uma caracterização do universo da pesquisa descrevendo a realidade, as condições de existência do objeto e os atores que participaram do estudo. Nele, descrevemos o processo de desenvolvimento da pesquisa, desde os primeiros contatos com o objeto, passando pela experiência da pesquisadora no universo pesquisado, e pelos procedimentos metodológicos adotados para inserção, observação e interação com o grupo estudado.

Na segunda seção, foi feita uma narrativa das entrevistas e organizamos um quadro dos dirigentes sindicais, do qual retiramos o grupo de mulheres entrevistadas. Ainda nesta seção fizemos uma caracterização dos perfis das dirigentes, a partir de informações extraídas das suas narrativas sobre as próprias trajetórias.

A terceira seção apresenta e descreve os vínculos sociais identificados nas relações estabelecidas no exercício profissional e militante. Essa seção é o ponto central da pesquisa, uma vez que, identificamos os vínculos como os principais elementos que

explicam a entrada das mulheres no sindicato, a ascensão aos postos de maior hierarquia e a constituição de uma carreira, que em alguns casos, extrapola os limites do sindicalismo.

Na conclusão deste trabalho retomamos os principais argumentos e apresentamos as considerações que as análises permitiram alcançar. Esta pesquisa traz importantes reflexões sobre a representação política feminina, evidenciando a importância dos vínculos sociais para o engajamento militante de mulheres e apresentando algumas perspectivas analíticas sobre as condições dessa participação.

SEÇÃO 1 - A CATEGORIA DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO NO CENÁRIO DO SINDICALISMO BRASILEIRO

A estruturação de um panorama do universo da pesquisa foi um dos primeiros procedimentos adotados na investigação. A organização de um quadro mais geral sobre a realidade empírica forneceu subsídios para interpretar as condições reais de existência do objeto. Assim, buscamos apreender como a categoria dos TAE está localizada no cenário do sindicalismo brasileiro. Baseados nesse panorama, fizemos a caracterização do universo da pesquisa e munidos dessas informações traçamos os passos seguintes da investigação. Tendo em vista que a categoria dos TAE está posicionada em dois setores da sociedade, o sindicalismo e o mercado de trabalho, observamos a sua constituição na interação entre elementos desses dois mundos. Nesse sentido, levamos em consideração os aspectos relacionados ao movimento sindical, ao setor público, enquanto ramo do mercado de trabalho, e às profissões que compõem a categoria dos TAE.

Para adquirir uma visão geral do objeto, procuramos situá-lo no âmbito macroestrutural do sindicalismo da educação superior pública brasileira, a partir da instituição de representação nacional, a FASUBRA. Do mesmo modo, buscamos constituir uma visão mais específica situando o objeto em âmbito microestrutural e direcionando o enfoque ao SINTUFS e ao sindicalismo local. Essa aproximação nos permitiu entender como a categoria dos TAE se estrutura em seu tempo e espaço de existência, tomando como base uma breve caracterização do seu lugar de constituição.

1.1 A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - FASUBRA Sindical

A FASUBRA compõe a estrutura sindical do serviço público federal brasileiro, especificamente do ramo da educação superior. Representa a categoria dos TAE, que faz parte do percentual de 12,4% dos servidores das fundações públicas federais⁷. Em levantamento feito em 2015 pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, o número dos servidores civis ativos nas fundações federais equivale a 85.529, dos quais as mulheres representam 48% (MPOG, 2015). Os últimos dados da instituição

⁷ Os servidores públicos federais estão distribuídos, segundo natureza jurídica, da seguinte forma: 49,2% no Poder Executivo Federal, 38,4% nas autarquias federais e 12,4% nas fundações federais. Disponível em: <https://pep.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/>.

sobre o número de servidores é de 2007, e o quantitativo levantado é superior a 150 mil⁸.

A Federação é conhecida pelo histórico de lutas, geralmente empreendidas ao lado do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES, e do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE, ambos também vinculados ao ensino público federal, além de outras instituições representativas dos servidores públicos. Encontramos nos sites dessas instituições um histórico de atuação sindical que segue duas linhas: de reivindicação por questões própria da agenda do sindicalismo de trabalhadores, e de ações de protesto e defesa de causas sociais, em geral, por exemplo, a defesa da educação pública, a melhoria nos sistemas educacionais, políticas públicas econômicas e sociais de amparo às populações mais vulneráveis socialmente etc.

Encontramos no histórico institucional algumas ações empreendidas pela FASUBRA, entre as quais estão as seguintes reivindicações: em defesa da universidade pública, gratuita, autônoma, cidadã, crítica e referenciada socialmente; em defesa da manutenção dos Hospitais Universitários - HU vinculados às universidades e ao Ministério da Educação, com financiamento público; contra o modelo de fundação estatal de direito privado e a transformação dos HU nestas fundações; pela definição das Diretrizes de Planos de Carreira - DPC; em defesa das conquistas e manutenção dos direitos dos trabalhadores em geral; pelo aprimoramento da carreira dos trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino; pela definição de uma política salarial para os trabalhadores do serviço público; pela instituição da negociação coletiva e data-base no serviço público; contra a restrição do direito de greve; pela manutenção da paridade entre os trabalhadores ativos e aposentados; e contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores⁹. As pautas explicitadas acima servem para mostrar a linha de atuação sindical, na qual a FASUBRA está integrada, e o tipo de luta do sindicalismo universitário público brasileiro.

A Federação foi fundada em 19 de dezembro de 1978, sob a denominação de "Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras". Representa os trabalhadores e trabalhadoras das Instituições de Ensino Superior – IES em todo o

⁸ Dados encontrados no Histórico Institucional. Disponível em: <http://www.fasubra.org.br/>.

⁹ Informações extraídas do Histórico da Federação, publicado em 26 de outubro de 2007. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.fasubra.org.br/>.

território nacional. Em 2017, conta com quarenta e cinco sindicatos filiados, distribuídos por região da seguinte forma: quatro na região Centro-Oeste, dez na região Nordeste, quatro na região Norte, vinte na região Sudeste e sete na região Sul¹⁰.

É organizada estatutariamente como Direção Nacional e é composta por doze coordenações, dentre as quais, duas estão voltadas às questões de gênero e da mulher, e são elas: a Coordenação da Mulher Trabalhadora e a Coordenação de Políticas Sociais e de Gênero. A proposição de ações para maior inserção das mulheres no movimento sindical constitui atribuição destas coordenações. Geralmente essas ações são realizadas por meio de seminários, congressos, mesas de debates, onde os principais temas abordados são as relações de gênero na política, relações de gênero no trabalho, participação política da mulher e participação da mulher nos sindicatos.

Como forma de demonstrar a atuação da entidade no cenário nacional sobre as questões das mulheres e de gênero destacamos algumas atividades encontradas no Memorial dos 30 anos da FASUBRA¹¹, publicado em 2009. A Segunda Reunião de Mulheres da FASUBRA realizada no dia 9 de novembro de 1995, com a temática de gênero e o com recorte específico sobre a mulher trabalhadora, que teve como finalidade organizar grupos de discussão sobre o tema. Em 27 de março de 2003 a FASUBRA participou do lançamento da Marcha das Margaridas¹². No dia 26 de agosto de 2003 a Federação participou da mesma Marcha, promovendo uma integração nacional feminina desses sindicatos com mulheres das entidades de base de todo o país. De 17 a 19 de julho de 2009, participou do seminário promovido pela Internacional de Serviços Públicos - ISP, que teve como objetivo fazer um levantamento das barreiras sociais, culturais, religiosas e políticas enfrentadas pelas mulheres, bem como, as dificuldades que acabam se refletindo em menores remunerações.

Mapeamos no site e em documentos da Federação ações mais específicas às questões das mulheres e à questão do gênero. Algumas fazem parte do cronograma

¹⁰ Os dados foram encontrados no Estatuto da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA Sindical. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.fasubra.org.br/>.

¹¹ Memorial de 30 Anos Linha do Tempo - FASUBRA Sindical. Disponível em: file:///C:/Users/pc-01/Downloads/revista_fasubra.pdf.

¹² A Marcha das Margaridas é uma manifestação protagonizada por mulheres, principalmente pelo movimento de mulheres do campo, acontece desde o ano 2000 em Brasília e tem como principais bandeiras a garantia de alimentos, acesso à terra e valorização da agroecologia, autonomia econômica, acesso à saúde e o fim da violência sexista. O movimento foi inspirado na líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 por conta de sua militância em favor dos direitos humanos e da classe trabalhadora. Antes de 2015, as Margaridas haviam marchado em 2000, 2003, 2007 e 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/08/marcha-das-margaridas-defende-direitos-sociais-e-democracia>.

oficial das atividades, inclusive previstas no estatuto¹³, por exemplo, o Seminário da Mulher Trabalhadora, a Reunião de Mulheres da FASUBRA e o Seminário LGBT da FASUBRA. A existência de dispositivos normativos que recomendam a promoção de ações para incentivar a participação feminina nos sindicatos e a realização de atividades voltadas a esse fim amplia o debate sobre as questões de gênero e da mulher e podem colaborar para um maior engajamento das mulheres na militância sindical.

Um aspecto que também colabora para a disposição das mulheres ao envolvimento político está diretamente ligado a outras funções sociais, principalmente às relacionadas ao trabalho. As experiências e os conhecimentos adquiridos a partir dessas outras funções são meios para o engajamento militante. Estes meios são recursos sociais acumulados no curso das trajetórias que podem ser reconvertidos e ativados em outros espaços (PETRARCA, 2008, p. 42). No grupo das mulheres que fizeram/fazem parte da direção do SINTUFS, apenas uma não concluiu curso de graduação, ou seja, as mulheres do sindicato possuem alto grau de escolaridade, apesar de a categoria estar constituída em sua maioria por cargos de nível fundamental e médio.

Este dado chama a atenção e é útil para pensar a escolarização como um condicionante da participação feminina na militância sindical. Poderíamos formar um argumento mais completo, se tivéssemos informações sobre o grau de escolarização dos homens que participam do movimento. Digamos que, se esta informação estivesse disponível a nós e percebêssemos que não há diferenças entre a escolarização dos homens e das mulheres, ainda assim, poderíamos encontrar a diferença ao examinar se ambos fazem uso dos recursos escolares na atividade militante e se os lugares que ocupam estão associados a esses recursos. Dessa forma, poderíamos afirmar com maior precisão quão determinante são a formação escolar e o título acadêmico para entrada no sindicato.

Essa relação entre a formação profissional e o lugar ocupado no sindicato é percebida no grupo de mulheres que pesquisamos. Tal percepção nos permite afirmar que o recurso em questão é condicionante do envolvimento dessas mulheres no sindicato, ainda que não consigamos estabelecer uma condição direta. As mulheres que ingressaram na categoria nos últimos concursos públicos possuem um grau de

¹³ Consta no Estatuto da FASUBRA, no Capítulo II, Art. 3º, XIII - lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas, pelo respeito à justiça social, pelos direitos fundamentais dos homens, mulheres e crianças e pelo fim de toda e qualquer forma de opressão, exploração e discriminação. Disponível em: <http://www.fasubra.org.br/documentos/estatuto.pdf>.

escolarização mais elevados do que as mulheres que ingressaram a mais tempo e, nos últimos anos, elas têm se envolvido mais no sindicato.

Os argumentos acima nos colocam diante de uma problemática muito comum à ascensão de mulheres aos postos de liderança, em que elas precisam apresentar mais elementos que comprovem a sua capacidade para estar em determinado espaço, principalmente naqueles onde os homens tiveram ou ainda têm o domínio. É o caso da política, que por muito tempo foi um espaço essencialmente ocupado por homens, ou seja, um lugar de direito masculino.

A categoria dos TAE é constituída por cargos com baixa, média e alta exigência de escolarização, ensino fundamental completo ou incompleto, ensino médio e ensino superior. Nos últimos concursos públicos para preenchimento há pouca disponibilidade de cargos de nível fundamental. A demanda por profissionais mais capacitados para preenchimento dos quadros administrativos nas instituições de ensino superior brasileiras tem crescido, por essa razão, os concursos públicos têm priorizado cargos de nível médio e superior. Além disso, os serviços antes destinados aos cargos de nível fundamental têm sido executados por trabalhadores terceirizados, por exemplo, os serviços de limpeza, manutenção e segurança.

Diante desse contexto, percebemos que a categoria dos TAE tem passado por um processo de transformação que aos poucos pode ser identificada na configuração dos seus quadros, tanto do ponto de vista profissional nas instituições de ensino, como do ponto de vista da representação política sindical. Este é um fato que influencia as dinâmicas das instituições de ensino em que atuam e dos próprios sindicatos de representação. Assim, os quadros de representação podem ser indicativos do processo de mudança na esfera do mercado de trabalho e na esfera do sindicalismo brasileiro, sendo constituídos por novos segmentos, novos atores e empreendendo novas ações políticas.

1.2 O Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Sergipe – SINTUFS

As informações sobre o sindicato foram extraídas de documentos oficiais encontrados em sua sede. A partir de atas e de fichas de cadastro levantamos o histórico de formação do sindicato a fim de entender a sua constituição no tempo. Em 1974, foi fundada a Associação dos Servidores da Universidade Federal de Sergipe - ASUFS, que

representava a categoria dos técnico-administrativos e dos docentes da Universidade. Em 1998, foi transformada em Sindicato dos Trabalhadores em Instituições de Ensino Superior de Sergipe - SINTIESE, quando deixa de representar os docentes e passa a representar todos os servidores do corpo técnico do ensino superior do estado, incluindo funcionários do corpo administrativo de instituições privadas de Sergipe. Em 1995 passa a ser denominado Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Sergipe - SINTUFS, representando apenas os técnico-administrativos da UFS.

Durante esse percurso histórico o sindicato teve vinte e uma gestões. Sendo a primeira uma junta governativa, dezenove sob a forma diretoria, onde o cargo máximo é o de presidente, e uma sob a forma de coordenação colegiada, tendo como cargo máximo os coordenadores gerais. No ato de mudança do modelo de direção para coordenação, em janeiro de 2016, foi instituída a gestão paritária entre homens e mulheres.

No quadro de representação do dirigente máximo da instituição encontramos o nome de quatro mulheres, sendo uma presidenta por dois mandatos, duas vice-presidentas por um mandato e uma coordenadora geral. Esse dado direcionou o estudo para a análise das trajetórias dessas mulheres, ao percebermos que era importante saber quem são elas e as condições de possibilidades que concorreram para o ingresso na liderança sindical.

Podemos observar na tabela abaixo o quadro das referidas representações com os nomes dos dirigentes máximos de cada gestão do sindicato:

Tabela 1 - Relação dos dirigentes máximos do Sindicato do corpo administrativo da Universidade Federal de Sergipe, os períodos de gestão e denominação

Dirigente	Período da gestão	Denominação da entidade
Gildo Guimarães de Carvalho	jun/1976 a jul/1978	(ASUFS)
Hamilton Apolônio	jul/1978 a out/1980 e out/1998 a out/1982	(ASUFS)
Wellington Pinho Moreira	out/1982 a Jul/1983	(ASUFS)
Wagner Sá Santos	jul/1983 a ago/1983	(ASUFS)
Murilo Andrade Macedo	ago/1983 a abr/1985	(ASUFS)
João Barreto de Almeida	abr/1985 a ago/1986	(ASUFS)
Jorge Luiz Bezerra de Aragão	ago/1986 a set/1987 e set/1987 a	(ASUFS)

	set/1989	
Jairo de Araujo Andrade	set/1989 a fev/1990	(SINTIESE)
Jenival Alves Ribeiro	fev/1990 a jan/1992	(SINTIESE)
Edival Antônio de Góes	jan/1992 a fev/1993 e fev/1999 a fev/2002	(SINTIESE)
Antônio Fernando de Oliveira	fev/1993 a fev/1996	(SINTIESE)
Edson Silva Nascimento	fev/1996 a fev/1999	(SINTUFS)
Manoel Messias de Jesus	fev/2002 a fev/2005	(SINTUFS)
Joseilton Nery Rocha	fev/2005 a fev/2008	(SINTUFS)
Edjanária Barbosa da Silva Borges	fev/2008 a fev/2011 e fev/2011 a fev/2014	(SINTUFS)
Lucas Gama	fev/2014 a fev/2017	(SINTUFS)
Fabio dos Santos e Maria José Bryanne	jan/2016 a jan/2017	(SINTUFS)

Exposto o histórico de composição das direções do sindicato, é necessário voltarmos a atenção às trajetórias das mulheres visando conhecer os seus percursos e como foram constituídas as carreiras militantes. A noção de carreira foi adotada, tendo em vista que no estudo do militantismo, esta foi uma maneira encontrada para investigar "os processos de socialização que conduzem à participação em organizações e mobilizações coletivas" (OLIVEIRA, 2010, p. 53). Seguindo essa linha de pensamento, procuramos apreender os processos e condições de possibilidades do engajamento dessas mulheres, em um espaço que sempre foi dominado pelos homens, e a constituição de carreiras militantes nesses espaços.

Encontramos nomes de algumas mulheres desde o surgimento da associação que precedeu a organização sindical nos moldes atuais. Contudo, esse registro não demonstra a participação efetiva das mulheres, pois as atas e os documentos sugerem ou podem induzir à conclusão de que a função da maioria era de secretária, uma vez que eram mulheres que lavravam as atas. Não temos como confirmar que os postos que as mulheres ocupavam eram os da secretaria e atividades afins, pois não conseguimos encontrar alguns documentos mais antigos, e outros já não estão em bom estado de conservação. Mas, a partir dos registros das atividades contidas nas atas, identificamos que as funções que elas cumpriam de fato, eram geralmente as da secretaria.

Em 2005, uma mulher fez parte da direção do sindicato em uma posição mais estratégica, entendido o termo como se referindo a uma posição de comando, a da vice-presidência. Em seguida, essa mesma militante passa a ocupar o cargo de presidenta por dois mandatos seguidos, ficando na direção do sindicato de 2005 a 2014. No ano de 2014 foi eleita uma nova direção, formada por cinco homens e quatro mulheres, em que a presidência foi ocupada por um homem e a vice-presidência por uma mulher. Os registros das atividades realizadas no período em que esse grupo esteve no comando do sindicato estão bem organizados em atas e no site da instituição. O contato com estas informações nos permitiu conhecer melhor a atuação das mulheres que fizeram parte dessa gestão.

Embora, nessa gestão o sindicato estivesse organizado em torno de 8 diretorias que tratavam de assuntos diversos, como políticas sociais, esporte e lazer, aposentadoria, formação política e sindical, a atuação se concentrou nas questões mais trabalhistas, tendo em vista que, nesse período aconteceram três greves. As pautas eram organizadas em nível local, no âmbito da universidade, e em nível nacional, no âmbito do governo federal.

Nas entrevistas, as mulheres que fizeram parte dessa gestão comentaram que a atuação da pasta que estavam à frente ficou prejudicada, uma vez que, a luta política local e nacional era mais urgente. Elas tiveram que direcionar os seus esforços para agir em unidade com os demais diretores. Aqui encontramos uma atuação entre homens e mulheres mais integrada. Mesmo elas estando em pastas que tratavam de assuntos não, especificamente trabalhistas, atuavam em conjunto com os homens da direção.

A unidade na luta mencionada pelas sindicalistas nos levou a pensar que não havia distinção entre a atuação política dos homens e das mulheres dessa direção. No entanto, quando tratamos dos processos de tomada de decisão entre os membros da direção, encontramos algumas tensões que revelam que as mulheres não conseguiam impor as suas opiniões tanto quanto os homens. Assim, percebemos as nuances das desigualdades de gênero no exercício da militância. Comentamos sobre esse assunto na seção 2, que trata das trajetórias das militantes.

Em 2016, foi eleita a primeira coordenação colegiada, composta de vinte membros, onze homens e nove mulheres. Essa formação procurou seguir a alteração estatutária do SINTUFS, feita no congresso do sindicato realizado no ano de 2016. A alteração trata da composição da coordenação paritária em termos de gênero. As entrevistadas afirmaram que o grupo que se organizou para montar a chapa e concorrer

à eleição procurou cumprir a recomendação sobre a paridade, mas encontrou como barreira a falta de mulheres interessadas em participar da eleição para o sindicato.

Esse fato não é incomum nos contextos políticos de representação, inclusive é uma das dificuldades encontradas pelos partidos para fecharem as suas listas de candidatos. Mais do que um mero impasse no campo político, as desigualdades de gênero nos espaços de representação refletem uma questão social mais complexa, a qual envolve a democratização dos espaços de representação e as barreiras culturais que ainda dividem os papéis sociais com base no marcador sexo. Portanto, o mundo da política é permeado por mecanismos de regulação que acabam perpetuando determinadas práticas.

Norris e Lovenduski (1993) explicam que o jogo político é formado por dois lados, o da oferta, onde estão os indivíduos que são os candidatos, e o da demanda, onde estão os partidos políticos. Nesse jogo, estão envolvidos a origem social, as motivações, os recursos, o grupo dos elegíveis, as regras de recrutamento e o *staff* dos partidos. Portanto, a entrada na disputa por um espaço de representação política é permeada por mecanismos de regulação próprios deste campo. O gênero é mais um elemento que, inserido neste conjunto, influencia as oportunidades de participação. Isso nos coloca diante de uma problemática frequente no mundo da política e nos leva a pensar sobre os problemas culturais e sociais que continuam a afastar as mulheres da política.

No caso dessa pesquisa, esses problemas culturais e sociais são analisados sob o enfoque da militância sindical. Diante disso, perguntamos quais são as desigualdades que impedem o engajamento militante e quais são as barreiras que dificultam o interesse feminino pela causa política e trabalhista. Com base nos dados extraídos nos discursos das participantes e nas observações, as relações afetivas aparecem como uma barreira ao envolvimento político. Muitas mulheres da amostra são solteiras, afirmaram não ter relacionamentos e não têm filhos. Complementaram que as "companheiras" que são casadas e têm filhos, mesmo sendo engajadas, enfrentam dificuldades para participar e precisam gerir suas relações afetivas muito mais que os homens. Esse é um exemplo de barreira para participação política feminina encontrada na nossa amostra da pesquisa, mas que sabemos não se restringe somente a esse grupo pesquisado. Apesar dos avanços sociais e culturais relacionados às configurações da instituição familiar e ao papel da mulher, na maioria das sociedades, as obrigações com o lar e com a família continuam sendo assumidas pelas mulheres.

Ainda refletindo sobre as condições de engajamento militante das mulheres, buscamos compreender melhor como a categoria dos TAE está organizada na Universidade Federal de Sergipe. Com esse fim, consultamos um material sobre dimensionamento de pessoal técnico-administrativo produzido pela UFS¹⁴. Nele, constatamos que a Universidade conta com 1.474 (mil quatrocentos e setenta e quatro) servidores técnico-administrativos ativos, 773 (setecentos e setenta e três) são mulheres e 701 (setecentos e um) são homens. Para ampliar a noção, pesquisamos o número de sindicalizados ao SINTUFS, que em 2017 era de aproximadamente 1.070 (mil e setenta). Infelizmente não foi possível acessar a informação do quantitativo de homens e mulheres sindicalizados, esse dado poderia esclarecer melhor algumas questões de gênero. Embora haja mais mulheres técnico-administrativas na UFS do que homens, a atuação delas no sindicato é mais destacada nos últimos quatro anos. Este fato nos leva a indagar quais foram as transformações que permitiram as mudanças na configuração de gênero na liderança sindical, se subjetivas, se estruturais, ou a combinação delas.

Em Sergipe, três sindicatos representam trabalhadores da educação federal pública: a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe - ADUFS Seção Sindical, a Seção Sindical do Instituto Federal de Sergipe - SINASEFE e o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Sergipe - SINTUFS. Essas três instituições representam uma parcela significativa de sindicalizados e muitas vezes lideram ações políticas no estado.

Em Sergipe, existem alguns sindicatos do funcionalismo público federal e estadual que se destacam no panorama dos movimentos sociais, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe - SINTESE, do Sindicato Unificado dos Trabalhadores Petroleiros, Petroquímicos, Químicos e Plásticos nos Estados de Alagoas e Sergipe - SINDIPETRO, do Sindicato da Previdência de Sergipe - SINDIPREV, e do Sindicato dos Bancários de Sergipe - SEEB/SE. Tomando como base as instituições sindicais mencionadas, observamos que os seus quadros de direção são compostos em sua maioria por homens, exceto o SINTESE, o sindicato de professores da educação básica estadual, com um quadro formado em sua maioria por mulheres¹⁵. Os dados sobre as lideranças desses sindicatos corroboram com a hipótese levantada no início desse estudo, sobre a correlação entre o

¹⁴ Dimensionamento de pessoal técnico-administrativo 2016: Universidade Federal de Sergipe. (CÔRREA, et al., 2017).

¹⁵ Diretoria Executiva e Conselho Fiscal 2016 - 2019 do SINTESE. Disponível em: <http://sintese.org.br/index.php/quem-somos/diretoria-executiva>.

percentual de mulheres em determinada categoria profissional e a sua representação e participação político-sindical.

Nos últimos três anos essas instituições têm se articulado para organizar a luta local e nacional e o SINTUFS tem participado do planejamento e das ações políticas. Além disso, o sindicato tem protagonizado debates em defesa da educação pública superior e do serviço público¹⁶, e contra a privatização do Sistema Único de Saúde - SUS¹⁷. A atuação é direcionada ao Estado na esfera judiciária na condição de autor de ações trabalhistas, junto ao Ministério Público na realização de denúncias e na esfera do legislativo, promovendo debates públicos junto à casa legislativa estadual.

É importante conhecer a atuação do sindicato, bem como o seu lugar na FASUBRA e no sindicalismo local e nacional para entendermos o seu lugar na luta sindical, e conseqüentemente, as possibilidades de atuação política dos seus militantes. A atuação do SINTUFS quase sempre ocorre em articulação com outras instituições sindicais, com setores da administração pública e com a própria Federação. Entretanto, percebemos que não é uma entidade de base que possui posição estratégica no quadro de representação da Federação, uma vez que, apenas dois membros do SINTUFS compuseram, por uma única vez, posição na DN nas gestões de 1978 a 1983 (aproximadamente) e de 1989 a 1990¹⁸. Isso significa que o sindicato não tem tradição nas disputas nacionais no âmbito da Federação.

Apesar de constituir boas articulações em nível local com outras instituições, não acontece o mesmo em nível da representação federada. Assim, a sua atuação acontece mais nos contornos do seu território, isso significa que não há muita circulação dos seus dirigentes para participar das atividades nacionais. Embora o sindicato envie representantes em quase todas as atividades nacionais, estes vão apenas na função de delegados, não exercem funções estratégicas, por exemplo, participando da organização e compondo chapas para concorrer à DN.

Além das duas participações que mencionamos, não encontramos registros de participação do sindicato em nenhuma disputa dessa natureza. Os motivos podem ser

¹⁶ Panfletagem realizada no dia 6 de julho de 2016, na entrada de pedestres e na entrada de veículos do Campus São Cristóvão e debate no Hall da Reitoria com a comunidade acadêmica para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/16 e o projeto de lei da "Escola Sem Partido". Disponível em: <http://sintufs.org.br/noticias>.

¹⁷ Encontro de Trabalhadoras e Trabalhadores do Hospital Universitário (HU/UFS), entre os dias 12 e 13 de setembro de 2017, contra a privatização da saúde. Disponível em: <http://sintufs.org.br/noticias>.

¹⁸ Informações retiradas do quadro de composição da Direção Nacional da FASUBRA, documento produzido pela Federação. Disponível em: [file:///C:/Users/pc-01/Downloads/gestes%20dn%20fasubra.%20atualizada%202013%20copy%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/pc-01/Downloads/gestes%20dn%20fasubra.%20atualizada%202013%20copy%20(1).pdf).

desde a desarticulação com outros sindicatos da base e pessoas da cúpula ou simplesmente a falta de interesse. Para as mulheres esse envolvimento é mais difícil. Muitas delas afirmaram nunca ter participado de atividades fora da base sindical por impedimentos de cunho pessoal e mesmo algumas que participaram afirmaram ter que administrar situações pessoais em virtude disso.

O SINTUFS organiza as suas atividades mais em nível local e em torno dos temas específicos da representação sindical do que em nível nacional e em torno dos assuntos que não estão diretamente ligados à luta trabalhista. Esses assuntos fazem parte dos planos de atuação da FASUBRA, inclusive previstos em estatuto, mas não possuem força de lei, apenas chegam aos sindicatos de base como recomendações.

Em relação ao modo como os dirigentes do SINTUFS atuam, percebe-se que, nas duas últimas gestões, ocorre de forma articulada, independente da pasta que cada membro ocupa. Segundo as entrevistadas, os desafios impostos aos trabalhadores diariamente requer uma dedicação integrada de todos que compõem o sindicato, inclusive os sindicalizados de base. Assim, os assuntos trabalhistas são mais urgentes e aqueles que não são diretamente relacionados aos problemas do trabalho acabam ficando em segundo plano.

Outro aspecto que pode explicar a opção por uma atuação articulada em tona das demandas que envolvem questões do trabalho é o fato dos dirigentes sindicais não possuírem liberação das atividades laborativas. As sindicalistas lembraram que, as obrigações do trabalho associadas às obrigações familiares dificultam uma atuação mais efetiva. Desse modo, embora cada um seja o responsável principal pelo assunto de que tratam a sua pasta, todos acabam se envolvendo com as questões do sindicato e tomando as decisões em conjunto.

1.3 Desenvolvimento do Estudo

Esta pesquisa foi iniciada em meados de 2016, quando começamos o trabalho de coleta dos dados. Adotamos a observação como primeira estratégia metodológica, que aliada ao acompanhamento contínuo e duradouro das atividades realizadas pelo sindicato, nos permitiu obter as primeiras impressões sobre o objeto do estudo. O contato com a realidade empírica se deu facilmente, uma vez que, a pesquisadora faz parte do universo pesquisado. Portanto, o fato de conhecer as pessoas e circular pelo ambiente do sindicato representou um ponto positivo na inserção no campo, e foi

essencial para delinear o acompanhamento em uma observação participante (BECKER, 1993, p. 47).

A proposta da pesquisa de mestrado foi apresentada ao grupo que estava na direção do SINTUFS. A temática central é a participação política da mulher, e o recorte da pesquisa é a participação no movimento sindical. Esclareci que, a partir daquele momento, a minha presença iria além da de militante, pois me inseriria no campo como pesquisadora. Isso significaria que em alguns momentos estaria com objetivos diferentes nas atividades sindicais. Não obstante, as escolhas metodológicas não descartavam a possibilidade de que essa estreita relação pudesse interferir na pesquisa. A intervenção poderia ocorrer de três formas: primeiramente pelo olhar "viciado" do pesquisador, ou seja, a familiaridade com aquela realidade poderia levar à falsa impressão do fenômeno como dado em si; outro motivo é em relação ao comportamento dos participantes, posto que, conscientes de que estavam sendo observados por um par, poderiam alterar os seus comportamentos a fim de passar a mensagem que desviasse da realidade a que se pretendia chegar; e em terceiro é a possibilidade de o pesquisador fazer do estudo um trabalho militante por se enquadrar na categoria dos sujeitos da pesquisa.

Consciente disso busquei fazer o exercício de distanciamento e estranhamento do campo, nas palavras de Comerford, "o mote antropológico do 'estranhamento do familiar', o outro lado da moeda da 'familiarização do exótico'" (COMERFORD, 1999, p. 12). Há muitas opiniões sobre a chamada "neutralidade científica", enquanto correntes mais positivistas são categóricas na imparcialidade do pesquisador, outras abordagens, a exemplo da corrente de estudos latino-americanos sobre movimentos sociais populares, defendem a coprodução do conhecimento orientado para ação (BRINGEL, 2008).

Todavia, a nossa escolha aqui foi pela tentativa de desenvolver um estudo distante da militância, na medida do possível, e mais analítico, voltado para a perspectiva de lançar um olhar sob o engajamento da mulher, que possibilitasse avançar na discussão sobre a sua participação política, além das cotas e da paridade representativa, buscando compreender trajetórias que culminaram na liderança sindical. Essa reflexão fez parte do exercício inicial da pesquisa, e esta clareza foi fundamental na busca da imparcialidade possível a um estudo sociológico.

Quero dizer com o termo "parcialidade possível" que não desconsideramos a influência do pesquisador no fazer científico, especialmente nas Ciências Humanas.

Nesse ponto, quero colocar o meu lugar de fala para que o leitor compreenda os possíveis traços de aproximação que possam aparecer no texto entre o autor, o tema e o universo pesquisado. E, do mesmo modo, possa também identificar as tentativas de distanciamento do campo empírico na busca de um olhar menos envolvido com a realidade da qual faço parte, mais analítico e científico. Por esse motivo, tomei a proposta da "equação grupo-informante-observador" de Becker (1997, p. 54) para orientar a experiência no campo, procurando agir com rigor, mas ao mesmo tempo levando em conta o que a posição de integrante do grupo poderia proporcionar para realização de um estudo empírico rico, sobre uma realidade familiar. Se por um lado, o fato de pertencer ao campo pesquisado pode dar a falsa ideia de conhecedor de todos os mecanismos de funcionamento, por outro, pode facilitar a inserção do pesquisador e o acesso a informações mais difíceis de obter por pessoas que não pertencem ao ambiente.

Abaixo estão descritos os estágios dessa pesquisa. Procuramos descrever de forma que o leitor pudesse identificar o progresso do estudo em que a pesquisadora parte da condição de sujeito da realidade, para a de uma observadora atenta, que procura ancorar as suas impressões nos critérios de uma pesquisa científica.

Mencionamos que a observação foi a nossa primeira ação na pesquisa, mas a sistematização dos dados iniciou com o levantamento da composição das direções/coordenações dos sindicatos da base da FASUBRA. Por esse caminho, buscamos entender o panorama geral da participação das mulheres e como a instituição se localiza diante do cenário do sindicalismo brasileiro. Tais informações foram importantes na delimitação do tipo de análise feita sobre as trajetórias das mulheres que acessaram postos de liderança no sindicato. O levantamento também fez parte das primeiras imersões no campo, momento em que identificamos uma forte presença das mulheres nos sindicatos da FASUBRA.

Constatamos que, em termos percentuais, não há muita diferença entre o número de homens e de mulheres nas direções/coordenações. A presença das mulheres representa 41,48%, conforme Tabela 3 (Apêndice A). Isso pode ser visto como um número satisfatório no aspecto da paridade, e quando visto generalizadamente. Contudo, partindo-se para uma análise caso a caso, percebemos que há sindicatos em que a diferença entre homens e mulheres é marcante, e mesmo alguns onde não há mulheres na direção. Mas é preciso salientar que essa análise, talvez só represente as reais condições do fenômeno, se o número de filiados for igualmente próximo, e mais ainda, se o número entre homens e mulheres que compõem a categoria também o for. Nota-se

que essa análise não é simples e que ela não pode deixar de observar as condições gerais do fenômeno, sob o risco de construir uma reflexão frágil e de cair em retóricas fundadas na diferença numérica.

Para fugir desse dilema, buscamos identificar algo além dos números, os lugares ocupados pelos homens e pelas mulheres, em quais direções/coordenações as mulheres estão e quais as temáticas das cadeiras assumidas por elas. As posições de maior liderança dentro das direções são a presidência e a vice-presidência e nas coordenações são as coordenações gerais. Tomando por base estes lugares nas gestões dos sindicatos, identificamos que das 93 direções/coordenações pesquisadas, 38 dessas são ocupados por mulheres, ou seja, 40,86%. Este resultado segue uma tendência encontrada em outros estudos que mostram que existe uma relação entre o gênero e os espaços ocupados, onde os homens estão nos lugares de maior prestígio. Embora, nos espaços de participação e representação política circule um discurso contrário à desigualdade entre homens e mulheres, esta se manifesta no domínio dos postos de liderança (CAPPELLE, et. al. 2004; OLIVEIRA, 2005; BONELLI, 2008, 2010).

Outra característica marcante nas direções da FASUBRA é que a presença da mulher se concentra em pastas que tratam de assuntos voltados aos cuidados e à assistência. Este dado admite fazer uma analogia com as atividades tradicionalmente realizadas pelas mulheres na sociedade, que segue a lógica da divisão sexual do trabalho¹⁹. Desse modo, tomamos a questão da diferenciação de tarefas como resultado das relações de poder entre homens e mulheres frente à dominação masculina na sociedade (MATHIEU, 1991).

Os dados relacionados acima estão distribuídos nas tabelas do Apêndice A. Nelas podemos encontrar o quantitativo de homens e mulheres nas direções/coordenações dos sindicatos da FASUBRA e as respectivas pastas ocupadas. Para fins de maior clareza, sintetizamos as direções e coordenações classificando-as em blocos, de acordo com os conteúdos e assuntos que cada uma trata. Utilizamos termos afins para designar os lugares ocupados por homens e mulheres nos sindicatos. No bloco denominado assuntos burocráticos e administrativos, os termos que mais aparecem na denominação das direções e coordenações são: financeira, jurídica,

¹⁹ O termo "divisão sexual do trabalho" aplica-se na França a duas acepções de conteúdos distintos. Trata-se, de um lado, de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

comunicação, patrimonial, terceirizados, inter campi, formação política e sindical, esporte e lazer. No segundo bloco denominado assuntos sociais aparecem os termos: políticas sociais, cultura, saúde, educação, gênero, mulher, etnia, LGBT, aposentados e pensionistas.

Observamos uma diferença na presença de mulheres e de homens nessas coordenações classificadas em bloco. No primeiro bloco, assuntos burocráticos e administrativos, na coordenação de finanças cinquenta e nove são homens e dezenove são mulheres; na coordenação jurídica trinta e nove são homens e vinte e três são mulheres; e na coordenação de formação política e sindical quarenta e seis são homens e vinte e duas são mulheres.

No segundo bloco, assuntos sociais, os termos gênero, raça, etnia e LGBT foram aglutinados para melhor compreensão dos dados. Assim, as coordenações de mulheres e as de gênero, raça, etnia e LGBT foram vinculadas, tendo em vista que em muitos sindicatos dificilmente aparecem duas coordenações para abordagem das referidas temáticas, o que sugere a junção desses conteúdos. É bom frisar que apenas treze sindicatos possuem essas coordenações, mas que no estatuto da FASUBRA há uma recomendação para que as instituições filiadas criem pastas que abordem os assuntos. Nas direções e coordenações que englobam esses temas foram encontrados cinco homens e vinte e duas mulheres. Por fim, a coordenação de aposentados, pensionistas e assuntos da seguridade social são compostas por vinte e oito homens e trinta e sete mulheres.

Essas informações mostram um quadro deste universo que conduz à reflexão da divisão social e sexual do trabalho. Os homens estão mais presentes nas atividades onde são atribuídas maior racionalidade e maior liderança. Por sua vez, as mulheres estão mais presentes nas atividades caracterizadas pela assistência, pelos cuidados com o outro, com a família e pela sensibilidade. Essa é uma discussão que precisa ser feita com maior profundidade, pois se trata de uma das questões mais viscerais das relações de gênero e do próprio sistema de organização social baseado no sexo.

Embora haja uma preocupação neste estudo em levantar a composição em termos percentuais de homens e mulheres, discutir a questão das cotas e da paridade representativa não é o nosso interesse principal. Propomos ir além desse assunto por considerá-lo insuficiente para explicar as desigualdades de gênero nesses espaços. Julgamos que, para entender as desigualdades de gênero no espaço da militância sindical, é preciso apreender as relações nele estabelecidas e compreender como as

questões de gênero estão imbricadas com questões etárias, de classe e outras próprias das dinâmicas da militância sindical e diretamente ligada ao mundo do trabalho.

As condições de acesso e de permanência das mulheres no movimento sindical se constituíram objeto da pesquisa e desde então, passamos a considerar os elementos que se manifestaram como possíveis condicionantes, definindo-os como formas de recrutamento, de engajamento e de tomada de posição das mulheres no sindicato.

Com os resultados do levantamento da composição das direções/coordenações da FASUBRA e do histórico de composição das direções do SINTUFS, constatamos elementos que indicam diferenciações de gênero. Ao considerarmos o *status quo* do fenômeno estudado, passamos para a segunda etapa do trabalho de campo: a observação participante. Nesta etapa elegemos algumas atividades organizadas pela FASUBRA e pelo SINTUFS, nos anos de 2016 e 2017, sejam elas com pautas específicas para as mulheres ou com pautas gerais. Nos dias 17, 18 e 19 de março de 2017, aconteceu a Plenária Nacional da FASUBRA, em Brasília, e nesta oportunidade foram aplicados 60 questionários às mulheres presentes. O objetivo foi identificar um perfil das militantes que participaram da atividade nacional da categoria e a existência de elementos comum às carreiras.

Passamos a acompanhar, sistematicamente, as atividades promovidas pelo SINTUFS, tais como, assembleias, atos políticos, paralisações e reuniões da coordenação. Organizamos um roteiro com apontamentos sobre o que deveria ser observado e aquilo que se esperava encontrar durante as observações, cujo resultado foi a construção de diários de campo. Considerando que a finalidade da pesquisa era compreender as condições de acesso e de permanência das mulheres no movimento sindical, era nosso interesse observar as formas de entrada das mulheres no sindicato, os postos que elas assumiam e a constituição das suas carreiras militantes. Nesse sentido, o roteiro foi elaborado da seguinte forma: data e local da observação; tipo de atividade acompanhada; como o pesquisador foi acolhido; número de homens e mulheres presentes (média); discursos dos homens e das mulheres; descrição com detalhes da atividade; e reflexões e sentimentos que surgiram no momento da observação.

Apoiados no diário de campo, realizamos um estudo descritivo com o desejo de conhecer a comunidade (TRIVIÑOS, 1987, p. 110). Nessa descrição, procuramos evidenciar aspectos das relações estabelecidas no espaço sindical, os processos interativos das trajetórias das sindicalistas e da constituição das suas carreiras militantes. Assim, a atenção foi voltada para “o universo dos significados, dos motivos,

das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2002, p. 21) dos atores envolvidos na militância sindical.

O próximo estágio da pesquisa foi a realização das entrevistas biográficas. Esta etapa significou o maior grau de aproximação com o objeto, tendo em vista que, com base nas trajetórias e no engajamento individual, pretendemos apreender os condicionantes do acesso e da permanência na militância sindical.

Em meados de 2017 iniciamos as entrevistas biográficas. Estabelecemos contato pessoal com as participantes e, na oportunidade, foi explicado como seriam as entrevistas e a importância delas para a pesquisa. Todas as participantes se dispuseram prontamente a colaborar. As entrevistas foram agendadas em locais tranquilos, na UFS, na sede do SINTUFS e na residência de algumas. A média de duração de cada entrevista foi de 1h30min, e todas apresentaram uma riqueza de informações e de detalhes importantes para pesquisa. Após a realização de cada entrevista fizemos anotações sobre nossas impressões e alguns *insights* que o momento e a experiência promoveram. Estas anotações foram fundamentais no momento da análise do conteúdo dos relatos.

1.4 Organização das Entrevistas

O resultado obtido da realização das entrevistas foram dezesseis longas narrativas, ricas em detalhes sobre as trajetórias das militantes. Essas narrativas foram além da história da vida de cada uma, pois revelaram elementos contextuais importantes para compreensão de acontecimentos, das experiências das próprias entrevistadas, sobre as instituições por onde passaram além de revelar as representações que elas têm do seu papel como profissional, como militante e como mulher.

As entrevistas biográficas foram organizadas em tópicos e as narrativas transcorreram livremente. Neste ponto podemos perceber os usos que as entrevistadas fizeram da experiência de falar sobre o seu itinerário e sobre a sua militância. Muitas aproveitaram para se posicionar diante de temas políticos, como, posição partidária, adesão a correntes ideológicas, e afirmar o seu perfil de atuação militante. Faremos uma breve explanação das entrevistas descrevendo cada item e explicando a relevância das informações para a compreensão das trajetórias das participantes.

No primeiro tópico perguntamos o nome, a idade, e o local de residência das entrevistadas. Essas respostas permitiram identificar um perfil inicial das mulheres que acessaram a direção do SINTUFS. A faixa etária revela quase três gerações, a menor

idade é 28 anos e a maior idade 66. Mas a maioria das mulheres está em uma faixa etária entre 30 e 45 anos, e apenas uma delas está próximo de preencher os requisitos para a aposentadoria. O fato de o grupo ser constituído por mulheres que estão no início e meio da carreira denota um tipo de adesão mais comprometido com a causa militante. A distância da aposentadoria ou de mudança de emprego, pois são concursadas e a maioria já são estáveis na carreira, pode indicar o interesse pela defesa de causas que afetam as suas vidas profissionais e além da profissão. Assim, elas percebem a atuação no sindicato como oportunidade para melhorar suas condições de trabalho, de conquistar benefícios na profissão e também de contribuir com a mudança da conjuntura social e política nacional.

No tópico sobre a infância/adolescência, a participante relatou sobre esta etapa da vida incluindo informações sobre a sua família. Perguntamos: onde nasceu, lugares onde morou, a escolaridade e a profissão dos pais e dos irmãos; se algum familiar, amigo da família, vizinho ou alguém próximo tinha ligação com a política, com o movimento sindical ou outro movimento social; se em casa costumava-se falar sobre questões políticas do país ou local; sobre o seu percurso escolar, indagando a respeito das escolas que frequentou, se eram públicas ou privadas e se havia grêmio estudantil e mobilização de estudantes; se elas tinham lembranças de algum fato político que aconteceu durante sua infância, adolescência e o seu percurso escolar, se havia discussões sobre o assunto na escola ou na sua família; por fim, questionamos sobre a participação na escola, se costumava se manifestar durante as aulas e como era a relação com colegas.

Sobre a formação e escolaridade, a participante falou do seu percurso após os anos escolares, descreveram as instituições que estudaram e os cursos que fizeram. Algumas ingressaram na Universidade para exercer a profissão para qual se formou na graduação e em cursos técnicos. Outras ingressaram para exercer atividades administrativas sem ligação direta com a sua área de formação. A partir do percurso ocupacional, identificamos as experiências profissionais formais ou informais, se exerce ocupações concomitantes e como se deu a entrada em cada uma até chegar à UFS. Outro assunto tratado foi sobre cotidiano de trabalho na instituição, o cargo que ocupa e quais atividades desenvolve no dia a dia.

Um dos primeiros itens tratou da vida familiar na infância e adolescência. Um item posterior tratou da vida familiar atualmente. Inserimos outros assuntos entre eles para que ficassem claros quais eram os vínculos familiares em um período anterior e os

atuais, evidenciando mudanças nesse plano da vida. Perguntamos sobre a vida no âmbito do lar, o estado civil, se tem filhos e a idade deles, com quem mora quem cuida das atividades do lar e/ou da família. Interessou-nos saber também, se o companheiro ou companheira participa do movimento sindical, de outro movimento social ou de algum partido político. Finalizando o bloco, questionamos sobre quantas jornadas consideram ter e quais são.

Em seguida a entrevista direcionava a narrativa para o percurso político. O interesse principal foi identificar vínculos políticos, como filiação a partidos, militância em outros movimentos sociais, envolvimento com alguma instância social-participativa, como conselhos, fóruns, comitês. Em seguida, adentramos no assunto do sindicato, perguntando como se deu o contato com o SINTUFS e se já conhecia as pessoas da direção do sindicato antes da militância. As repostas a esses questionamentos revelaram alguns mecanismos de entrada no sindicato. Na continuação elas puderam falar sobre o seu percurso e atuação no SINTUFS, quando e como ingressaram na direção do sindicato, qual pasta ocupa/ocupou, qual o assunto da pasta e como foi feita a atribuição das delas aos membros da direção.

Seguiu-se com questões mais específicas à mulher, e as perguntas foram direcionadas à experiência de cada uma e também das outras mulheres que participam/participavam do sindicato. Buscamos pontos que ligassem a experiência das militantes e formassem modelos representativos da atuação no movimento. Perguntamos como é/foi a sua atuação nas atividades administrativas e políticas do sindicato, se participam/participaram de atividades relacionadas ao sindicato fora do mesmo, em outros sindicatos e instituições, seja na cidade ou fora dela. Como artifício para conseguir maior fidelidade nas informações sobre a experiência das mulheres como lideranças sindicais, perguntamos sobre as próprias dificuldades para atuar e das outras mulheres. Este bloco se encerra com três perguntas importantes: como se dá a relação entre homens e mulheres no sindicato? Quais são os temas/pautas que interessam a um sindicato? Quais são os principais desafios do sindicalismo atualmente? Estas questões foram levantadas para que pudéssemos conhecer a perspectiva da luta e das relações de gênero no sindicato.

Em seguida, foram relacionados alguns temas para serem falados livremente, expondo os conhecimentos e opiniões a respeito do assunto. Aqui procuramos deixar as participantes mais livres para falar e retornar às reflexões anteriores. Tínhamos como objetivo incorporar assuntos que talvez não fizessem parte do seu cotidiano, pois os

temas desse bloco exigiriam mais reflexão, aprofundamento e análise do que seria dito. Isto pode ser verificado nas pausas, nas risadas e nas expressões de surpresa e de emoção contidas nas reações. São eles: mulher na política; mulher no movimento sindical; cotas e paridade representativa; feminismo; e machismo.

Por fim, um espaço aberto e livre para comentários foi oportunizado. Antes de finalizar, perguntamos se a entrevistada gostaria de acrescentar ou corrigir alguma informação. Finalmente, pedíamos que opinassem sobre a experiência de fazer a entrevista e participar do estudo.

1.5 Conclusão

A motivação para realizar esta pesquisa foi o contato com uma realidade social em transformação, o espaço sindical, em que a participação feminina, além de ser menor, se restringia à militância na base, mas que nos últimos anos foi marcado pela forte presença de mulheres na liderança. A discussão sobre a presença da mulher no movimento sindical se aproxima da militância partidária, na sua ausência histórica, nas discussões sobre as ações afirmativas de promoção da participação da mulher e pelos tipos de relações de poder inscritos nesses espaços, sob a forma da diferenciação de gênero.

As características do universo da pesquisa explicam às estratégias de atuação, às temáticas das suas reivindicações e defesas, e ainda, a organização do seu exercício sindical e político junto a outras instituições ligadas aos mesmos assuntos. A atuação é direcionada ordinariamente ao Estado, uma vez que as diligências são de caráter institucional, por exemplo, reajuste salarial, aperfeiçoamento da carreira e garantias trabalhistas.

A caracterização do universo, o relato da estruturação da pesquisa e dos instrumentos utilizados tem como objetivo justificar a escolha metodológica articulada à realidade empírica. Trata-se de um tipo específico de sindicalismo da educação superior e do serviço público brasileiro. Esses dois aspectos dizem muito sobre a organização e constituição da categoria. São grupos que estão em um estrato social médio e, que nos últimos anos, passaram a ter um nível alto de escolarização.

A categoria é formada por profissionais de diversas áreas e os saberes técnicos também são mobilizados na atuação militante. Isso explica a escolha ou atribuição das diretorias e coordenações do sindicato. Mais adiante veremos nos relatos das

entrevistadas que os militantes assumem a pasta que tem mais conhecimento e afinidade com os assuntos tratados e que essa escolha geralmente está relacionada à área profissional ou de formação. A informação permite analisar com mais profundidade as motivações e as atribuições que resultam nos espaços ocupados pelas mulheres, o saber técnico entra como um recurso a mais nas disputas pelos espaços de representação.

A categoria dos TAE corresponde a um percentual significativo de servidores públicos federal e é composta por diferentes profissões, fato este, que colabora para que haja certa militância especializada, pois é perceptível que a formação é um elemento que influencia na ocupação das pastas nas direções/coordenações.

Além das questões tradicionais da luta sindical, percebemos que nos últimos anos a atuação dos sindicatos dos TAE tem se voltados a outros assuntos sociais, como as questões raciais e de gênero. Isso é percebido pela criação de diretorias e coordenações próprias e pela promoção de atividades sobre as temáticas. A diversificação das matérias, principalmente aquelas voltadas às questões da mulher, pode despertar o interesse de participação das mulheres favorecendo a inserção e o envolvimento com a organização sindical. Podemos perceber que a ação sindical protagonizada pela FASUBRA e pelos sindicatos de base não se limita às questões trabalhistas. A atuação também é organizada em torno das questões sociais em geral, principalmente, da defesa dos serviços públicos e de qualidade, e com maior enfoque à educação superior.

O conhecimento sobre o universo fundamentou a organização da pesquisa e a condução do pesquisador. A familiaridade com o objeto exigiu uma postura cuidadosa na coleta dos dados e no viés das análises. Buscamos mesclar a atitude de estranhamento com a intensa exploração do campo, e nesse sentido conduzimos a observação participante, a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas. Foi esse conhecimento do universo que orientou a elaboração das entrevistas. A organização em tópicos facilitou a condução do processo evitando que o entrevistado fugisse muito ao tema, mas ao mesmo tempo deixando-o livre para narrar as suas experiências e os seus itinerários.

Após esta breve exposição sobre os primeiros passos da pesquisa, os procedimentos metodológicos e a constituição dos instrumentos utilizados na coleta dos dados, apresentamos na próxima seção a caracterização das trajetórias e o perfil das dirigentes sindicais que compuseram a amostra desse recorte da pesquisa.

SEÇÃO 2 - DIFERENTES TRAJETÓRIAS E O ENGAJAMENTO NA CAUSA MILITANTE

Um dos argumentos apresentados nesta pesquisa é a possibilidade de refletir sobre o engajamento político de mulheres a partir da observação de um campo, onde a sua presença era restrita e depois passou a ser expressiva. Seleccionamos o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Sergipe como realidade que passou pelo processo de transformação, da quase ausência para quase predominância de mulheres na sua liderança, conforme justificado na apresentação. Nesta seção, analisamos as trajetórias das sindicalistas e destacamos elementos importantes para o engajamento individual.

Por se tratar de um sindicato ligado à educação superior pública, buscamos considerar as especificidades circunscritas ao grupo, por exemplo, a forma como a categoria dos técnico-administrativos está configurada em termos de carreiras profissionais e em termos percentuais de gênero. Entender as profissões que compõem a categoria, o nível de escolaridade exigido, a faixa etária e o gênero que predomina nestas profissões, ajudaram a entender o lugar das mulheres na classe profissional dos TAE. Também foi válido compreender como o sindicato está situado no sindicalismo local e nacional, como ocorre a participação do SINTUFS na militância sindical no estado de Sergipe e qual o seu lugar na Federação a que está filiado.

Vencidas essas questões, conseguimos visualizar um panorama mais geral das condições estruturais em que está assentada a liderança das mulheres no sindicato. Frente a essas informações, fizemos o exercício de colocar as impressões sobre o fenômeno, adquiridas em uma análise macroestrutural, ao lado das características encontradas em uma análise mais intrínseca ao mesmo, ao nível das relações e da agência dos atores envolvidos. Na sequência do estudo, buscamos apreender as condições de possibilidades do engajamento de mulheres no sindicalismo, voltando o olhar às lógicas da organização institucional, às trajetórias e aos diferentes percursos que resultaram na constituição de uma carreira militante.

Adotamos a entrevista biográfica como estratégia metodológica possível para apreensão dos processos circunscritos a uma trajetória individual que podem ter influenciado o comprometimento com a causa trabalhista. Não limitamos o estudo a um

modelo teórico ou metodológico fechado, ao contrário, optamos em dispor das abordagens naquilo que foi mais proveitoso à compreensão do objeto.

Tanto o modelo da História de Vida de Howard Becker, como o de Trajetória de Vida de Pierre Bourdieu foi útil a esta pesquisa. A história de vida considera as narrativas feitas pelos sujeitos, sobre si e sobre sua vida, como um dado importante para os estudos sociológicos. Por sua vez, Bourdieu contesta o pensamento de Becker no texto intitulado "A Ilusão Biográfica", ao afirmar que esta se aproxima do senso comum e se distancia do fazer científico, na medida em que o narrador fará um esforço para criar uma ordem lógica e cronológica da vida, que nada tem a ver com os cursos verdadeiramente. O autor apresenta a trajetória de vida como alternativa ao relato linear e à ilusão retórica (BOURDIEU, 2006, p. 185).

Entretanto, a história de vida, segundo Becker (1993, p. 109) nos auxilia na apreensão do lado subjetivo de processos institucionais, por exemplo, a entender a experiência do sujeito no percurso escolar e laboral. A escola, a família, o trabalho, são campos da vida onde os sujeitos passam por muitas experiências, entram em contato com diferentes grupos de pessoas e assumem posições sociais. Essa perspectiva colabora, também, para compreendermos as representações sociais que constituem a cultura do grupo, e o pesquisador precisa fazer o esforço para interpretar os significados das ações, dos comportamentos e das crenças circulantes no ambiente.

O exercício de refletir sobre os significados da ação dos sujeitos nos colocou diante de informações contidas nos relatos que, na perspectiva das informantes, não importam para explicar o seu engajamento. Por exemplo, algumas ignoram que participar de um grupo religioso na comunidade possa ter contribuído para o seu atual posicionamento político. Mas para a nossa análise, cada vivência é considerada importante para pensar o encadeamento das experiências que culminaram em escolhas feitas pelas participantes, como a escolha pela profissão e pelo engajamento na causa sindical.

Segundo Howard Becker, o que caracteriza a história de vida como fonte de dados é a ação que o próprio pesquisador assume. Para o autor, o pesquisador precisa cumprir etapas para abranger tudo aquilo que deseja conhecer, e ter claro "que nenhum fato ou acontecimento importante seja desconsiderado, que o que parece real se ajuste a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente" (BECKER, 1993, p. 102). O que mais interessa nas entrevistas biográficas não é um desenho cronológico da vida das militantes, mas a conexão entre

aspectos do seu percurso que as direcionaram a ação política e as tornaram membros de um grupo. Na realização das entrevistas permitimos que as participantes fizessem um relato livre das suas trajetórias. Consideramos as informações contextuais que nos foi possível acessar, bem como, as representações contidas em seus discursos sobre seus próprios itinerários.

A perspectiva "bourdieusiana" está fundada nos conceitos de campo e de *habitus*. Estes nos serviram para problematizar os espaços sociais de circulação das mulheres engajadas no sindicato e para a apreensão de códigos e dos saberes da prática militante por meio da socialização, ou seja, a constituição de um *ethos* militante. Contudo, buscamos superar alguns limites advindos do uso desses conceitos quando adotados sem a devida problematização, apenas importando-os para uma realidade diferente daquela onde foram desenvolvidos.

Consideramos como limites conceituais para a nossa análise, a ideia do campo enquanto microcosmo autônomo (BOURDIEU, 2011, p. 195) e a perspectiva engessada da ação do sujeito no *habitus*. Desse modo, dizemos que os conceitos bourdieusianos foram úteis para reflexão sobre o objeto, no momento em que foi necessário fazer algumas delimitações. No entanto, o próprio objeto da pesquisa e os caminhos escolhidos para analisá-los exigiu que ultrapassássemos estes conceitos, na medida em que, a ação dos sujeitos da pesquisa foi fundamental para entender o processo do engajamento militante. As mulheres atribuíram significado ao seu envolvimento com a causa sindical e estes nos ajudaram a entender o acesso e a permanência na liderança sindical.

A partir das narrativas extraídas das entrevistas, identificamos diferentes trajetórias individuais que resultaram no engajamento das mulheres no sindicato. Nestas narrativas, destacamos os perfis das sindicalistas, e os recursos sociais resultantes da socialização familiar, escolar e profissional. Os vínculos afetivos emergiram como motivação, mas também como entraves ao engajamento militante. Estes entraves se configuram nas desigualdades de gênero marcadas nos papéis sociais assumidos pelas mulheres em torno da militância e nas outras esferas da vida.

2.1 Aspectos das Trajetórias e dos Perfis das Militantes Sindicais

Na primeira seção fizemos uma descrição da estruturação das entrevistas e definimos os objetivos de cada tópico. Nesta segunda parte faremos uma análise das narrativas.

Visando maior clareza, apresentamos, resumidamente, o roteiro seguindo uma possível ordem sucessiva dos acontecimentos da vida delimitada aos campos: a) infância: vida em família, percurso escolar; b) fase adulta: formação, vida familiar atualmente; c) experiência laborativa: a relação entre a ocupação e atuação político-representativa, os vínculos institucionais e pessoais; d) experiência militante: a atuação no sindicato, as relações entre homens e mulheres no sindicato, as expectativas pessoais e coletivas diante da luta sindical; e) opinião sobre temas pontuais: mulher na política, mulher no sindicato, cotas e paridade representativa, feminismo e machismo. Esses últimos temas foram adotados como estratégias para que as participantes revelassem conhecimentos que pudessem evidenciar *expertises*²⁰, ou seja, um tipo de saber que lhes conferiu autoridade para acessar o espaço de liderança.

Durante a realização das entrevistas, buscamos promover a quebra das fronteiras entre as esferas da vida social e a ordem cronológica, intercalando perguntas e buscando ligações entre os diferentes campos, como o entrecruzamento entre a educação, a política, a família. Assim, as narrativas puderam fugir um pouco do caráter de história de uma vida.

Quando decidimos realizar as entrevistas biográficas nos deparamos com alguns impasses referentes ao sigilo das informações e ao anonimato das participantes. Tendo em vista o tipo de entrevista, sabíamos de antemão que estávamos lidando com informações públicas e privadas. As informações são públicas por se tratar de pessoas públicas, líderes sindicais, representantes de uma determinada categoria profissional. Ao mesmo tempo, por conta do tipo de estudo que escolhemos realizar, nos interessamos por assuntos sobre a vida das entrevistadas e também sobre as relações com seus pares no interior do sindicato.

As entrevistadas foram esclarecidas a respeito do interesse da pesquisa e que os seus depoimentos seriam utilizados unicamente para os fins do estudo. Essa fase de

²⁰ Podemos entender *expertise*, a partir de Eliot Freidson, como o domínio reconhecido do conhecimento e de competências. O reconhecimento dessa superioridade resulta na autoridade da *expertise* (FREIDSON, 1998, p. 101).

negociação entre pesquisador e participante foi imprescindível ao delineamento da análise dos dados, e ao tipo de tratamento desses. A anuência foi dada verbalmente durante as entrevistas gravadas em áudio. Assim, a negociação entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa foi constitutiva do empreendimento científico ao qual nos propomos (OLIVEIRA, 2004, p. 35).

As investigações que têm a experiência das pessoas como objeto devem ser direcionadas sob um esquema ético, de respeito com os participantes, e com a convicção que estes estão na condição de atores e não de cobaias (OLIVEIRA, 2004, p. 34). A interlocução é o canal que concretiza a relação entre entrevistador e entrevistado. Cientes disso, procuramos estabelecer uma boa comunicação com as participantes, com explicações claras e fieis de todo o procedimento.

O esforço adotado em todo processo visava à criação de um espaço de coleta de dados adequado e viável ao tipo de informação que precisávamos extrair dos discursos. Escolhemos espaços com silêncio, privacidade e conforto, pois imaginávamos que era nesta etapa da pesquisa que colheríamos os dados mais significativos à análise. Os dados não são extraídos apenas do sujeito, mas dessa interação que se dá na conversa, principalmente no caso desse estudo, em que há afinidade entre as partes, entrevistador e entrevistado, como esclarecido anteriormente. Portanto, a compreensão é do "nós" e não do "outro" (DEBERT, 2004, p. 47).

Essa afinidade com as participantes possibilitou uma entrevista mais aprofundada, tanto por conhecer um pouco das trajetórias, como pela disposição delas para contribuir com um estudo sobre si mesmo e sobre o seu envolvimento na causa sindical. Por conseguinte, confiamos nas informações prestadas e as tornamos públicas através desse estudo. Dando sequência à análise dos discursos, apresentamos em seguida, a sistematização e caracterização das trajetórias militantes.

Iniciamos as entrevistas explicando às participantes os aspectos gerais, o objeto de estudo, o tipo de entrevista que realizaríamos e a sua relevância para a pesquisa. Tratando-se de uma entrevista biográfica, esclarecemos que faríamos perguntas sobre a vida da participante, da sua família e outras questões de ordem pessoal. Nessa oportunidade, explicamos também de que modo os seus nomes e as suas declarações apareceriam no trabalho, e pedimos anuência expressa, registradas nas gravações. Para fins de melhor organização das informações extraídas das narrativas, classificamos as mesmas como "Dirigente", seguido do número correspondente ao primeiro nome em

ordem alfabética. Adotamos as letras "X" e "Xx", em substituição aos nomes de homens e mulheres, respectivamente, mencionados pelas entrevistadas.

Uma característica padrão encontrada nas narrativas foi uma oscilação nos discursos em que a entrevistada avançava, mantendo o foco naquilo que foi perguntado, mas fugia do cerne da questão reiterando acontecimentos do passado, quando a pergunta referia-se ao presente, e vice e versa. Todavia, essa forma de se expressar não comprometeu a coleta dos dados que interessavam a pesquisa, pois se trata de movimento da fala já esperado, especialmente quando o falante não tem o hábito do discurso orientado pela temática. Ciente disto, o papel da entrevistadora foi o de permitir que a entrevistada ficasse à vontade para fazer os retornos, complementar, corrigir ou ratificar as informações.

A primeira pergunta permitiu à participante se identificar dizendo o nome completo, a idade e onde reside. Categorizamos o primeiro bloco de perguntas como a fase da infância/adolescência, que engloba as vivências familiares e escolares. Essa delimitação permitiu definir aspectos da origem social da participante, com base em informações sobre a sua família, as vivências desse período e a convivência com os pais, irmãos e outras pessoas que formavam o núcleo familiar. Explicamos que o retorno ao passado é importante para entendermos aspectos do presente, e a adoção de perguntas mais abertas, teve como objetivo, criar um espaço para a entrevistada pensar calmamente sobre esta etapa da vida, pois as lembranças de um período distante poderiam exigir um esforço maior.

Buscamos formar o perfil das militantes a partir de algumas características pessoais e experiências encontradas em suas trajetórias. Estas particularidades originárias de distintos percursos apareceram como elementos importantes para pensar as condições de acesso e permanência das mulheres no sindicato. Os elementos mais significativos desses perfis foram: a faixa etária, o estado civil, os filhos, a escolaridade, o cargo na instituição e o tempo na instituição.

Na Tabela 2 construímos um perfil das militantes com algumas referências pessoais:

Tabela 2 - Relação das entrevistadas e algumas referências pessoais

	Participante	Idade	Estado civil	Filhos	Ingresso na UFS	Cargo atual
1	Adriana Torres Azevedo	45	solteira	2	1995	Técnico de Laboratório
2	Andrea Moreira Batista	40	divorciada	Não	2008	Assistente

3	Benízia Santana Luz	50	solteira	Não	1994	Social Técnico em Enfermagem
4	Daniela Argolo de Oliveira	38	solteira	Não	2002	Técnico em Enfermagem
5	Edjanária Barbosa da Silva Borges	56	casada	1	1993	Assistente Social
6	Elayne Cristina Menezes Silva	34	casada	2	2007	Técnico em Assuntos Educacionais
7	Kezia Santos Lima	42	solteira	Não	2015	Secretariado Executivo
8	Lucimar da Conceição Costa	41	divorciada	1	2002	Técnico em Enfermagem
9	Maria José Bryanne Araujo Santos	28	união estável	Não	2014	Técnico de Laboratório
10	Maria Neris dos Santos	66	solteira	Não	1977	Assistente em Administração
11	Marília Cavalcante dos Santos	31	solteira	Não	2014	Agrônoma
12	Polyana Maria Palmeira Sarmento	48	solteira	Não	1994	Assistente Social
13	Sheyla Andrea dos Santos	41	solteira	2	2006	Bibliotecária
14	Suzanne de Oliveira Resende	28	casada	1	2014	Técnico em Química de alimentos
15	Taira Cris de Jesus Moreira	31	casada	Não	2015	Assistente Social
16	Tânia Maria Vieira Souza	44	solteira	Não	2002	Enfermeira

A faixa etária vai de 28 a 66 anos de idade. Sete delas na faixa dos 40 anos, quatro na faixa dos 30 anos, duas na faixa de 50 anos, duas com 28 anos e uma na faixa dos 60 anos. A diferença de idade forma uma linha que apresenta diferentes gerações de mulheres no sindicato. Essa diversidade influencia na perspectiva de cada uma delas na luta sindical, embora o fim em comum seja a representação e defesa dos interesses da categoria. A concepção do papel do sindicato exemplifica as diferenças de perspectivas marcadas pela faixa etária.

As militantes mais jovens, considerando abaixo dos 45 anos, entendem que o papel do sindicato não se restringe às questões trabalhistas, mas possui o papel de transformação das bases sociais fundadas em princípios de diferenciação, opressão e injustiças sociais. As militantes que estão em faixa etária mais elevada consideram que o único papel do sindicato é lutar pelas questões trabalhistas e não se importam com

outras questões, como, política de cotas. Apenas uma entre as mais velhas defendem que a função do sindicato vai além da defesa da categoria. Durante as observações percebemos que há mulheres e homens mais jovens envolvidos na militância sindical nas duas últimas gestões do que nas anteriores. Este fato é relevante para pensarmos o perfil de atuação do sindicato e perceber o interesse entre os mais jovens pela militância.

Buscamos refletir se a concepção das sindicalistas está associada ao modelo sindical adotado pela instituição à época que começaram a participar. Mas em uma análise cronológica percebemos que apenas uma delas já participava do sindicato nos anos de 1980, período em que o modelo de movimento sindical brasileiro passou por transformações. Sendo assim, não podemos fazer tal associação.

Em relação ao estado civil, nove são solteiras, duas divorciadas, quatro são casadas e uma tem união estável, mas não divide a residência com o companheiro. A maioria não tem filhos, e das seis que têm filhos, duas são solteiras e uma divorciada. Estes dados são representativos das condições sociais da participação política feminina, uma vez que, as responsabilidades com o lar e com a família ainda são assumidas predominantemente pelas mulheres. Esse fato foi apontado por elas como impedimento à participação política.

A sociedade passou por diversas transformações em sua organização, inclusive na família, e em muitos casos, as tarefas são compartilhadas entre os membros. Contudo, estudos continuam mostrando que essas mudanças ainda não causaram um impacto nas relações, a ponto de reconfigurar, expressivamente, os papéis de homens e mulheres, diante do tempo dedicado a estes âmbitos da vida.

Assim, notamos no grupo de mulheres estudado que a participação política é mais favorável aquelas que são solteiras e não têm filhos. Este argumento foi repetido diversas vezes nas entrevistas. Muitas afirmaram que se fossem casadas e tivessem filhos seria mais difícil participar. Uma delas relatou que só participa porque a filha já é adulta e independente. Outras relataram ter enfrentando problemas familiares e cobranças por conta dos filhos. Achemos prudente perguntar às mulheres se os homens viviam as mesmas situações que elas, para não tirarmos conclusões gerais a partir da experiência delas. A resposta foi que, apenas um dos colegas passava pela mesma situação, pois a esposa trabalhava e era estudante de pós-graduação, e eles dividam as responsabilidades com a filha.

Prosseguindo com a caracterização do perfil das militantes, consideramos que o tempo de trabalho na instituição pode significar maior oportunidade de familiarização com o ambiente institucional, com colegas e com as demandas laborais. Essa familiaridade promove o conhecimento sobre os mecanismos de funcionamento da instituição, sobre a organização da carreira e sobre os problemas cotidianos, e foi apontada pelas militantes como um fator determinante para o envolvimento na causa sindical. Como mencionado nessa seção, esse período se mostrou variável, umas estão há mais de 20 anos e outras há menos de 3 anos, quatro ingressaram antes do ano 2000 e onze ingressaram depois.

Notamos que a maioria se envolveu com o sindicato nos anos iniciais de trabalho na universidade e tal envolvimento está relacionado com a conjuntura política nacional. Os períodos de envolvimento estão relacionados a momentos de tensão política nacional, como o final da ditadura militar e a abertura democrática. O contexto mais recente é o do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff, período em que o seu governo deu início às medidas de ajuste fiscal, se iniciou o processo de *Impeachment* da presidenta e as atuais medidas de ajuste fiscal do governo do presidente Michael Temer.

Notamos que o engajamento militante esteve condicionado a quadros políticos nacionais, que sem dúvida, refletem sobre as questões locais. Noonan (1995, p. 86) propõe a interpretação dos quadros sociais do engajamento militante, a partir da *Frame Analysis*²¹, perspectiva que, segundo a autora, traz os fatores psicológicos sociais de volta à análise dos movimentos sociais. Além disso, considera a noção de que os participantes são atores racionais envolvidos na construção de suas próprias crenças e estratégias de mobilização. Essa seria uma forma alternativa para compreensão do fenômeno da ação coletiva, levando em consideração análise dos quadros de ação coletiva sem desprezar a autonomia dos atores.

Na relação entre formação e trabalho, identificamos que apenas uma das entrevistadas não concluiu o ensino superior, ela informou que já iniciou cinco cursos de graduação, mas nunca concluiu nenhum. Algumas ingressaram na UFS apenas com ensino médio ou técnico e, só depois, fizeram graduação e pós-graduação. Das quatorze mulheres que já haviam concluído o nível superior antes de ingressar, dez delas ingressaram em cargo de nível superior e quatro ingressaram em cargo de nível médio

²¹ O termo “Frame” foi introduzido por Erving Goffman para denotar esquemas de interpretação que permitem aos indivíduos localizar, perceber, identificar e rotular ocorrências dentro do seu espaço de vida e do mundo em geral (SNOWW; BENFORD, 1992 apud NOONAN, 1995, p. 85).

ou técnico. A UFS foi a primeira experiência de trabalho de quatro delas. Além da UFS, quatro delas têm outro vínculo laboral, na área da saúde e educação. Em relação ao tempo que estão na instituição, há uma variação que também revela a diferença etária e os ciclos de concurso da Universidade: quatro entraram no concurso de 1993, três no concurso de 2002, três entre 2006 e 2008 e cinco entre 2014 e 2015.

Sobre os vínculos familiares atuais e o estado civil, entre as mulheres solteiras, seis ainda moram com os pais, duas têm filhos e moram com eles e sete não têm filho. Entre as cinco que são casadas, três têm filhos. Em relação aos companheiros, nenhum faz parte de movimentos sociais, sindicato, partidos políticos, e algumas relataram que esse foi um obstáculo que teve que ser contornado para poderem participar do sindicato.

Em relação ao núcleo familiar de origem, observamos que treze participantes passaram a sua infância em uma família composta por pai, mãe e irmãos. Três delas passaram boa parte da infância morando com avós. A maioria dos pais tinham ocupações modestas. Três eram donos de pequenos comércios, um aposentado, quatro trabalhavam no serviço público, um no comércio, um trabalhava como caminhoneiro, e um é jornalista e radialista. Este último, desde jovem esteve inserido na cena política sergipana e teve contato com pessoas importantes da política local.

Sobre a escolaridade dos pais, a maioria dos pais não cursou o ensino superior. Duas classificaram pais e mães como analfabetos, três responderam que os pais cursaram até o ensino fundamental, e seis até o ensino médio. Quatro cursaram o ensino superior. Destes um pai é advogado e um é engenheiro civil. As duas mães que concluíram a graduação, uma é professora da educação básica e a outra pedagoga. É importante observar que há no mercado de trabalho profissões que são mais exercidas por mulheres do que por homens, exemplo, professor da educação básica. Esse é mais um exemplo das diferenças de gênero na divisão dos papéis sociais de homens e mulheres. Nancy Fraser (2006, p. 233) denomina essa divisão como as profissões de "colarinho rosa", ou seja, aquelas mais escolhidas por mulheres.

Podemos enquadrar a família da maioria das militantes como classe social média. Elas são filhas de comerciantes, servidores públicos, trabalhadores autônomos e da iniciativa privada. A maioria delas frequentou a rede privada de ensino, ao menos em uma fase escolar, e cursou o ensino superior em instituição pública. Apesar das condições sociais da família que demonstra, por exemplo, condições de acesso à educação superior, algumas delas são as únicas da família que concluíram o 3º grau. Outro dado que indica a estrato social são os bairros onde moraram com a família.

Destacamos que as militantes tiveram condições e oportunidades para os estudos e a formação, e a maioria não precisou trabalhar enquanto estudava.

A maioria estudou os anos iniciais em escolas públicas e depois em escolas privadas. Cinco das entrevistadas sempre estudaram em grandes escolas da rede privada de Aracaju, como, Arquidiocesano, Colégio do Salvador, Colégio de Ciências Pura e Aplicada, Colégio Jardins, Colégio Purificação. As escolas públicas em que estudaram, também são consideradas boas ou de referências na rede estadual de ensino público, e são elas: Colégio Militar, Ateneu Sergipense, Escola Técnica, atual Instituto Federal de Sergipe, Colégio João Alves e Colégio Dom Fernando Gomes. Quando perguntadas se havia grêmio estudantil, a resposta é que nas escolas da rede privada não havia espaço para isso. As que passaram por escolas públicas mencionaram o grêmio, mas afirmaram não terem participado. Essa pergunta gerou outro tipo de resposta, elas acrescentaram outras participações na escola, por exemplo, a produção de "jornalzinho", organização de feiras e encontros culturais.

A questão sobre o envolvimento em atividades escolares iniciou a conversa sobre participação política. Na ocasião, perguntamos se na infância algum familiar, amigo da família, vizinho ou alguém próximo tinha ligação com a política, com o movimento sindical ou outro movimento social. Em um dos relatos, a entrevistada conta que um parente que, trabalhava para políticos importantes do estado de Sergipe, levava cartões e correspondências para confeccionar em casa. Tratava-se de correspondências a serem enviadas para eleitores e apoiadores destes políticos. Mas outros parentes trabalhavam na PETROBRAS, militavam e defendiam a figura do ex-presidente Lula como o candidato da família, defensor da classe trabalhadora.

Diante do perfil identificado, selecionamos algumas abordagens para pensar os processos de socialização nas trajetórias das mulheres. As narrativas sobre si são utilizadas com a finalidade de entender o engajamento individual, ou seja, o processo de comprometimento pessoal, de filiação e de defesa de uma causa. Relacionamos, aqui, algumas abordagens da sociologia da militância para explicar esse tipo de engajamento. Com base nelas, percebemos que os condicionantes do engajamento individual podem estar relacionados à identidade, a questões ideológicas e culturais, à insatisfação e aos relacionamentos. Estas disposições são entendidas como atitudinais ou psicológicas (KLANDERMANS; OEGEMA, 1987).

No caso desse estudo, a identidade com as questões de gênero e com a causa feminista não tem a mesma relevância quanto às questões ideológicas, culturais e

aquelas ligadas à insatisfação e aos relacionamentos. Na entrevista insistimos em algumas perguntas sobre as desigualdades de gênero e as lutas feministas, a fim de perceber se estas causas ligavam as militantes. Observamos que poucos discursos remeteram à identificação com a ideologia feminista e de gênero como algo que influencia na sua visão de mundo a ponto de impactar a sua atuação frente ao sindicato.

Com isso, concluímos que apesar delas responderem categoricamente que é importante a presença da mulher nos espaços de representação e defenderem a igualdade de gênero, não foi esse sentimento de compromisso com a causa feminina que as envolveu com o sindicato. Os motivos predominantes foram: a insatisfação em decorrência de problemas no ambiente de trabalho e da conjuntura política nacional, a questão ideológica do compromisso com a classe trabalhadora e os relacionamentos de amizade.

2.2 A Importância da Socialização Familiar, Escolar e Profissional para o Engajamento Individual

As delimitações das esferas da vida são feitas aqui para classificar os tipos de vivência. Por exemplo, na esfera escolar, saber se as participantes frequentaram escola pública ou privada, além de poder indicar a classe social, nos forneceu informações sobre a existência e participação delas em movimento de estudantes, a exemplo dos grêmios. Podemos saber se experienciaram a participação em um grupo durante a infância ou adolescência, mesmo que os temas e os objetivos sejam diferentes do sindicalismo.

No desenvolvimento da análise buscamos a conexão entre os campos e as influências entre eles. A interdependência entre o campo educacional, político, do trabalho e o social, foi percebida quando consideramos os recursos mobilizados pelas militantes em suas carreiras e as relações sociais conectadas por esses diferentes espaços. Por meio dessas conexões, os indivíduos se integram em grupos e estabelecem laços. Identificamos os laços sociais ao analisarmos os processos de socialização que teve como cenário a universidade e o sindicato. A análise das trajetórias nos colocou diante de vínculos sociais que foram determinantes para o engajamento militante e a constituição dessas carreiras.

O entrecruzamento dos campos pode ser identificado na relação entre a convivência familiar e o mundo da política. Algumas tiveram parentes envolvidos com

a política a nível de partido, de movimento estudantil e do movimento sindical. Este fato sugere que essas mulheres conviveram em um ambiente aberto às discussões políticas e podem ter convivido com pessoas desse meio. Porém, outras relataram que eram proibidas pelos pais de falar sobre o assunto e de participar de qualquer atividade. Nos relatos sobre a socialização na família, algumas mulheres afirmaram que seus pais são a referência de participação política desde a infância, uns como políticos outros como sindicalistas.

Para evidenciar a influência política a partir da família destacamos a seguir um relato de uma das entrevistadas:

Meu pai foi presidente da USES, estudou no Ateneu, foi presidente do DCE, não se chamava ainda DCE. Ele sempre gostou de política desde jovem, se formou em direito, foi fundador do MDB em Sergipe e foi político durante uns 28 anos. Meu pai era uma figura totalmente diferente, morreu pobre, foi deputado 25 anos, foi vereador primeiro e era daquele tipo, não estou dizendo que é certo, mas era uma prestação de serviço, pois não existia defensoria pública e ele advogava de graça. Quem sempre votou nele foi a população pobre, a casa era cheia de gente já de manhã cedo. O escritório dele era um corredor de gente e ele atendia todas as pessoas, podia ser um mendigo. Hoje em dia para falar com um deputado é muito difícil, tem que agendar (Dirigente 1).

Uma entrevistada relatou que o pai sempre fez parte da cena cultural do estado. Era músico, ator e radialista. Ela conta que a sua mãe também fazia teatro na juventude, mas não podia participar de ações políticas, pois ainda morava com a mãe que não a permitia. Ela continua o relato dizendo que seu pai contribuiu para criação do Partido dos Trabalhadores - PT no estado de Sergipe e conheceu, em sua época de estudante no Colégio Ateneu Sergipense, figuras que posteriormente fizeram parte do cenário político local e nacional. Alguns relatos demonstraram que a família foi um espaço de experiências que promoveu os primeiros contatos com assuntos, debates e com pessoas ligadas ao meio político.

Em alguns relatos, a socialização na família e na escola foi apresentada como contatos com "pessoas referências". Algumas relataram que as suas referências políticas na infância e adolescência foram professores que falavam sobre questões políticas e promoviam debates nas aulas. Outras citaram o pai como referência, estes na condição de políticos (deputado e vereador) ou sindicalistas. Também mencionaram a influência de tios e tias que faziam parte de sindicato, ou apenas que levava as discussões sobre política para a família. Uma entrevistada declara a admiração por um político sergipano. Afirma que ele é o seu referencial e que acompanhou o seu percurso desde a infância,

pois o bar da família era usado para reuniões promovidas por esse político e o seu grupo.

A participação em grupos na infância e adolescência também pode ser uma experiência de socialização que influencia envolvimento futuros. Por isso, perguntamos se nas escolas que frequentaram havia grêmio estudantil ou outros tipos de organização de estudantes. Apenas as que passaram pela rede pública de ensino mencionaram o movimento de estudantes, mas disseram não participar. A partir desse diagnóstico pensamos as experiências da infância que envolve as relações familiares e escolares como espaços de socialização. Segundo Bourdieu (2001) é na vivência em comunidade que o indivíduo cria o sentimento de pertencimento a um grupo e se apropria dos recursos materiais e simbólicos dessas redes.

Inicialmente procuramos selecionar um modelo analítico para pensar sobre o engajamento das mulheres no sindicato, mas a experiência no campo demonstrou que a especificidade do objeto exigia mais do que um modelo predefinido. Com isso, decidimos concentrar a observação nas manifestações do objeto, notar como ele se desenha e se revela, e utilizar o conhecimento teórico para interpretá-lo.

Tanto as experiências no convívio do sindicato, quanto àquelas vividas no percurso anterior a ele, são elementos explicativos do interesse e do envolvimento na causa sindical. Os itinerários dos indivíduos são compostos pelos ciclos institucionais, ou seja, a socialização na família, nas escolas e no trabalho. Nesses ciclos, os indivíduos adquirem recursos sociais que podem ser: conhecimentos específicos, relacionamentos com pessoas, filiação a grupos e instituições. São estes recursos que os tornam aptos ou interessados em algo. Segundo Bourdieu (2001, p. 67) os recursos sociais são agregados a redes de relações institucionais e de reconhecimento mútuo. Assim podemos pensar o envolvimento político como resultante de processos que envolvem conhecimentos específicos e vínculos sociais.

Algumas abordagens da sociologia da militância tratam do engajamento individual como um processo, e neste sentido os conceitos de trajetória e carreira são mobilizados. Fillieule (2001) afirma que estes dois conceitos são partes da mesma tradição teórica, que envolve a relação entre história individual e instituições. O autor justifica a preferência pela noção de carreira, por ajudar a entender como cada passo das atitudes e comportamentos da biografia é determinado por atitudes e comportamentos do passado, onde é possível voltar e "resituar" os períodos de engajamento no ciclo de vida.

Tendo em vista que as entrevistadas são mulheres com uma carreira profissional consolidada ou em fase de consolidação, fizemos o retorno ao passado para que elas pudessem relatar os seus percursos. Neles identificamos processos contínuos e também rupturas.

O conceito de carreira permite pensar uma concepção de militância como um processo articulado às questões da predisposição à atuação política e da passagem para ação de formas diferenciadas e variáveis no tempo. A carreira é constituída pela multiplicidade de engajamentos e de compromissos ao longo do ciclo de vida (FILLIEULE, 2001, p. 201). Esse entendimento nos ajudou a desconstruir a concepção de que os múltiplos engajamentos e compromissos não tinham articulação, e que a passagem para ação poderia resultar de uma experiência isolada a um acontecimento do presente. Desse modo, mesmo diante de afirmações como, "nunca tive experiência, entrei do nada", passamos a analisar as experiências de forma articulada, observando os processos de socialização nos trajetos de cada dirigente sindical.

A ideia de Fillieule é mais aprofundada em estudo posterior desenvolvido com Pudal (2010, p. 127). Nesse estudo, os autores apresentam duas dimensões das identidades sociais como pontos de partida para análise de carreira: uma perspectiva diacrônica das transformações das identidades e uma perspectiva sincrônica dos espaços de inscrição dos atores sociais.

Fillieule, afirma que a noção de carreira acrescenta a perspectiva das múltiplas experiências e suas influências na constituição dos percursos individuais. O autor considera que o conceito de carreira é mais amplo para analisar engajamentos individuais do que a noção de trajetória. Porém, salientamos que ao invés de preferir uma à outra, buscamos em cada uma delas a melhor forma de compreender o objeto desta pesquisa, com os cuidados para não cair em uma incongruência conceitual.

As líderes sindicais que participaram dessa pesquisa não possuem antecedentes militantes, mas as suas trajetórias mostraram vivências que, embora elas não reconheçam como etapa de constituição de uma carreira militante, podem explicar traços na personalidade ou atitudes de preocupação e comprometimento com questões sociais. Essas vivências dizem respeito à participação em grupos da igreja voltados a trabalhos sociais, à prestação de serviço em comunidades vulneráveis e a práticas laborativas em comunidades em situação de pobreza. As experiências nessas atividades favorecem a socialização em grupos, além de promover o aprendizado sobre questões relacionadas aos problemas comunitários e sociais. Além da importância dessas

experiências para o envolvimento futuro em uma causa, elas podem promover o surgimento de laços e a inserção em uma rede de relações (BOURDIEU, 2001, p. 68).

Outras participantes não mencionaram situação ou experiência alguma que tivesse colaborado para o seu engajamento, justificando com declarações do tipo: "entrei do nada". Isso confirma que elas não consideram o contato com grupos e trabalhos voltados a assuntos que não sejam relacionados à militância sindical como potenciais ao engajamento.

Todas afirmaram ser o SINTUFS a sua primeira experiência de engajamento e a maioria teve contato com as pessoas da chapa já durante a campanha. Algumas relataram ter uma aproximação com determinadas pessoas que tinham uma carreira militante, dentro e fora do sindicato, e que foi por intermédio dessas que participou da formação da chapa para eleição. As oito que estão na coordenação atual informaram que foram convidadas pelo presidente da direção anterior. Outra sindicalista afirmou ter sido convidada por líderes homens que já estavam no sindicato e tinham experiência militante. As demais fizeram parte de um grupo que se articulou com dois objetivos: o primeiro deles foi o de enfrentar problemas de um do *Campus* universitário recém-implantado, e outro foi o de manter um diálogo mais próximo com a gestão do sindicato à época. Posteriormente, parte deste grupo fez oposição à gestão do sindicato na eleição, e venceu a disputa.

Algumas consideram que a sua formação profissional foi o ponto inicial para o interesse em causas políticas. Entre as dezesseis entrevistadas, quatro são assistentes sociais. Para elas, a sua militância iniciou no momento em que ingressaram no curso, afirmando que seria impossível não se engajar em uma causa após cursar Serviço Social. A noção de carreira nos ajudou a olhar esses processos como experiências de socialização que podem colocar os sujeitos diante de problemáticas desafiadoras, capazes de despertá-los à contestação dos problemas sociais.

Outras abordagens do engajamento individual úteis à nossa análise levam em consideração a constituição de competências e habilidades para a entrada, o sucesso e a permanência em determinados espaços sociais. Relacionando tal perspectiva ao campo da política, procuramos entender o engajamento individual a partir da concepção do *habitus* do político, referido por Bourdieu (1989, p. 169). Segundo o autor, para se entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo político é preciso condições de possuir uma competência específica. Portanto, pensamos que a combinação entre a disponibilidade individual com as oportunidades estruturais possa "fazer um militante".

Encontramos nos itinerários das militantes uma diversidade de experiências e processos de socialização, a exemplo de vivências escolares, inserções em grupos e formações distintas. Mesmo diante desse leque de experiências, estamos tratando de trajetórias que levaram ao engajamento em uma mesma causa. Isso nos leva a crer que outros elementos colaboram no despertar do interesse por uma causa política. Estes podem estar associados às questões da motivação, das oportunidades e da socialização. Neste ponto, a noção de carreira serviu como alternativa para apreendermos a articulação entre "as disposições, as situações e os processos de engajamento" (OLIVEIRA, 2005, p. 191).

Uma das situações que promoveram a entrada das mulheres no sindicato, conforme pode ser identificado nas entrevistas, foi o contato anterior com um grupo de colegas de trabalho que, embora tivesse sido gestado no interior da instituição, tinha um caráter informal. A experiência nesses grupos consistia em um envolvimento cotidiano, onde partilhavam ideias, insatisfações e perspectivas, diante de situações ocorridas no ambiente laboral. Tratava-se de um compromisso moral com a instituição que trabalham e com a categoria. Passy (1998) considera que a intencionalidade individual pode estar ligada à identidade, e adota dois modelos teóricos para entender o engajamento individual, o culturalista e o politológico. O primeiro relacionado aos movimentos sociais de afirmação das identidades e busca por reconhecimento, e o segundo, à interação dos movimentos com o Estado (PASSY, 1998, p. 5).

Geralmente os estudos culturalistas não se debruçam sobre instituições como os partidos, os sindicatos e as associações. Contudo, pensamos que as identidades estão relacionadas às lógicas individuais do engajamento, e em alguns momentos nos valemos desta perspectiva para pensar a articulação desses grupos, diante da identificação de concepções e ideais partilhados entre colegas de trabalho. Embora entre as mulheres não haja identificação do ponto de vista da causa feminina, há, de modo geral, entre os sindicalistas do grupo uma identificação de classe. Isto é reafirmado nos discursos proferidos nas atividades em que se fala sobre a obrigação moral do compromisso com a categoria e com a classe trabalhadora.

As entrevistas biográficas nos permitiram concentrar a atenção na ação dos atores e nas concepções sobre a própria atuação política, tendo em vista que, muitas vezes, o engajamento perpassa por uma questão moral (PÉCHU, 2001, p. 73). Quando questionamos sobre as motivações para participar do sindicato, algumas mencionaram uma espécie de dever moral perante a categoria. Elas afirmaram que, esse deve ser um

compromisso de todo trabalhador consciente, contribuir em algum momento para o crescimento da categoria e dos trabalhadores em geral.

Consideramos os processos de socialização familiar, escolar e profissional como etapas da vida, a partir das quais são constituídos os recursos sociais que influenciam nas posições assumidas pelos sujeitos. A formação profissional é um recurso determinante no engajamento das sindicalistas, uma vez que, os saberes adquiridos nesse processo influenciaram no seu envolvimento com a causa trabalhista e na assunção dos papéis no sindicato.

Em relação à escolaridade das dirigentes, apenas duas não ingressaram com o 3º grau completo, mas deram continuidade aos estudos na própria instituição e, atualmente, apenas uma não concluiu o ensino superior. Em relação ao cargo ocupado na instituição, quatro são assistentes sociais, sete são de cargo técnico especializado e as demais de outros cargos de nível superior. Percebemos que quase todas as mulheres possuem nível superior completo, embora nem todas ocupem cargos classe E²², ainda assim as de classe E são maioria. No quadro técnico-administrativo da UFS, a classe D compõe a maioria dos cargos ocupados, são 674 cargos, seguido da classe E com 116 cargos ocupados (CÔRREA et. al., 2016). Estas informações nos dão uma noção básica das características das mulheres que acessaram lugares na direção sindical, e nos permite pensar nas condições de acesso.

Em gestões do SINTUFS anteriores às duas últimas (2014 -2016 e 2017 -2018) poucos militantes do sindicato tinham o título acadêmico. O título era considerando um "diferencial". Por essa razão, recrutar pessoas com uma formação acadêmica poderia influenciar em uma atuação mais especializada e para melhorar a imagem do grupo. Segundo Bourdieu, o título é um elemento legitimador de hierarquia, ao passo que consiste em uma nomeação oficial²³. A importância atribuída ao título pelos membros

²² Os cargos do Plano de Carreira dos Servidores Técnico Administrativos em Educação instituído pela Lei 11.091/2005 são descritos em classe de acordo com o nível de escolaridade exigido, classificados na promulgação da lei da seguinte forma: A - Ensino Fundamental; B - Ensino Fundamental; C - Ensino Fundamental e Ensino Médio; D - Ensino Médio; e E - Ensino Superior. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11091compilado.htm.

²³ Mas a lógica da nomeação oficial nunca se vê tão bem como no caso do *título* - nobiliário, escolar, profissional - capital social, simbólico e até mesmo juridicamente garantido. O nobre não é somente aquele que é conhecido, célebre, e mesmo conhecido como bem, prestigioso, em resumo, *nobilis*. Ele é também aquele que é reconhecido como por uma instância *oficial*, "universal", quer dizer, conhecido e reconhecido por todos. O título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico, institucionalizado, legal (e não apenas legítimo) (BOURDIEU, 1989, p. 149).

do sindicato, talvez possa ser explicada pela própria natureza da universidade como oficializadora do certificado acadêmico.

A titulação acadêmica pode ser um elemento importante para explicar a ampliação do número de mulheres no sindicato. Isso pode fazer parte da lógica que preconiza que as mulheres precisam provar que merecem estar onde estão apresentando um *plus*. Podemos compreender esta lógica a partir da ideia do *script sexuado* desenvolvida pelas autoras Nicky Le Feuvre e Nathalie Lapeyre, para abordar a crença de que os homens possuem competências na esfera profissional, portanto não necessitam demonstrar capacidade antecipadamente, ao passo que as mulheres necessitam (LE FEUVRE; LAPEYRE, 2005, p. 114). As mulheres que participaram da gestão do sindicato em anos mais remotos conseguiram identificar que o título acadêmico era reconhecido como um recurso importante e que legitimava a sua entrada e atuação no sindicato.

Percebemos nas narrativas que a questão da experiência militante é muito valorizada, pois respalda a atuação, a liderança e as opiniões. A escolaridade também é um aspecto valorizado. O título acadêmico foi muitas vezes citado como um capital a mais que o militante tem para se diferenciar no grupo. Das três últimas gestões analisadas, 2005 a 2014, de 2014 a 2017 e de 2017 a 2018, percebemos que o título acadêmico foi mais enfatizado como diferencial na primeira, pois nas últimas duas, a maioria dos participantes tem ensino superior completo, diferente das gestões mais antigas.

A experiência militante em outras causas, também é um elemento de valorização e reconhecimento entre os pares no sindicato. Procuramos saber se elas atuam ou atuaram em outro sindicato, partido político, movimentos sociais, fóruns, comitês, associações de moradores, conselhos, ou em qualquer outra instância de participação, representação ou controle social. A experiência anterior em qualquer tipo de participação política, ainda que breve, pode ser importante para inserção ou envolvimento duradouro na militância. Identificamos que muitas participaram de grupos religiosos, e que por meio desses, desenvolveram trabalhos assistenciais.

Afirmamos anteriormente que o envolvimento com o SINTUFS foi a primeira experiência militante das entrevistadas. Todas declararam que, por isso, se sentiam inseguras, mas que os seus "companheiros de militância" as ajudavam, uma vez que, eles tinham mais experiência.

A afinidade e a experiência com a assistência social destacam a predisposição das militantes às causas coletivas. Em seus relatos, elas afirmaram que sempre foram preocupadas com a questão da desigualdade social. Talvez isso possa explicar o interesse dessas mulheres pelas pastas de assuntos assistenciais do sindicato, se considerar que foram essas as temáticas “portas de entrada” nos movimentos políticos e sociais dessas mulheres. Vejamos uma das narrativas feitas pelas dirigentes sindicais: “Eu era envolvida com o grupo da igreja, gostava de trabalhar com pessoas de idade. Fazia trabalho de alfabetização em comunidades rurais. Esse trabalho era promovido por uma pessoa que era de uma família de políticos da cidade. Então, eu sempre gostei de trabalho voluntário” (Dirigente 10).

Essas diferentes formas de inserção das militantes não se explicam apenas por disposições psicológicas, tais como identificação com uma causa, afinidades com questões assistenciais, ou mesmo com papéis sociais já assumidos anteriormente. Mas, também, pelos “processos através dos quais os indivíduos se alinham e começam a participar de um determinado movimento” (OLIVEIRA, 2005, p. 66).

Diante disso, pensamos que o engajamento político sindical pode decorrer de vivências não planejadas dos indivíduos, pois, nem sempre, a entrada no movimento sindical representa uma continuidade de um histórico de ações que são fruto de escolhas que passam pelos sonhos da infância ou mesmo pelas afinidades anteriores à fase adulta. Há casos em que a entrada para o movimento teve como motivador um fato isolado na vida dessas mulheres. Isso não implica dizer que as causas ou histórias de entrada representam mais ou menos importância aos papéis assumidos na militância sindical. Todavia, são relevantes, na medida em que a pesquisa trata dos percursos que desencadeiam o envolvimento nesses movimentos.

2.3 Os Vínculos Afetivos como Motivação e como Barreira ao Engajamento Militante

Os laços pessoais foram importantes para o envolvimento das mulheres na causa sindical. As militantes mencionaram, em vários momentos, as relações de amizade e de cumplicidade entre os pares. Elas reportam-se a momentos de socialização e confraternização fora do ambiente sindical, por exemplo, encontros, comemorações e reuniões na residência de alguns. Além disso, algumas contaram que compartilham questões da vida pessoal com colegas do sindicato. Esta relação mais próxima não

envolve todos que militam juntos no sindicato. Geralmente são aqueles que compõem os subgrupos já mencionados nesta seção. O envolvimento mais íntimo cria uma atmosfera de união entre as pessoas que faz com que elas se sintam comprometidas com a causa militante, mas também com os seus pares. O sentimento de união e solidariedade motiva-os à participação. Esses laços criam um compromisso pessoal.

Mas os vínculos afetivos também foram destacados como barreiras à participação no sindicato. As militantes afirmaram que precisam administrar as relações afetivas e familiares para participar das atividades. Algumas declararam que teve problemas com os seus companheiros e também com filhos. Elas reiteraram que aquelas que não são casadas e não têm filhos são mais disponíveis.

Centramos a análise nos vínculos sociais estabelecidas no ambiente do trabalho e no espaço sindical. Consideramos a linha dos autores norte-americanos, que pensam o engajamento militante sob a influência dos laços de amizade ou familiares (MCADAM; PAULSEN, 1993) e das análises de redes, sejam elas formais ou informais (KLANDERMANS; OEGEMA, 1987). O compartilhamento de ideias, crenças e práticas nessas redes compõe ideologias que também são motivações para se engajar, principalmente as compartilhadas nas redes informais. Os laços pessoais se apresentaram nesta pesquisa como um dos principais condicionantes do engajamento individual. Nas entrevistas, as participantes apontaram problemas no ambiente de trabalho como principal motivo da aproximação com o sindicato, isto porque, enxergavam no sindicato um ambiente de amizade e acolhimento.

Em geral, a aproximação com o sindicato se deu a partir de contatos pessoais formais e informais. No primeiro caso, buscando diretamente a atuação da instituição como ente representativo, porém, contatando uma pessoa que já conhecia ou com quem tinha afinidade. No segundo caso, por meio de grupos formados por pessoas que não estavam na direção sindical, mas que se organizaram pela identificação com os mesmos princípios e as mesmas expectativas em relação à luta sindical.

Outro ponto que nos fez considerar as relações pessoais como principal meio de contato com o sindicato e acesso à liderança, foi a inserção em chapas para concorrer à direção do sindicato. Segundo relatos, este contato ocorreu por meio do convite de colegas que tinham um percurso na militância sindical. Essa informação revela também que a maioria das mulheres que acessaram a direção foi convidada por colegas homens, aos quais elas se referiam como "o colega experiente na militância".

Os processos de socialização em torno do sindicato se estabelecem na composição de grupos. Estes são formados por afinidades ideológicas e são compostos por homens e mulheres. O que há em comum entre os grupos é o fato de seus líderes ou protagonistas das ações serem homens. Identificamos três grupos. Em um deles, as mulheres estão cotidianamente participando das atividades. Nos outros dois, elas participam apenas em momentos mais importantes, por exemplo, nas votações em que há grande disputa ou em algum ato convocado pela FASUBRA, assumindo o posicionamento dos seus grupos.

Existem outras pessoas que sempre participam das atividades sindicais e que não têm aderência aos referidos grupos, Elas não fazem parte do contexto das disputas, e talvez nem consigam perceber essa dinâmica. Nesse sentido afirmamos que a adesão a um grupo é a maneira de acessar à direção do sindicato e de constituir e obter sucesso na carreira militante. A atuação junto a um grupo, bem como as tensões entre estes, representam um mecanismo próprio de funcionamento da instituição e dos processos de socialização em torno da participação sindical. Esse parece ser um mecanismo de retroalimentação, pois a atitude do grupo de "marcar território" se fazendo presente e defendendo opiniões, leva o sindicato à ação. O mecanismo denota a importância de redes interpessoais ou *interpersonal ties* (MCADAM; PAULSEN, 1993, p. 644) tanto para o recrutamento das militantes, quanto para a permanência delas.

Destacamos o reconhecimento entre os pares como um elemento que fortalece os vínculos pessoais e que influencia no comprometimento das sindicalistas com a causa trabalhista. Em algumas falas, elas revelam a confiança e admiração pelos colegas e reforçam o compromisso com a instituição.

Ser reconhecido entre os pares é fundamental na atuação política. Nesse sentido, o militante necessita buscar estratégias de reconhecimento. O título acadêmico aparece como um diferencial, principalmente para as mulheres que precisam provar que merecem estar ocupando aquele espaço. Uma das dirigentes relata ter percebido que os colegas a respeitavam por ela ter uma formação acadêmica. Ela explica que as mulheres precisam ser auto vigilantes em suas falas e suas ações, pois elas são mais cobradas que os homens. Enquanto militante, ele diz que sempre teve que assumir uma posição firme e cuidadosa nas decisões, pois receava errar, ser cobrada e deslegitimada por ser mulher. O trecho da fala, a seguir, esclarece melhor as suas conclusões:

Quando eu cheguei meus companheiros já tinham anos luz a minha frente. Eu sempre fui firme nas minhas posições. Tinha consenso nos encaminhamentos, mas se tinha algum erro era massacrada e eles não fazem

isso quando é com homem. É como se a gente não pudesse errar, a gente que é mulher tem que acertar tudo. Mas eles me ouviam também. Quando eu estava lá, as pessoas diziam ela é formada, como se isso não fosse pouca coisa. Me ouviam por isso e pela minha visão profissional (Dirigente 5).

Incentivamos as sindicalistas a falarem sobre a sua participação e das outras colegas. Nesse momento, elas puderam fazer uma análise sobre a atuação das mulheres no sindicato. Os relatos são semelhantes: quase todas afirmam fazerem o que podem e o que está ao alcance. Algumas dizem que queriam fazer mais, contudo, há impedimentos de ordem pessoal. Ao falar da atuação das outras mulheres, falam com entusiasmo, elogiando as colegas e classificando como "mulheres de luta", "aguerridas", "comprometidas". É também nesta ocasião em que elas manifestam as dificuldades para atuar. Elas citam, principalmente, a "terceira jornada", e a dificuldade para compreender questões administrativas e políticas do sindicato, enquanto instituição. Para as sindicalistas, essa lacuna reflete a falta de experiência na militância política que não falta aos homens.

Nesse sentido, se observa que há entre elas um reconhecimento em relação à importância da participação e do nível de engajamento de algumas colegas. Todavia, as próprias falantes julgam terem as suas oportunidades de fala e participação efetiva numa esfera política nacional, para além da participação local, obstadas pelas demandas familiares atribuídas culturalmente e socialmente às mulheres. Isso, porque, elas consideram que ter filhos e constituir família representa, em alguma medida, um obstáculo à participação política efetiva fora dos limites da sua atuação sindical local.

Percebemos que as sindicalistas reconhecem o esforço e o compromisso das mulheres na atuação militante. Em relação aos homens, elas reconhecem o conhecimento e a experiência política e militante.

Em determinado ponto, a entrevista retorna ao âmbito familiar. Mas o objetivo, desta vez, é entender os laços familiares atuais, o estado civil e se tem filhos e a idade deles. Diante dessas informações, incentivamos a participante a relatar sobre o seu cotidiano familiar, revelando aspectos da vida privada que podem influenciar no envolvimento e participação militante. Os aspectos da vida pessoal não estão restritos ao ambiente doméstico, protegidos pelos costumes e baseados na intimidade das pessoas. Eles extrapolam essas fronteiras e afetam os comportamentos, as atitudes e as relações. Portanto, os domínios da vida doméstica e não doméstica não podem ser interpretados isoladamente (OKIN, 2008).

Muitas vezes, quando as mulheres se envolvem com atividades externas ao lar e dedicam muito tempo, elas são cobradas como se estivesse negligenciando aquela que deveria ser a sua preocupação principal, a família. As cobranças de filhos, companheiros e outros parentes foram apontados como problemas que tiveram que ser administrados. Entre as mulheres que declararam ter um relacionamento amoroso, apenas duas afirmaram serem apoiadas pelos parceiros, inclusive, eles participam de algumas atividades. As demais narram tensões pelas quais já passaram em seus relacionamentos por conta do seu envolvimento com o sindicato.

Do mesmo modo que os relacionamentos afetivos podem ser obstáculos no engajamento político, por vezes, podem significar um incentivo à entrada das pessoas em um espaço ou em um grupo e podem ser importantes para efetivar vínculos. Esses laços representam motivações individuais que levam ao engajamento militante, e explicam que o envolvimento em uma causa nem sempre acontece em decorrência de um sentimento coletivo (KLANDERMANS; OEGEMA, 1987).

Destacamos a importância dos vínculos pessoais para engajamento e permanência na militância. Esse envolvimento continuado oportuniza a ocupação de outros espaços em instâncias da UFS em que os técnico-administrativos têm participação representativa, por exemplo, nos conselhos superiores: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho Superior Universitário, na Comissão de Acompanhamento e Supervisão da Carreira, na Comissão Permanente de Flexibilização da Jornada, entre outras.

Outro fato que explica a permanência é quando elas passam a se envolver com atividades promovidas pela FASUBRA, o que implica em viajar constantemente e ser um elo entre o sindicato e a federação. Algumas delas assumiram uma espécie de papel de porta-voz entre o sindicato e a federação como representantes de agendas de luta, a exemplo, da Frente Nacional contra a Privatização do SUS, da Frente em Defesa dos Hospitais Universitários, da Frente Nacional contra a Privatização das Instituições Federais de Educação Superior, além de reuniões setoriais do serviço público federal.

Elas também acessaram lugares de representação e controle social fora do ambiente da universidade, por exemplo, em partidos políticos, em movimentos sociais e em conselhos de classe. Algumas dirigentes passaram a circular em outros espaços políticos e se utilizar desse trânsito na prática militante, promovendo parcerias com outras instituições e movimentos sociais.

As redes de relações e a aquisição de um capital militante foram importantes para explicar a permanência na militância, ou seja, o engajamento, como entendido por Silva e Ruskowski (2016, p. 192). Para os autores há distinção entre engajamento militante, participação política em processos político-institucionais e ativismo individualizado e pontual. No engajamento militante há um envolvimento duradouro, diferente da participação política e do ativismo individual e pontual. Portanto, há diferentes formas de analisá-los. Os percursos analisados nessa pesquisa revelam a importância dos vínculos sociais na passagem do ativismo individualizado para o envolvimento duradouro.

2.4 A Concepção das Militantes Sobre o Papel da Mulher na Política

Reservamos nas entrevistas um espaço para o discurso livre sobre temas disparadores da fala, que aparentemente não estão ligados ao que se entende por causa sindical. São eles: mulher na política; mulher no movimento sindical; cotas e paridade representativa; feminismo; e "machismo". O objetivo foi compreender as concepções sobre a própria ação militante e também sobre as temáticas envolvidas no estudo da participação política da mulher.

Todas assumiram uma opinião comum sobre a mulher na política e no sindicato. Afirmaram ser importante, mas as explicações se diferenciaram um pouco. Algumas justificam a presença da mulher recorrendo a características consideradas femininas, como, a sensibilidade, o compromisso, a ética, a compaixão. Elas, prontamente afirmavam que é muito importante a presença da mulher nos espaços de poder e, em seguida, acrescentavam obstáculos e desafios para concretização de uma participação efetiva. Apresentaram experiências negativas de mulheres na política e davam o exemplo da primeira presidenta do Brasil. A partir dos argumentos percebemos as representações sobre mulheres na política, à luz do próprio olhar feminino sobre os seus papéis enquanto militantes sindicais.

A Dirigente 13, classifica a participação feminina na política e no sindicato como essencial. Para ela, mulheres são mais sensatas que os homens, “estes pensam com o racional”, enquanto elas associam razão e emoção. Acredita que todas as mulheres devem se preocupar e pensar em participar da política, pois o número de representantes ainda é muito pequeno, o lugar "delas" não está sendo ocupado. Continua fazendo uma análise do contexto político nacional, afirmando que, mais do que nunca é a hora das mulheres assumirem seus postos, pois eles estão sendo ocupados por homens,

que são machistas, conservadores, que acham que a mulher deve estar dentro de casa. Finaliza com a frase: "A mulher tem que estar onde ela quiser estar".

Outro relato seguiu o mesmo sentido. A participante destacou características consideradas femininas, enquanto justificativa da liderança feminina: "Acredito que nós somos mais sensíveis, temos mais empatia, somos grandes líderes, desde que a gente tenha uma formação ética, moral, com valores. Eu queria muito que fosse ampliado nos sindicatos, nos partidos" (Dirigente 12).

Outra visão sobre o mesmo assunto é que há necessidade das mulheres atuarem política. Todavia, as mulheres que se dispuserem a estar nesses espaços devem estar conscientes do seu papel e devem ser cuidadosas com os "jogos políticos". Na concepção da sindicalista, a participação das mulheres difere da participação dos homens, pois o mundo da política é familiar a eles, diferente das mulheres que, segundo ela, "precisa ter inteligência para subir e se igualar" (Dirigente 3).

Outra dirigente critica a ex-presidenta da república, Dilma Rousseff, e lamenta que tenha sido ela a primeira representação de mulher no maior posto de liderança do país. Mais uma vez encontramos a opinião de que é importante a presença de mulheres na política, mas que não deve ser qualquer mulher. Percebemos uma opinião comum a respeito da participação da mulher na política. Elas reconhecem a importância, mas reiteram que não são todas que merecem acessar os cargos de poder. Apenas aquelas que representem os anseios de toda uma classe.

Para elas, mulheres que assumem um discurso machista não conseguem representar a causa feminina de fato. Apesar disso, defende a necessidade de medidas para a ampliação das oportunidades. Contudo, somente aquelas que defendem as demandas femininas devem ser escolhidas. Embora nas falas tenha sobressaído uma ressalva a escolha das representantes mulheres, algumas concordam que é um avanço social, trata-se da valorização feminina diante de um mundo machista.

Outra opinião comum foi de que apenas mulheres podem entender e atender as demandas femininas. Segundo a entrevistada, "os homens, pela sua história e vivência, não vão entender as necessidades. Por isso, são as mulheres que devem dizer quais são essas necessidades e as suas bandeiras. A dirigente finaliza seu relato corroborando com as demais, afirmando que "nem todas que estão na política representam as mulheres" (Dirigente 5).

Destacamos em mais uma fala a ideia que nem toda mulher merece estar na política. A entrevistada justifica seu argumento exemplificando uma propaganda

partidária que convoca as mulheres à participação, definindo-as como donas de casa que podem contribuir com as habilidades adquiridas na experiência doméstica. Para ela isso significa uma inserção da mulher sem mudança, e o resultado é a reprodução de um papel passivo, limitado. Assim como outras entrevistadas, ela se reporta a ex-presidenta Dilma Rousseff para falar sobre representação feminina. Em sua opinião, esta experiência teve um lado positivo e outro negativo. Foi positiva a eleição de uma mulher para o maior cargo de poder político nacional e o maior ganho foi provar que quando a mulher quer ela pode estar naquele lugar.

Em contra partida, a negatividade está na reprodução de algo que acontece muito quando as mulheres alcançam um lugar que tradicionalmente não foi delas. Assim elas tentam se adaptar para agradar e assumem um comportamento masculino. Em termos gerais, ela considera importante a passagem de uma mulher pela presidência da república, apesar de não ter sido aberto os caminhos possíveis nas questões sobre a mulher. O que ocorre é que geralmente elas assumem uma postura rígida, assim acontece com juízas, delegadas, advogadas, promotoras. Finaliza dizendo não saber qual seria a solução, mas o fato é que, do mesmo modo que não deve ser qualquer mulher na política, também não deve ser qualquer homem. Mas somente pessoas comprometidas com mudanças (Dirigente 6).

A temática que seguiu as entrevistas foi a das cotas e da paridade representativa. Sobre os assuntos, a maioria considera importante e faz referência a iniciativa do SINTUFS de trazer em seu estatuto a paridade entre homens e mulheres na representação sindical. Uma delas demonstrou não conhecer essa normativa do sindicato e disse que chegou à coordenação sem precisar de cotas. Uma das entrevistadas se posicionou totalmente contra qualquer tipo de cota.

Os temas finais foram feminismo e machismo e estes foram confundidos por algumas entrevistadas como sendo dois polos opostos e extremos de posicionamento sobre os papéis, e afirmaram serem contra os dois. Entretanto, a maioria definiu o feminismo como necessário na sociedade, caracterizando-o como a luta das mulheres por igualdade. Elas dizem que o machismo representa um atraso cultural, que ainda existe muito, mas precisa ser superado.

A Dirigente 8 considera importante a luta das mulheres, mas diz preferir não se ater ao feminismo e sim aos direitos iguais, às oportunidades iguais. Para ela, pessoas radicais acabam desvirtuando a finalidade do feminismo. Em suas colocações, demonstra pensar nos termos machismo e feminismo como termos antônimos,

afirmando que pessoas extremistas usam o feminismo para se colocarem contra os homens. Ela afirma não ser essa a linha dela e sim a do respeito aos direitos iguais e às escolhas dos outros. Em seguida, classifica o feminismo como sendo a luta da mulher por igualdade. Ela atribui a culpa pela cultura machista às famílias tradicionais, a forma como os filhos são criados.

Em outro trecho identificamos uma clara confusão entre os termos. A militante diz que, quem reforça o feminismo é a mulher por querer se igualar aos homens. Fato impossível, já que homens e mulheres são diferentes. Para ela as mulheres são feministas quando querem se destacar e alcançar um espaço. Os homens não precisam fazer isso, pois já estão nos espaços sociais. Ela finaliza apresentando que tem consciência que há discriminação de papéis na sociedade em relação às mulheres e em seguida define o machismo como "uma visão social da antiguidade", que é cultural, mas está sendo quebrado na atualidade. Finaliza afirmando "tanto o machismo quanto o feminismo é cultural, existe tanto homem feminista, como mulher machista" (Dirigente 3).

Percebemos nas falas que, aquelas que apresentavam conhecimento sobre a concepção do feminismo já fizeram leituras e tiveram acesso a debates sobre o tema. Abaixo descrevemos um trecho da fala da militante que ilustra bem a formação do pensamento a partir do conhecimento da temática:

Feminismo... Eu me aproximei da discussão do Feminismo já na graduação, mas muito pouco, quando eu comecei a estudar mais já estava na pós-graduação quando surgiu a discussão do Feminismo como algo que eu já deveria ter atendido há muito tempo. Deveria ser natural. Para mim é natural. Para além das discussões empobrecedoras sobre o Feminismo, ainda que tenha diversas vertentes, tem que ser uma discussão de que eu me entendo feminista, porque entendo que a mulher tem que ter acesso igual aos direitos. Entendo que é desigual e só quero que seja igual, não acho que para isso tenha que haver sobreposição de um e outro. Para mim isso é tão simples que não consigo entender alguém que não perceba isso. Isso é intrínseco a mim. Eu não queria ter nascido em uma sociedade desigual, mas nasci então quero ter igualdade. Não parto do pressuposto que a mulher tenha que se entender feminista, mas dela perceber uma relação desigual. Tem muito a ver com a construção histórica que demonizou o Feminismo, acho que a questão é essa, elas estão muito presas a esse debate de que é uma ideologia, um dogma, uma doutrina, como se quiséssemos doutrinar as mulheres para serem 'rasgadoras' de sutiã (Dirigente 15).

Após falarem um pouco sobre o seu lugar no sindicato, perguntamos às participantes sobre a atuação das outras mulheres. Isto permitiu que fizessem uma avaliação de si e das outras integrantes, além de oportunizar que citassem outras mulheres que participaram do sindicato, e que por ventura estejam afastadas. Elas puderam, então, narrar sobre a sua atuação e das demais nas atividades administrativas e

políticas, momento em que apontaram dificuldades, mas também elogiaram o desempenho.

Na fala de uma sindicalista, ela define as mulheres da coordenação como aguerridas e que elas não têm medo do enfrentamento. Ela conta que em uma caravana à Brasília convocada pela FASUBRA, as mulheres foram para linha de frente e estavam dispostas a seguir orientações das lideranças do movimento, "se fosse para invadir o Congresso Nacional a gente invadia. Somos mulheres que não fogem à luta, somos muito participativas" (Dirigente 4).

Questionamos a respeito da disposição e disponibilidade para participar de atividades fora do território sindical, como plenárias, congressos regionais e nacionais e, do mesmo modo, de atividades promovidas por outros sindicatos, centrais e instituições no estado ou fora dele. Elas disseram que, infelizmente, nem todas as mulheres podem ir, pois algumas têm filhos e não tem com quem deixá-los. Muitas confirmaram já terem ido para ações fora da base sindical e relacionaram colegas com potencial político, mas que nunca puderam se deslocar para fora do estado por serem casadas ou terem filhos.

A Dirigente 1 cita o caso de uma das colegas, a qual ela considera ter um grande potencial político, "é eloquente em suas falas e conhece muito sobre política, porém ela nunca pode viajar para atividades fora da base sindical".

Declaramos anteriormente que a maioria não têm filhos, e que esta foi uma questão apontada por elas como algo que influencia no engajamento. Elas citaram situações de dificuldades, pelas quais as colegas que têm filhos passam quando assumem a militância. A questão reitera que os papéis familiares ocupados por mulheres exerce influência no grau de engajamento destas na militância política. Já havíamos tratado dessa influência sob a ótica de uma militante que assumiu o sindicato como presidente no período de afastamento do titular. Ela enfrentou muitas dificuldades por conta de questões pessoais de âmbito doméstico.

A relação engajamento-tempo e engajamento-papéis-sociais da mulher estão presentes nas falas das militantes que assumem o papel de mãe e mulher, e daquelas que assumem outras obrigações familiares. As entrevistadas que não têm filhos são encarregadas de obrigações familiares de outra natureza, cuidam de pais idosos ou de sobrinhos. Ou seja, as mulheres dessa pesquisa estão enquadradas no padrão de responsabilidades dos cuidados com a família. O extrato a seguir foi um recorte da fala de uma mulher divorciada e sem filhos, mas que trata de entraves à participação da

mulher semelhantes aos entraves elencados pelas mulheres que assumem esse "terceiro papel", conforme segue:

[...] tem que ter mais mulheres no sindicato. Mas nós temos nossas particularidades, as mulheres são mães, engravidam, têm a terceira jornada, por mais que digam que tem que dividir. O movimento ganha muito quando as mulheres se engajam, pois quando elas se engajam é porque acreditam. Tem que levar essas particularidades em consideração. Quando Xx chegava 6h ninguém queria saber que ela tinha um filho, diziam: 'cadê' Xx? Ah, mas X está aqui... Pessoas do nosso convívio diziam isso. É como se dissessem, não quer ocupar o mesmo lugar que o homem? [...] (Dirigente 2).

Em muitos momentos das entrevistas as participantes colocaram que filhos dificultam a participação da mulher, seja no sindicato, seja na política ou em qualquer atividade que exija tempo e dedicação. Elas afirmaram já terem sido cobradas pela ausência, por chegarem atrasadas ou precisarem sair mais cedo de uma atividade por conta de compromissos com filhos. Em um dos relatos foi dito que, quando uma colega engravidou enquanto estava na direção, a notícia desagradou alguns parceiros do sindicato.

A militância demanda tempo, envolvimento contínuo e, muitas vezes, intenso. A gravidez é um acontecimento na vida da mulher que a retira por um período das atividades sociais, como o trabalho e os estudos. Por vezes, esses dois momentos podem ser vistos como incompatíveis, especialmente se considerarmos o dinamismo dos acontecimentos políticos que fortalece uma visão do militante como um sujeito sempre alerta e em atividade. Esse é um lugar culturalmente ocupado pelo sujeito masculino. Propomos, então, pensar na conversão que a mulher precisa fazer para se inserir e se firmar em um espaço que não é seu de origem (BUSCATTO, 2009, p. 86).

A elaboração e efetivação de políticas públicas são defendidas por movimentos de mulheres como medidas necessárias ao enfrentamento dessas desigualdades de gênero no mercado de trabalho (FARAH, 2004, p. 47). Espera-se que o Estado crie políticas públicas para família e que desenvolva mecanismos que viabilizem a saída dos pais para o trabalho, sem que isto cause prejuízo ao papel de cuidado com a criança. Essa preocupação fez parte das reflexões da teoria feminista e, em alguns países, resultou em propostas e políticas públicas de modelos de organização social das esferas doméstica e profissional, a exemplo da França (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Voltamos aqui a tratar da divisão sexual do trabalho após demonstrar, na experiência das nossas participantes, como a distribuição de papéis, regulado por modelos sociais reduzidos a diferença do sexo, ainda influenciam as condições e

oportunidades de ocupação de espaços na sociedade. Helena Hirata e Danièle Kergoat realizaram estudos sobre a divisão sexual do trabalho na perspectiva de que consiste em mais uma forma da divisão do trabalho, essa baseada nas práticas sexuadas enquanto construções sociais resultantes das relações (HIRATA; KERGOAT, 2007).

As autoras falam, em seu estudo, da sociedade francesa, mas a relevância analítica confere amplitude à abordagem. Anteriormente, expomos sobre o cuidado em tomar as impressões e os resultados de pesquisas realizadas em outros contextos para entender a questão local. Contudo, não podemos desprezar os alicerces de uma tradição de pensamento. A compreensão de divisão de papéis sociais foi um dos primeiros empreendimentos etnográficos sobre família e sobre a repartição das tarefas entre homens e mulheres, noção encontrada em Levi-Strauss. O conceito de divisão sexual do trabalho apresentado pelas autoras articula bem dois princípios norteadores desse estudo: o da separação entre trabalho de homem e trabalho de mulher e o princípio hierárquico, do qual se extrai a máxima de que o trabalho do homem “vale” mais que o da mulher" (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

A sociedade ainda é organizada com base na divisão de papéis e distinções entre os sexos, influenciando o comportamento de homens e mulheres nas diferentes esferas da sociedade, seja na família, no trabalho, na política etc. As desigualdades de gênero em relação aos papéis assumidos pelas mulheres dizem respeito ao âmbito do trabalho doméstico e às atividades assumidas por elas no sindicato. No tocante ao trabalho doméstico, trata-se da atribuição à mulher como principal responsável com as tarefas domésticas e familiares. Esse papel é transferido para a atividade militante na assunção dos papéis dos cuidados com as pessoas.

Apenas uma entrevistada afirmou dividir as obrigações, de forma igual, com o companheiro. As entrevistadas falaram do trabalho doméstico se portando ao tempo disponível para outros compromissos sociais. Assim, a ocupação com as atividades domésticas influencia a disponibilidade para as atividades sindicais e as múltiplas ocupações são divididas em jornadas: o trabalho, a família e o sindicato. O fato de ter um companheiro que não é militante também foi reportado como entrave à participação.

Destacamos um trecho de uma das entrevistas que exemplifica bem como as os diferentes âmbitos da vida estão entrecruzados e interfere um no outro. Nele, a entrevistada descreve como administrava a relação afetiva, o trabalho doméstico e os compromissos com a militância.

[...] como eu disse nunca tive problema com meu marido, mas ouvia relato de outras mulheres que brigavam muito para participar. Eu disse ao meu marido, agora estou no sindicato, diga a sua família, pois eles podem me ver na televisão, eu vou estar sempre acompanhada de homens, e por favor, você é o meu marido [...] eu nunca deixei minha casa 'à toa', minhas obrigações. Como se só a gente que tem obrigações... Ele nunca chegou para minha casa está desarrumada. Ia para CUT dia de sábado, porque em sindicato a gente trabalha de manhã, de tarde e de noite. Mas eu procurei dosar muito bem. Quando passava do horário dava uma ligada, quando ia para o CONFASUBRA era mais de uma semana. Eu arrumava marmitta, mandava limpar a casa, tinha diarista, não gostava de ter empregada. Eu deixava tudo perfeito para não ter problema (Dirigente 5).

Para entender como os lugares no sindicato são galgados, indagamos a respeito da pasta ou direção/coordenação ocupada. Buscamos saber como elas e os outros membros assumiram, se foi por atribuição ou escolha. O nosso interesse é conhecer os mecanismos de disputa pelos postos de liderança no sindicato. Se esses lugares são ocupados, segundo a dinâmica da divisão social e sexual do trabalho. A resposta predominante foi que os lugares são ocupados por afinidade dos membros com a temática das pastas. As entrevistadas relataram como escolheram a pasta, falando sobre a função desta e a afinidade com os assuntos de que trata.

Em muitos casos percebemos que experiências anteriores e o conhecimento da área profissional são as principais motivações da escolha. A Dirigente 3 explica que escolheu ficar na coordenação de trabalhadores terceirizados e de empresas conveniadas e contratadas, por se importar com problemas que envolvia esses trabalhadores. Tais como, atraso do salário, condições insalubres de trabalho, discriminação, injustiças. Ela finaliza dizendo que cada um foi para a pasta que tinha mais interesse e afinidade.

Os relatos revelaram algumas dificuldades enfrentadas pelas mulheres na atuação sindical. São algumas delas: a questão do tempo, pois não são liberadas da atividade laboral para atuar no sindicato; a questão da jornada em casa, pois mesmo as que não têm filhos são responsáveis pelas atividades domésticas e cuidam de pai ou mãe idosos; e a falta de experiência militante ou dificuldade para entender o funcionamento do sindicato, administrativamente e politicamente. Uma das participantes mencionou que ficou responsável pela secretaria geral do sindicato que tinha como função lavrar as atas das reuniões e organizar documentos.

Ela afirma que ocupou uma pasta "que não precisava pensar", pois não tinha experiência e não era conhecedora das teorias políticas. Por esse motivo, achava que havia preconceito entre os colegas. No momento das reuniões tinha que usar outros mecanismos para argumentar e acreditava que os colegas não davam muita importância

ao que falava. Ela não considerava que o fato de ser mulher influenciava no comportamento dos colegas em relação aos seus posicionamentos, pois havia uma dirigente que eles respeitavam as opiniões. Na sua visão, o motivo era a falta de estudo e participação política. A dirigente reconhece que a formação política é fundamental para uma atuação efetiva e muitas mulheres não tiveram oportunidade.

Na sequência, perguntamos quais são as pautas e os temas que interessam a um sindicato. Neste ponto queremos saber da participante como pensam a atuação e a responsabilidade do sindicato. Estas informações dão pistas do que é discutido pelo movimento e se há abertura para debater temas como machismo, homofobia, racismo, gênero, pautas consideradas secundárias, mas que há algum tempo circula no movimento sindical.

Sobre os desafios do movimento sindical na atualidade predominaram respostas que vinham de uma análise da conjuntura nacional. O governo atual, e os ataques aos direitos sociais foram classificados como o problema mais urgente a ser enfrentado. Esse foi o discurso dominante entre elas. A coleta não nos permitiu inferir se essa é uma visão própria da experiência feminina sindical ou se é uma reprodução discursiva atual dos movimentos políticos. Em menor frequência, apareceram questões de pautas locais que representam os desafios do SINTUFS, a exemplo de matérias, como, o assédio moral, a flexibilização da jornada de trabalho e o registro de frequência biométrico.

Antes de finalizar, pedimos que as participantes falassem sobre a experiência de colaborar com a pesquisa e a sua opinião sobre o estudo. Nosso interesse foi confirmar as representações das militantes sobre a temática abordada e sobre a própria atuação. Elas afirmaram que o estudo contribuía para visibilidade da mulher na política e que isso poderia despertar o interesse de mais mulheres em participar.

2.5 Conclusões

Neste capítulo apresentamos algumas das abordagens da sociologia da militância que nos foram úteis para pensar o engajamento das mulheres no movimento sindical. Tomamos os modelos de história de vida de Howard Becker e o de trajetórias de Pierre Bourdieu como modelos possíveis para pensar diferentes percursos que resultaram no envolvimento com uma causa política.

As vivências em etapas anteriores ao envolvimento com o sindicato foram importantes na construção de experiências, conhecimentos e constituição de laços sociais. Além disso, o sentimento de pertencimento a classe trabalhadora, a insatisfação

diante de problemas no ambiente de trabalho e do contexto nacional político-social e a ideia de compromisso moral com a categoria profissional e com os trabalhadores emergiram como predisposições ao engajamento na causa sindical.

As análises foram feitas a partir das narrativas extraídas das entrevistas biográficas. Esse instrumento foi fundamental para compreender as diferentes etapas dos percursos das informantes, uma possível ordem cronológica dos acontecimentos, os seus encadeamentos e as conexões entre os diferentes campos da vida dessas mulheres.

Os discursos revelaram as próprias representações da sua participação política, da posição de militante e da participação política e sindical. O pensamento comum entre elas é de que as mulheres devem e podem ocupar posições de liderança na sociedade, mas infelizmente ainda há uma série de barreiras culturais e sociais que dificultam o acesso.

A análise dos itinerários como um processo nos colocou diante do perfil pessoal e militante das sindicalistas. As mulheres que acessaram a direção do SINTUFS nos últimos 12 anos são, em sua maioria, solteiras, não têm filhos, têm mais de 30 anos, possuem nível superior e ocupam cargos de classe E.

SEÇÃO 3 - OS VÍNCULOS SOCIAIS COMO PRINCÍPIOS DA ENTRADA E PERMANÊNCIA NA CARREIRA MILITANTE

Nesta seção abordamos as dinâmicas das relações sociais em torno da militância sindical. Com isso, buscamos entender como elas podem explicar o engajamento das mulheres, a ocupação de lugares estratégicos e a constituição de uma carreira militante. Os dados obtidos na observação participante e nas entrevistas foram analisados em conjunto. Eles forneceram uma noção geral de como as relações sociais são estruturadas no âmbito ocupacional-sindical. A partir das trajetórias individuais compreendemos como foram os primeiros contatos com a instituição sindical e como os recursos obtidos na socialização em outras esferas da vida influenciaram o engajamento individual.

Os laços sociais que tornaram possível a entrada no sindicato são explicados, principalmente, pelos vínculos pessoais. Esses se definiram de duas formas: entre duas pessoas e entre os membros de um grupo. Chamamos esses agrupamentos de subgrupos, pois eles são constituídos no interior de um grupo maior, aquele formado pelas pessoas que militam no SINTUFS. A aproximação dessas pessoas, a ponto de constituir um subgrupo informal no interior do sindicato, foi motivada por problemas no ambiente de trabalho e pela afinidade de ideias a respeito da função e atuação do sindicato.

A formação desses grupos significa uma relação de envolvimento com o sindicato. Ocorreram em contextos de enfrentamento de problemas que afetaram a categoria profissional, ou seja, em quadros específicos. A composição desses quadros é influenciada pelo contexto nacional e pelo contexto local. Nesse sentido, a análise dos quadros de engajamento, na perspectiva de Noonan, (1995), contribui para compreendermos os aspectos subjetivos que deram condições ao envolvimento político.

Um dos subgrupos é formado em um período de ascensão do Partido Dos Trabalhadores - PT e da Central Única dos Trabalhadores – CUT no cenário político e sindical nacional, entre os anos de 1990 e início dos anos 2000. Muitos dos sindicalistas do SINTUFS participavam das ações políticas no estado de Sergipe, organizadas pelo Partido e pela Central. Uma das sindicalistas narrou algumas ações políticas protagonizadas pelas referidas instituições em que o SINTUFS participou da construção. No âmbito desse envolvimento político um dos subgrupos se formou, pautando as suas ações e ideias nas concepções do Partido e da Central. Nessa época

esses sindicalistas eram apenas militantes de base do SINTUFS. Posteriormente concorreram e venceram a eleição para a direção.

Outro subgrupo se formou organizando movimentos de contestação diante de problemas estruturais em um *campus* implantado no processo de expansão da Universidade, no ano de 2006. Essas pessoas passaram a se reunir e buscar o apoio do sindicato para o enfrentamento dos problemas. Insatisfeitos com a atuação sindical se articularam com servidores de outros *campi* da UFS, formaram uma chapa, concorreram e venceram a eleição para a direção do SINTUFS.

Um terceiro subgrupo se formou no Hospital Universitário – HU motivado pela insatisfação da cessão do HU à administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH.

Esses são os principais subgrupos identificados em torno do SINTUFS. Alguns membros já estiveram na direção do sindicato e, mesmo não sendo mais da direção, continuam militando e se organizando de forma articulada com aqueles que compartilham das mesmas ideias, perspectivas políticas e de atuação sindical.

A formação das chapas que venceram as duas últimas eleições, de 2014 até 2016 e de 2017 até 2018, teve como proposta se opor ao modo de atuação da direção anterior. A mais recente que, se organiza como coordenação colegiada se identifica como gestão de continuidade da anterior (2014 – 2016). Portanto, estas duas últimas gestões formam um dos subgrupos. Segundo as participantes da pesquisa, as dirigentes que estão na coordenação do sindicato atualmente, chegaram ao grupo para compor a chapa atendendo ao convite do presidente do sindicato à época e que, assim como elas, os demais membros também foram convidados.

3.1 Análises dos vínculos sociais a partir dos subgrupos

A convivência em um grupo favorece a socialização dos seus integrantes ao oportunizar o compartilhamento de ideias, de experiências e a criação e consolidação de vínculos sociais. Quando o convívio é contínuo os laços são estreitados, e o sentimento de união gera a crença na mobilização coletiva como instrumento para alcançar os objetivos do grupo. Baseados nessa crença, o movimento sindical e outros movimentos de contestação e reivindicação orientam as suas ações políticas. Neste estudo, a mobilização sindical é observada a partir da interação entre os sindicalistas na convivência no ambiente de trabalho e no sindicato. Pensamos as duas esferas juntas,

pois percebemos que a militância do grupo estudado não fica restrita à instituição sindical, ela acontece no dia a dia das atividades ocupacionais, de modo que, por vezes, fica difícil separar o militante do trabalhador. A imbricação entre essas esferas foi uma das características identificadas na realidade estudada, por isso, ela foi fundamental na reflexão sobre o objeto da pesquisa.

As relações estabelecidas no convívio da militância resultam na identificação entre alguns membros e na formação de subgrupos. Os subgrupos são formados em torno de ideologias, concepções políticas, correntes partidárias, entre outras razões. No início desse trabalho, explicitamos que o enfoque dessa pesquisa são as condições de acesso e permanência das mulheres no movimento sindical, e, optamos por observar as relações sociais estabelecidas em torno da militância como meio para apreender os processos que resultam na entrada das mulheres no sindicato, na ascensão aos postos de comando e na consolidação de uma carreira militante.

Para tanto, lançamos mão de uma proposta analítica voltada à observação das lógicas e das dinâmicas próprias de organização da realidade empírica, a saber, o sindicato do corpo técnico-administrativo da UFS. Além disso, buscamos conhecer os sujeitos da pesquisa por meio das suas trajetórias, tendo como fim apreender as possibilidades de constituição de carreiras militantes de mulheres no sindicalismo.

Para orientar a nossa investigação nos ancoramos na análise das redes de relações sociais como elemento útil ao estudo da ação coletiva e do ator coletivo. Na tentativa de entender a formação do ator coletivo, consideramos aqui três teorias: a Teoria da Mobilização de Recursos - TMR, definida por teóricos como John D. McCarthy e Mayer N. Zald; a Teoria do Processo Político - TPP, abordada por Donatella Della Porta e Sidney Tarrow; e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais - TNMS, oriunda do paradigma europeu da ação coletiva, trabalhada por Alberto Melucci e Ilse Scherer-Warren. Essas abordagens fazem referência à ação organizada por um grupo que se mobiliza em torno de uma causa. Neste trabalho tratamos da constituição de um grupo de mulheres militantes, cujas trajetórias se afastam em alguns aspectos, mas se aproximam em muitos outros. Nestas trajetórias observamos os recursos mobilizados para ação, os processos que culminam na adesão a um grupo e a assimilação de uma identidade coletiva.

A TMR traz a importância da estrutura organizacional (MCCARTHY; ZALD, 1973) e das ideologias (TILLY, 1978, MCADAM, 1982). A TPP considera a interpretação cultural na análise da ação dos atores (FRIEDMAN, 1992; TARROW;

1996). O princípio dessas teorias tem como base as condições de emergência, o desenvolvimento e sucesso da ação coletiva, e ainda a posse de recursos sociais materiais e não materiais (CARLOS, 2011, p.155). Esses são elementos constitutivos do tipo de ação política institucionalizada, a exemplo da atuação sindical.

A TNMS é útil para pensar a formação do ator coletivo a partir da solidariedade. Tendo em vista que, o movimento trabalhista tem os seus princípios fundadores na Teoria Marxista, ancorada na transformação das estruturas socioeconômicas desiguais, pela tomada de consciência por aqueles que vivem em condições de exploração igual (SCHERER-WARREN, 1987, p. 34). O enfoque na solidariedade viabiliza pensar os vínculos que concorrem para organização coletiva, vínculos esses que são compostos de variadas formas, por diferentes processos e agentes.

A análise relacional nos permite envolver as instituições e os sujeitos ao pensar as relações estabelecidas nesse binômio. Os vínculos são fundados na convivência construída no âmbito institucional e favorecidos por afinidades identitárias e ideológicas. O cerne da discussão sobre os vínculos é a compreensão das dinâmicas das relações no sindicato, a partir da matriz universidade-sindicalistas-sindicato, pensando cada um desses elementos em relação ao outro.

Assim, observamos a interação entre os sujeitos que convivem em um mesmo espaço, homens e mulheres pertencentes à determinada categoria profissional, na condição de dirigentes ou de base sindical. Os vínculos constituem a matéria que explica as relações fundadas nos processos de socialização que demarcaram o engajamento individual das mulheres. Explicando de outra forma, os vínculos sociais emergiram neste estudo como um dos principais caminhos para compreender a entrada, ocupação de postos de liderança e a permanência das mulheres na militância sindical. Eles foram identificados nas narrativas das militantes e durante o acompanhamento das atividades sindicais, através da observação participante.

Segundo Oliveira (2008) os vínculos sociais podem explicar as diferentes modalidades de carreiras militantes de sujeitos que acessam um mesmo espaço. Pensamos nos laços sociais como relações estabelecidas por diferentes atores, com diferentes trajetórias e que circulam por muitos espaços. Estes laços, que podem ser formais ou informais, têm como efeito a constituição de redes, e é por meio delas que se torna possível a conexão de variadas formas de itinerários, conformados no mesmo espaço. No caso em discussão, diferentes trajetórias levaram as mulheres a acessarem a mesma organização. O convívio na universidade e os laços ali estabelecidos as

direcionaram ao sindicato. Entretanto, antes dessa experiência, uma sequência de acontecimentos contribuiu para tal. Não é o somatório de cada realidade individual conformada em uma realidade comum que explica o engajamento das militantes. Este argumento se baseia na crítica feita por Bourdieu (2013) sobre a concepção de mundo social a partir das conjunções das representações individuais²⁴.

Para um melhor entendimento, classificamos os vínculos identificados no nosso campo de pesquisa em: vínculos institucionais, vínculos familiares, vínculos pessoais e vínculos grupais. Este último pode ser colocado entre o institucional e o pessoal. Adotamos esse termo para classificar os subgrupos formados por afinidades no interior da UFS e do SINTUFS, cuja existência se configura na associação entre as relações pessoais e institucionais.

Percebemos que os vínculos familiares não foram os principais motivos para entrada das mulheres no sindicato. Não encontramos ligação direta entre os parentes das entrevistadas e o SINTUFS. Embora algumas delas tivessem pais políticos e sindicalistas, não foram estabelecidas conexões entre as carreiras dos pais e as suas carreiras militantes. Contudo, foi no ambiente familiar que muitas mulheres tiveram contato com discussões e com pessoas da política. Cinco delas citaram os pais como referência de engajamento na qualidade de políticos, sindicalistas, militantes partidários e do movimento estudantil.

As entrevistadas mencionaram episódios, durante a infância e a adolescência, de convívio nos ambientes políticos que os pais frequentavam, nas sedes das instituições e em casa. Uma dirigente relatou o ambiente do sindicato, do qual o pai fazia parte, com muita familiaridade. Entretanto, estes e outros contatos com o mundo da política na infância e juventude, não nos dão elementos para pensar essas experiências como diretamente influentes à carreira. As entrevistadas não tratam dessas experiências como algo que as motivou ou que foi determinante nas escolhas que fizeram na fase adulta. A

²⁴ Quanto a reduzir o mundo social à representação que uns fazem da representação feita por outros, ou, mais precisamente, à agregação das representações (mentais) que cada agente forma a partir das representações (teatrais) que os outros lhe oferecem, isso implica ignorar que as classificações subjetivas estão fundadas na objetividade de uma categorização que não se reduz à classificação coletiva obtida a partir do somatório das classificações individuais: a “ordem social” não se forma a partir das ordens individuais, como se fora resultado de votação ou do preço de mercado. A condição de classe que a estatística social apreende por meio de diferentes indicadores materiais da posição nas relações de produção, ou, mais precisamente, das capacidades de apropriação material dos instrumentos de produção material ou cultural (capital econômico) e das capacidades de apropriação simbólica desses instrumentos (capital cultural), determina direta e indiretamente, conforme a posição a ela conferida pela classificação coletiva, as representações de cada agente de sua posição e as estratégias de “apresentação de si” de que fala Goffman, ou seja, sua encenação de sua própria posição (BOURDIEU, 2013, p. 109).

Dirigente 11 faz um relato da sua experiência: "Eu fui criada dentro do sindicato dos bancários. Aos sábados eles promoviam cursos e eu ia. Meu pai gostava de participar das atividades políticas, curso de formação".

Encontramos experiências de convívio no ambiente sindical e no ambiente da política partidária na história de vida das sindicalistas. Apesar disso, não encontramos em suas falas uma relação condicionante ou de influência entre essas experiências da infância e as escolhas da fase adulta que culminaram no engajamento político-sindical.

Nenhuma entrevistada citou a mãe quando a questão era a política, ou mesmo quando a questão era referência política. Quando mencionaram as genitoras, foi para explicar que as mães as protegiam dos ambientes que acreditavam não serem adequados a elas. Nesse ponto, voltamos aos entraves dos papéis sociais à atuação do feminino nos ambientes de debates políticos, e aos limites socioculturais impostos à mulher desde a infância.

Essa informação se alinha ao discurso das sindicalistas sobre a diferença de atuação de homens e mulheres nos movimentos sindicais, determinados pela tradição da participação política de ambos. A proteção e a educação contaminadas pelo papel que se atribui ao feminino marcaram a infância e a adolescência da maioria. Algumas atribuíram a esse fato a inexperiência política, a timidez, a introversão e o medo de falar em público. Dentro do mesmo assunto, enfatizaram que não era dado tratamento igual aos irmãos, tios ou primos homens, conforme se extrai do trecho a seguir:

A minha vida escolar ela é toda em escola particular, de uma forma muito protetiva, eu lembro muito disso. Eu tive uma vida muito acompanhada, quando não era minha avó, era minha tia que ia me levar e me buscar na escola, isso até o ensino médio. Acho que só no último ano eu consegui romper com essa questão da proteção que era muito focada na ideia de que menina não pode sair sozinha, não pode desleixar, precisa ser acompanhada sempre de perto. Tenho essa referência muito forte, porque eu tinha primos da mesma idade só que eram meninos e com eles não tinham o mesmo cuidado. Era de tal forma que se meu pai não pudesse me buscar ele deslocava alguém, um tio, alguém. Então eu tive essa vida de proteção ligada à escola que era o meu momento de sair do ambiente familiar, mas eu era sempre acompanhada (Dirigente 6).

Uma das militantes explica que a mãe era muito rígida, controlava cada passo que ela dava e a proibia de sair, de namorar. Esse controle a impediu de viver experiências, de conhecer pessoas e de participar de grupos. Ela relata que, mesmo quando entrou na faculdade, a vigilância não parou e a sua vida se resumia em ir para o estágio durante o dia e para faculdade durante a noite. Ela afirma que por esse motivo não teve como se envolver com o movimento estudantil. Os colegas da turma formaram

uma chapa para concorrer às eleições do Centro Acadêmico, mas ela não tinha tempo e nem interesse para participar, pois os pais jamais permitiriam.

Algumas pessoas da família, geralmente homens, foram citadas como sendo aquelas que levantavam discussões sobre questões políticas, sociais, econômicas. Eram os homens da família que provocavam alguns debates de cunho político. Apenas uma militante citou as tias como a sua referência. Ela comenta que as tias são para ela exemplos de mulher “independente, forte e livre”. Observamos nessa fala que, uma das perspectivas de mudança no papel social da mulher está relacionada à assunção de uma função de independência financeira, emocional ou afetiva em relação ao homem, muito mais do que a assunção de uma posição política e de papéis de representação política.

A seguir, trataremos dos vínculos institucionais, pessoais e grupais. Utilizamos estes termos para versar sobre as modalidades de vínculos encontrados no campo empírico da pesquisa. Eles foram fundamentais para a compreensão dos condicionantes da entrada das mulheres no sindicato.

3.2 Vínculos Institucionais

Para tratar dos vínculos institucionais, reportamos mais uma vez a especificidade do modelo de atuação política onde o grupo de mulheres está inserido. Trata-se do sindicato de servidores da educação superior pública brasileira, fato que indica o ambiente político, as causas de atuação e o vínculo trabalhista. É evidente que os vínculos institucionais são marcantes nas relações, mas os vínculos pessoais também se apresentaram fortes.

O sindicato organiza a sua atuação frente às gestões da Universidade e ao Estado. São para estes entes que as demandas sindicais são direcionadas. O principal elo entre as pessoas no sindicato e na Universidade é institucional. Contudo, não podemos afirmar que ele foi o mais importante para o engajamento. Algumas expressões denotam o reconhecimento de laços institucionais, mas com um cunho mais pessoal, como por exemplo, o uso de termos como "companheiros", "companheiras de luta", "colegas de UFS", "colegas do SINTUFS". Há também a referência a alguns vínculos pessoais, sempre que as entrevistadas referem-se aos seus pares como "amigos".

Os vínculos institucionais são aqui considerados compreendendo as instituições como espaços de socialização e de aquisição de disposições à participação (SEIDL, 2009). Para o autor, a partir de uma vivência institucional, os sujeitos participam de

experiências de sociabilidade que podem ser o ponto de partida para o engajamento em uma causa específica. Foi na universidade que as participantes iniciaram a militância sindical, motivadas pelo sentimento de mudança da realidade local e em âmbito mais geral. Diante de problemas no ambiente de trabalho, o sindicato é reconhecido como a instância que pode auxiliar na resolução, e atender aos anseios da categoria. Como dito pelas entrevistadas, o sindicato é o lugar de organização da classe trabalhadora. Portanto, é no ambiente institucional que acontece a passagem para ação enquanto evento de um processo, como explica Fillieule (2001).

A maioria das mulheres afirmou que a principal dificuldade para atuar é a falta de conhecimento sobre política e sobre a organização sindical. Elas também se queixam da falta de ações de formação política para as mulheres. A análise das falas possibilita concluir que elas veem nesses espaços a oportunidade de aprendizagem e também de socialização. Esses ambientes possibilitam a convivência social e, consequentemente, a formação de laços.

O ambiente universitário é fértil em debates e discussões sobre questões políticas, sociais, culturais, entre outras. Dessa forma, oferece a toda a comunidade universitária oportunidades de entrar em contato com os mais diversos debates e discussões, e é nele que muitas buscam o conhecimento que julgam necessário ter. Assim, o próprio local de trabalho é promotor de recursos que competem para formação de capital social e cultural.

Percebemos que há poucas ações de formação sindical, e ao mesmo tempo há a valorização da "autoridade da *expertise*" ²⁵, termo usado na sociologia das profissões para definir um conhecimento especializado. Esta *expertise* sindical, no caso deste estudo, advém da atuação no dia a dia no sindicato, no próprio ambiente de trabalho, principalmente no que diz respeito às formas de funcionamento da instituição.

A entrada no sindicato incentivou as mulheres a participarem também das decisões tomadas na universidade ocupando lugares de representação destinados aos técnico-administrativos, por exemplo, no Conselho Superior Universitário - CONSU, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEPE, nos Conselhos de Centro, na Comissão de Flexibilização da Jornada - CPFJ, na Comissão de Acompanhamento Interna de Supervisão da Carreira - CIS, entre outros. Segunda as militantes, as

²⁵ Há uma autoridade implícita no princípio ocupacional - a autoridade da *expertise* imputada [...] é tão estabelecida por um processo social e político, quanto o é a autoridade do cargo administrativo (FREIDSON, 1998 p. 101).

experiências no movimento sindical as deixaram mais preparadas para assumirem outros desafios e outras demandas.

Assim, os vínculos institucionais aparecem como promotores da entrada no sindicato e também como forma de consolidar a carreira e estendê-la para a atuação na universidade na condição, também, de representante da categoria profissional.

3.3 Vínculos Pessoais

Os vínculos pessoais se destacaram bastante nas observações participantes e nas narrativas das entrevistadas. Eles ocorrem de duas formas: algumas relações são anteriores ao SINTUFS ou exteriores à UFS, mas são também relações de trabalho. Há, ainda, vínculos de amizade nascidos no ambiente laboral. Identificamos no grupo estudado que as relações pessoais foi o principal instrumento de entrada das mulheres na liderança sindical. Quase todas chegaram ao SINTUFS por intermédio de alguém que já estava na direção. Geralmente esse contato com pessoas que foram a ponte para o sindicato era próximo. Não chegava a ser um laço de amizade, mas fica evidente que era um vínculo entre pessoas. Esse vínculo foi determinante para a entrada, pois essas relações eram fundadas na confiança, no respeito e na “camaradagem”.

Ao observarmos as relações pessoais que favorecem a entrada no sindicato, nos deparamos com um fato que corrobora com a ideia de que, o SINTUFS foi “dominado” pelos homens durante muito tempo. Foram os homens que fizeram o convite às mulheres para participarem da direção sindical. Estes, legitimados pelas próprias mulheres em seus discursos como “companheiros experientes na militância”. Outra questão que destaca a prevalência de um domínio masculino é a formação do grupo que passou a contestar a atuação da direção sindical e que, posteriormente, formou a chapa e venceu a eleição em 2014. Neste grupo havia um grande número de mulheres, porém, as próprias apontaram dois homens como os líderes, mesmo antes da formação da chapa. As pessoas indicadas como “os grandes líderes do sindicato” são homens. Apenas uma mulher, que foi vice-presidenta, foi classificada da mesma forma. Ela é reconhecida por outras colegas como portadora de um capital político²⁶ próximo ou igual ao dos homens.

²⁶ Bourdieu (1989, p. 187) define capital político como “forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento*, ou mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa - ou a um objeto - os próprios poderes que eles lhes reconhecem”.

Nesse convívio de respeito e reconhecimento das mulheres para com os homens classificados por elas como "os cabeças", as relações de poder no sindicato foram constituídas. Essas relações de poder iam além da posição institucional, do lugar da presidência ou da coordenação geral e era legitimada pelo reconhecimento de um saber especializado, uma *expertise*.

Outro fato que respalda os vínculos pessoais como a principal via de acesso das mulheres à direção sindical é a relação com uma pessoa específica, um dos homens que foi dirigente e com quem elas mencionaram terem uma relação mais próxima. A entrada de algumas sindicalistas está atrelada a uma figura masculina específica. Ele foi referenciado diversas vezes e em vários momentos das entrevistas pela maioria delas. Este líder foi lembrado como a pessoa que primeiro chegou até elas para incentivar a sua participação, e como alguém em quem confiavam muito. Mas também foi lembrado como uma pessoa impositiva, que defendia suas posições e tinha boa argumentação. Uma das entrevistadas relata que, poucos conseguiam contestar ou invalidar os seus argumentos. Ficou evidente que, além da referência como liderança sindical, elas o admiravam como pessoa.

Constatamos que as relações pessoais eram rodeadas por reconhecimento, mas também por tensões que revelaram desigualdades de gênero. Vários trechos das narrativas nos levam a pensar que este líder foi quem direcionou o sindicato no período em que esteve à frente. Mesmo que em algumas falas elas tenham dito que as decisões eram tomadas conjuntamente em reunião, em outros momentos diziam que ele sempre conseguia convencer os demais e fazer prevalecer os seus argumentos. Quando perguntamos a uma participante se ela e os outros não contestavam, afirmou que sim, mas que ele sempre ganhava, e por isso, muitas vezes, preferia ficar calada. Completou dizendo que apenas uma pessoa conseguia convencê-lo, por isso, delegavam a fala para esta pessoa. Destacamos um texto que evidencia bem as tensões no sindicato diante da tomada de decisões:

Apesar de ter um presidente e um vice, todos eram ouvidos e vencia quem tinha um melhor argumento. Geralmente era o de X que prevalecia. Às vezes Xx o convencia. Quando era coisa mesmo da política prevalecia o conhecimento de X. X colocava o argumento dele e abria para cada um argumentar, aí era onde estava o problema, porque como era que você ia argumentar o que não conhecia. Só que ele já trazia respaldado em corrente a, corrente b, corrente c, cenário político. Somente Xx rebatia. Mesmo ela não tendo militância, mas tinha conhecimento de luta (Dirigente 2).

A oratória foi definida como habilidade que respaldava a posição de liderança. Repetidamente, as mulheres disseram que argumentar bem, se expressar em público e o conhecimento de política são características que fazem com que elas confiem, respeitem, e muitas vezes, se calem diante daqueles que as possuem. Não temos como julgar se os homens tinham a mesma percepção e se aproveitavam disso para exercer certo domínio, pois não os entrevistamos. Contudo, nas observações percebemos que estes incentivavam as mulheres a falarem, a se colocarem nas assembleias e a liderarem ações e, de fato, elas demonstravam resistência.

No trecho a seguir, fica evidente a importância da *expertise* sindical para as próprias militantes, e explica como elas buscam superar a falta de experiência, definida por elas mesmas como entrave à participação mais ativa:

[...] essa parte, quando eu entrei foi uma das coisas que me fez pensar. Como eu não tinha formação política. A parte da pasta eu me viro, mas essa parte mais política. Então algumas pessoas vão acalmando o coração da gente. Eu comecei a fazer leitura de sites, livros, as conversas com Dr. Maurício, as conversas com pessoas politizadas da gestão, como X. Participo de cursos promovidos pela advocacia operária. Assim vou aprendendo (Dirigente 11).

As desigualdades marcadas pelo gênero não foram mencionadas apenas no ambiente do sindicato, também nas relações com a gestão da universidade e com outras instituições. Uma das participantes relatou que, uma das mulheres que divide a mesma função com um homem, portanto, têm a mesma atribuição e poder de decisão, é preterida na hora de se reportar ao líder e que, em diversos momentos, teve que lembrar às pessoas que os dois tinham a mesma função e eram os líderes do grupo:

[...] eu bato nessa tecla quando a gente vai para as reuniões: ah, mas X... eu digo: Xx, porque ela também é coordenadora geral. É muito a figura de X e é porque ele é homem. E Xx não tem uma função subsidiária à dele, é a mesma coisa. E sempre é isso: e o presidente? E eu sabia que ia encontrar isso, era o meu medo de estar ali e por inexperiência não poder contribuir como deveria, acho que era mais insegurança, mas acredito que seria superado no dia a dia. Na reunião foi perguntado se todos concordavam que X fosse para coordenação geral e quando foi perguntado quem estaria ao lado dele. Meninas? Quem vai? Silêncio absoluto. No primeiro momento eu jamais me colocaria e entendo a posição das minhas colegas. Então em reuniões que estão os dois, o coordenador e a coordenadora, se reportam mais a ele: pró-reitores, professores, os próprios colegas já cometeram várias garfes (Dirigente 15).

Constatamos que há uma relação de respeito e incentivo à participação das mulheres pelos homens do sindicato. Ao mesmo tempo, é colocado sobre elas, responsabilidade sobre o que vão falar e como vão agir, e o mesmo não se impõem aos

homens. Diante disso, muitas afirmam recuar e preferir deixar que eles tomem a frente. Uma dirigente disse que evita fazer falas, pois aprendeu com um dos líderes homens que ela é polêmica, e que a fala dela pode não ser bem aceita pela base. Diz ainda, que ele a incentivava a falar, mas a alertava sobre o que deveria ser dito. Então a sua decisão era por não se pronunciar, apenas dava alguns informes. Ela diz que hoje entende os conselhos deste colega, pois já percebeu em algumas assembleias que, uma fala que não seja bem aceita pela plenária gera um mal estar no movimento.

A relação entre homens e mulheres no sindicato foi definida pela maioria das entrevistadas como amistosa e com respeito. Geralmente, a resposta findava nessa classificação e, quando isso ocorria, indagávamos se elas achavam que essa característica era comum às direções dos outros sindicatos da FASUBRA. Prontamente, respondiam que não, pois nas atividades que participavam em Brasília, onde haviam mulheres de todos os sindicatos filiados, eram feitos relatos de desrespeito, assédio, diferenciação de gênero, dificuldades para as mulheres participarem, entre outros problemas. Após esse relato, insistimos em saber se elas já tinham vivenciado uma situação parecida no sindicato, nesse momento, algumas fizeram relatos de situações próprias e de outras colegas que evidenciaram as desigualdades de gênero, as quais, talvez, só se tornaram conscientes para elas, no instante em que pararam para analisar.

A relação entre homens e mulheres no sindicato nos interessou mais ainda, na medida em que se mostraram fundamentais para entrada das militantes na direção. Algumas figuras masculinas foram destacadas como as referências ou como "os contatos" que oportunizaram a inserção. Para compreender tais relações, investimos na observação e nas entrevistas, direcionando-as para que, naturalmente, as mulheres pudessem revelar em suas falas, como estas relações se caracterizam. Elas responderam sobre a própria experiência, sobre a percepção em relação as outras mulheres do SINTUFS, e também de outros sindicatos com os quais têm contato.

Pontuamos que as relações pessoais se mostraram o principal mecanismo de entrada das mulheres no sindicato. Foi também por meio da observação das relações pessoais que percebemos as desigualdades de gênero na atuação sindical. As mulheres foram convocadas a participar do sindicato, porém, não se sentem capazes de participar em igualdade com os homens. Segundo as militantes, lhes faltam conhecimentos específicos. Diante do exposto, cabe perguntar se a entrada de mais mulheres no sindicato implica realmente maior participação efetiva.

3.4 Os Grupos e os Vínculos Formados nas Disputas

Os subgrupos se formaram nas disputas políticas em torno da militância e na organização para enfrentamento dos problemas relacionados ao trabalho. Extraímos das entrevistas e das observações contextos e situações que possibilitaram o surgimento desses vínculos.

Algumas mulheres estiveram à frente da formação de um dos subgrupos. Posteriormente, parte das pessoas que o compunha formou uma chapa e disputaram a eleição do sindicato. Essa foi a primeira gestão a ser composta por um número de mulheres próximo ao número de homens. Percebemos que, a partir dessa formação, muitas mulheres começaram a participar das atividades sindicais na condição de base. A presença de mulheres na liderança sindical pode ter influenciado na participação de outras.

O grupo se reunia para debater os problemas ligados ao trabalho, e também para contestar algumas posturas assumidas pela gestão do sindicato. Após algumas reuniões o grupo foi se tornando mais coeso e, durante uma das greves, este assumiu a liderança do "comando local de greve" coordenando algumas ações. O vínculo institucional promoveu a sua formação, visto que o motor da ação é a "inconformação" com a ordem vigente, tanto na realidade mais próxima, o sindicato e a universidade, quanto na realidade mais geral, no que se refere às condições sociais do trabalhador e às políticas sociais e econômicas do governo federal.

Buscamos entender as dinâmicas das relações nas disputas políticas dentro do sindicato, estabelecidas pelas tensões entre os subgrupos e configurando-se, por vezes, em uma relação de oposição. Esses grupos são constituídos tanto por membros da base, quanto por membros da direção. Procuramos identificar esses subgrupos e pensar o lugar das mulheres neles. Encontramos quatro: dois desses, formados por pessoas mais velhas que fizeram parte da direção. As pessoas desses grupos já não participam mais articuladamente. São poucos que frequentam as atividades do sindicato e membro mais ativo está próximo da aposentadoria. Em apenas um deles há mulheres ainda participando das atividades do sindicato. Nos outros dois grupos, percebemos um maior número de mulheres, um é ligado ao Hospital Universitário e o outro, formado basicamente, por pessoas das últimas duas gestões. Este último abriga o maior número de mulheres.

A articulação dos grupos pode ser percebida nas atividades sindicais, principalmente nas assembleias, onde constatamos que as mulheres atuam tanto quanto os homens, proferindo falas, organizando as atividades e contribuindo na construção de ações políticas. Frente às observações e aos relatos, concluímos que as mulheres são mais atuantes quando se trata de disputas internas entre os grupos citados, pois nesse contexto elas realizam mais intervenções nas atividades e imprimem mais altivez às suas ações.

Talvez isso possa ser explicado pela correlação de forças no espaço de disputa, pois quanto mais se tem apoio na base, mais se tem domínio no sindicato. A atuação mais efetiva nas atividades internas está diretamente ligada ao fortalecimento do grupo. Além disso, quando há divergências ideológicas e políticas, os grupos buscam se afirmar por uma atuação mais operante, e precisam estar articulados e coesos para as disputas. Outra maneira de explicar seria o fato de as mulheres se sentirem mais à vontade perante os colegas do que diante de outras pessoas.

Percebemos que esses grupos consolidam vínculos pessoais e institucionais, e ainda estabelecem redes sociais que, inclusive, não são apenas internas, pois elas ultrapassam os muros do sindicato e da universidade, e se estendem para partidos políticos, centrais sindicais, coletivos políticos, movimentos sociais e instâncias de controle social. Segundo MaCadam e Paulsen (1993) as diferentes formas de participação constituem laços que podem induzir o sujeito ao engajamento. Aqui, consideramos além da enunciação dos autores, a importância desses laços oriundos de múltiplas inserções para a permanência na militância e, ainda, o interesse por outras causas.

A partir da experiência no sindicato, algumas sindicalistas passaram a se envolver em outras ações políticas, por exemplo, partido político, ONG e coletivo feminista. Uma dirigente que participa de um grupo chamado "Mulheres de Peito", ONG que atua frente aos problemas enfrentados pelas mulheres que estão em tratamento do câncer de mama no sistema de saúde pública. Ela afirma que, "as coisas que aprendi no SINTUFS tento aplicar lá no 'Mulheres de Peito'" (Dirigente 1).

As redes de relacionamento também se mostraram importantes para permanência das mulheres na militância, pois identificamos, nas entrevistas, os nomes de outras mulheres que já fizeram parte da direção, do conselho fiscal ou atuavam muito na base, mas se afastaram. Talvez um dos motivos que explica o afastamento seja o fato de não terem aderido aos subgrupos. Tendo em vista que todas as militantes participantes da

pesquisa estão inseridas em um dos grupos, é possível que o vínculo com o subgrupo seja um dos motivos para continuarem atuando no sindicato, mesmo que não estejam mais na condição de dirigentes.

Algumas entrevistadas compõem a coordenação colegiada, que está na direção do sindicato atualmente, as demais foram líderes em outras gestões e participam das atividades como base, inseridas nos subgrupos mencionados aqui. Em algumas narrativas, o sindicato foi citado como uma experiência que proporcionou a constituição de boas amizades. Assim, os vínculos institucionais e pessoais se confundem nos vínculos afetivos e colaboram para a permanência das mulheres na militância sindical.

3.5 Conclusões

A aposta na constituição de um ator coletivo como meio de fortalecer a luta militante perpassa pelo estabelecimento de laços e de redes de relacionamentos que servem para apoiar e expandir os domínios do grupo. Essas conexões contribuem para o processo de socialização dos membros, favorecem a aquisição de recursos mobilizados na militância e promovem a construção de uma identidade que, geralmente, é o primeiro passo para construção de uma carreira. Movidos por um sentimento de união e pertencimento, a ação militante é organizada em torno da contestação e reivindicação de causas, com a finalidade de encontrar soluções para os problemas comuns.

Os vínculos constituídos no movimento na interação entre os sindicalistas são importantes para o envolvimento com a causa sindical. Contudo, são os vínculos firmados entre os participantes dos subgrupos, no cenário do ambiente laboral e da militância sindical, que se mostraram mais significativos para consolidação da carreira das militantes. Os subgrupos, portanto, são estruturantes do engajamento dessas mulheres e do próprio agir do movimento.

O contato com os grupos foi importante na socialização das militantes. Nessa interação elas adquiriram conhecimento sobre o fazer político, sobre o funcionamento da instituição e sobre os processos políticos que influenciam a categoria. O exercício militante e a convivência com os pares possibilitaram a aquisição de recursos sociais. Por exemplo, saberes políticos, trabalhistas e sindicais, o contato com outras pessoas, e a consequente inserção em outras redes sociais. Foi a partir da extensão dos contatos que as sindicalistas passaram a circular por outros espaços políticos, a se envolver em outras causas e a se firmar em suas carreiras. Este processo não ocorreu

individualmente, mas pela adesão a um grupo, movida pela identificação com as ideias defendidas.

A identidade construída na militância é fundada no pertencimento à classe trabalhadora. Não percebemos a identidade de gênero como um princípio de união entre as mulheres e nem como algo significativo no despertar delas para ação. A insatisfação que as move não está relacionada as desigualdades de gênero vividas no trabalho e nos demais âmbitos da vida, mas aos problemas que afetam à categoria, em geral, a elas e aos seus pares. Portanto, percebemos neste estudo que a disposição das mulheres para militar está conectada ao contexto de transformação em que a presença feminina no mundo do trabalho está associada ao sentimento de classe, comum ao movimento sindical.

Com isso, concluímos nas observações sobre as dinâmicas e as lógicas próprias de estruturação do espaço sindical estudado que, os arranjos sociais nele constituídos foram fundados por uma "cultura sindical" de adesão a um grupo. Nele, os militantes compartilham as ideias mais gerais da causa sindical, defendem e assumem posições diferentes que acabam originando outras frentes de atuação. Em relação a adesão das mulheres a essas frentes, percebemos que as motivações surgem dos processos de socialização e da identificação às ideias relacionadas à categoria profissional e à classe trabalhadora. A identificação de gênero não aparece como estímulo à aproximação do grupo, isso fica evidente ao observarmos que os grupos são mistos e liderados por homens.

Assim, destacamos como característica geral dos arranjos sindicais, a associação em torno de ideias defendidas nas disputas pelo domínio do sindicato, a participação nesses grupos como forma de permanência em uma posição influente, e a oportunidade de passar por experiências e estabelecer redes sociais de atuação política. Portanto, os vínculos pessoais são importantes para entrada das mulheres no sindicato, para ocupação de lugares estratégicos e para consolidação das suas carreiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre as condições de acesso e de permanência das mulheres no movimento sindical contribuiu para pensar sobre as condições da participação feminina em espaços de poder tradicionalmente dominados pelos homens. O aumento da participação das mulheres se apresentou como reflexo de mudanças contextuais e, mais do que isso, de mudança de um paradigma centrado na representação de papéis sociais fundados na diferença entre os sexos. Partimos da percepção do fenômeno na esfera macroestrutural para pensar as conformações na microestrutura. Assim, concentramos a observação nas condições de participação política da mulher, configuradas nas relações sociais estabelecidas em um espaço de reprodução da lógica da dominação masculina nos postos de liderança.

Nesse estudo, observamos a participação sindical da mulher a partir das dinâmicas e das lógicas próprias de funcionamento da militância sindical. Abordamos as relações entre os sujeitos, à luz da intersecção entre gênero e classe, enquanto categorias úteis para reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres no espaço de representação política (GALERAND, 2009, p. 225). Procuramos fugir ao modelo de alguns trabalhos acadêmicos sobre mulheres, sem com isso afirmar que são menos importantes. Um desses modelos é uma tendência normativa, apontando caminhos para que mais mulheres se engajem (CARNEIRO, 2003; GROSSI; MIGUEL, 2001). O outro é uma tendência militante, com expectativa de transformação das bases sociais na luta contra as desigualdades e a violência de gênero (SAFFIOTI, 2011; SANTOS; IZUMINO, 2005; FARAH, 2004).

Nosso objetivo foi pensar as desigualdades de gênero na política na perspectiva do engajamento militante individual, sem buscar justificativas para que mais mulheres se engajem, ou possibilidades de romper com as barreiras sociais do engajamento político feminino. No entanto, é inquestionável que, uma pesquisa que evidencia a diferenciação de gênero em um espaço de representação política poderá influenciar nas discussões sobre a democratização nos espaços de poder e sobre as bases sociais que perpetuam a ordem vigente.

Consideramos como referência de análise da participação da mulher na política, os estudos que relacionaram feminismo e sindicalismo, tendo como enfoque, as dificuldades de inserção das mulheres e consolidação das carreiras militantes

(MARUANI, 1979). Destacamos três abordagens sobre o assunto: a reprodução das relações sociais baseada na diferença entre os sexos nas organizações sindicais; a tentativa de integrar as problemáticas feministas e suas reivindicações às organizações sindicais; e como as mulheres tentam se constituir em um espaço reconhecido nos movimentos sociais como transgressor e de funcionamento tradicional masculino (BUSCATTO, 2009, p. 75). Este estudo se alinhou mais ao terceiro enfoque, mas as duas primeiras abordagens também subsidiaram a análise.

A entrada de mais mulheres no movimento sindical foi associada à participação delas no mercado de trabalho brasileiro e à abertura e conquista dos espaços de poder, antes reservados aos homens. Essa correspondência se confirma nos quadros das direções da FASUBRA, onde notamos um processo de transformação marcado pela crescente presença feminina. Do mesmo modo, essas transformações foram notadas em um dos sindicatos da base da Federação, o SINTUFS, com o aumento da presença de mulheres, inclusive no posto de maior poder, a partir de 2005. Este período coincide com a realização de concursos públicos na UFS para técnico-administrativo, com maior número de cargos de nível superior do que nos anos anteriores. Nesse contexto, também ocorreu a estruturação do plano de carreira dos cargos dos TAE, em 2005, que influenciou na consolidação e organização da categoria profissional.

As condições de acesso e permanência de mulheres no sindicato estudado perpassam pelas transformações ocorridas na organização do sindicalismo brasileiro, pela estruturação do sindicato do corpo técnico-administrativo da UFS, pelas trajetórias das sindicalistas, e pelos vínculos conformados nos subgrupos estruturados no interior do sindicato. A imbricação desses acontecimentos foi base da nossa reflexão sobre os processos, as lógicas, as dinâmicas e os atores envolvidos no contexto da pesquisa.

Apesar dessas reconfigurações na sociedade brasileira e no contexto sindical estudado, percebemos que ainda há barreiras para o acesso das mulheres ao mundo da política e do sindicalismo. A inserção delas em alguns espaços precisa ser negociada. Não obstante, a crescente inserção das mulheres na militância sindical e a ocupação dos espaços de representação segue a tendência da divisão sexual do trabalho.

Diante da constatação, procuramos saber quem são as mulheres que galgaram um lugar no sindicato e analisamos as suas trajetórias militantes. Ao conhecer estes itinerários, identificamos percursos diferentes em alguns aspectos, mas muito próximos em outros. Por exemplo, a proximidade dos estratos sociais da família de origem, o perfil escolar e profissional, o estado civil, entre outros. A existência de arranjos sociais,

formados por vínculos institucionais que ultrapassam o sindicato e a própria universidade, colaborou para a constituição das carreiras militantes femininas.

A ocupação dos lugares na militância segue a tendência da divisão social e sexual do trabalho. Conforme expusemos, a ocupação desses espaços ocorre de duas maneiras principais: reproduzindo a lógica que classifica espaços de homens e espaços de mulheres na sociedade, e também, por uma concepção de necessidade de mudanças sociais e culturais que justifica a entrada da mulher nos espaços de poder e decisão.

A reprodução da divisão social e sexual do trabalho ocorre no sindicato da seguinte forma: as mulheres atuam em atividades relacionadas aos assuntos assistencialistas, e os homens em atividades relacionadas aos assuntos burocráticos e administrativos. Desse modo, há um padrão na ocupação dos espaços políticos pelas mulheres no sindicato. Elas ocupam cadeiras que não interessam aos homens, ou seja, ocupam cadeiras que ficam disponíveis a elas, ou simplesmente, que ficam vagas.

Se por um lado a tendência na ocupação das cadeiras assemelha-se a uma exclusão das mulheres dos espaços burocráticos e administrativos, provocada pela ocupação dos homens, por outro, percebemos uma busca das próprias mulheres pela ocupação de espaços que já lhes são familiares em outros contextos sociais. Há uma via de mão dupla de exclusão e inclusão, uma vez que as mulheres que procuraram ocupar cadeiras no contexto burocrático-administrativo encontraram espaço, apesar de serem essas temáticas as de preferência dos homens.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que os homens ocupam a maior parte das cadeiras relacionadas a “assuntos que demandam mais racionalidade”, e não se interessam pelas demandas mais assistenciais, o que pode parecer uma ocupação de exclusão das mulheres, o que se percebe é uma preferência dessas mulheres pelas tarefas relacionadas às demandas que requerem mais sensibilidade e cuidados com o outro. Ou seja, ao mesmo tempo em que há um aparente movimento de exclusão dos homens em relação às mulheres nas demandas burocráticas e administrativas, há também uma preferência delas pelas demandas assistenciais, o que acaba indo ao encontro do interesse de ambos. As entrevistadas afirmaram que foram elas que escolheram por qual porta entrar para o sindicato.

A luta pela igualdade de gênero na política não foi o principal motivo do engajamento das militantes. Mas sim, a concepção da necessidade de transformação social e cultural que, demanda a participação e o envolvimento das mulheres e dos homens, apoiados na ideia de fortalecimento coletivo para o enfrentamento dos

problemas que afetam a categoria e a classe trabalhadora, em geral. Elas defendem a crença de que a presença feminina é fundamental para as mudanças sociais e culturais, contudo, não deixam de criticar a atuação de algumas lideranças femininas no campo político que, segundo elas, não representam os interesses das mulheres.

As militantes reconhecem que é necessário um saber específico para uma participação ativa. Elas consideram que os homens têm mais acesso a esses saberes em seus percursos e isso implica em uma inclinação à participação política quase que natural. Diferente das mulheres, que precisam buscar esses conhecimentos para contribuir efetivamente com a luta sindical.

Infere-se da análise que, a baixa participação das mulheres não se deve apenas a um sistema político de exclusão, pois esse mesmo sistema excludente é resultante da teia complexa da organização social baseada na definição de papéis, neste caso, principalmente as definições que tomam como base as diferenças entre os sexos. Por esta razão, pensamos essa problemática, a partir das relações sociais estabelecidas no campo político, à luz da abordagem de gênero, tomando-o como conceito que possibilita analisar as condições de desigualdades e hierarquias sociais fundadas nas diferenças entre os sexos (SCOTT, 1990, p. 18).

A problemática inicial deste estudo, a baixa participação feminina, geralmente tem como ponto de partida os entraves que resultam na ausência das mulheres na política. No entanto, outra forma de refletir sobre a questão é a partir dos casos que contrariam essa lógica, ou seja, adotando os quadros de participação feminina como referências da análise. Conduzimos essa pesquisa levando em consideração trajetórias de mulheres militantes, e com base em seus itinerários, buscamos compreender os aspectos que explicam a constituição das suas carreiras. A pergunta que este estudo propôs responder foi: diante dos obstáculos à participação política feminina, quais são os elementos determinantes do êxito. Essa matéria implicou em questionar se o perfil militante das mulheres é afetado pela cultura masculina que dominou os espaços políticos durante muito tempo, ou se é forjado em um perfil "da mulher política" fundado nas características femininas, apontadas por elas, como necessárias para o processo de engajamento político.

A análise no nível das interações sociais no âmbito do sindicato possibilitou entender as dinâmicas e as lógicas próprias do espaço de produção do objeto, e assim, suas condições de existência. Depreendemos da análise que, os vínculos sociais são mecanismos que explicam o engajamento individual das mulheres, o acesso à liderança

sindical e a permanência na militância. A visão aproximada do objeto, ante a configuração do amplo contexto em que se insere, permitiu visualizar as suas condições no micro espaço e no cenário mais geral da realidade social e da produção do conhecimento científico.

Escolhemos neste estudo, pensar o fenômeno a partir da sua condição de existência, dos seus processos de constituição e dos atores políticos. Assim, apresentamos como desafio e possibilidade de continuação do estudo, entender os arranjos sociais e as carreiras constituídos no espaço político de disputa, na imbricação dos elementos: gênero, classe, faixa etária, disposição de competências específicas e exercício do poder a partir do reconhecimento da liderança entre os pares.

Concluimos este estudo definindo-o como uma observação introdutória sobre a liderança de mulheres em espaços de domínio tradicional masculino. Embora este assunto tenha sido muito explorado na literatura feminista e de outras vertentes, não se arriscou muito na diversificação do olhar lançado. A proposta é pensar o engajamento individual das mulheres em espaços de representação política, e as condições de constituição de uma carreira militante, a partir das transformações estruturais e subjetivas que permeiam o fazer político e sindical, e o constituir-se militante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13 n. 37, 1998, p. 5-31.

ASSOCIAÇÃO DOS DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - ADUFS. Disponível em: <http://adufs.org.br/>

BECKER, H. *Outsiders. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1993.

BECKER, H. *Segredos e Truques da Pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BERENI, Laure; LÉPINARD, Éléonore. Les femmes ne sont pas une catégorie » les stratégies de légitimation de l'égalité en France. *Revue française de science politique*. v. 54, 2004, p. 71-98.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, 2016, p. 719-754.

BONELLI, Maria da Glória et al. Profissionalização por gênero em escritórios paulistas de advocacia. *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 1, 2008, p. 265-290.

BONELLI, Maria da Glória. Profissionalismo e diferença de gênero na magistratura paulista. *Civitas*, v. 10, n. 2, 2010, p. 270-292.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) *Escritos de Educação*, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001, pp.67-69.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia. Fins de Século* - Edições, Sociedade Unipessoal, Lisboa, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. *Novos estudos* - CEBRAP, n.96, 2013, p.105-115.

BRASIL, Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11091compilado.htm. Acesso em: 28 de janeiro de 2017.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara, Movimentos Sociais E Democracia: os dois lados das “fronteiras”. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, 2008, p. 457-475.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Autores Associados, v. 37 n. 132, set./dez. 2007, p. 537-572.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. “A bi-polaridade do trabalho feminino no Brasil: o emprego doméstico e as ‘novas ocupações’”. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2000, p. 67-104.

BUSCATTO, Marie. Syndicaliste en entreprise: une activité si “masculine”. In: FILLIEULE, Olivier; ROUX, Patricia (Orgs). Le sexe du militantismo. Paris, Presses de SciencesPo, 2006.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; BRITO, Maria José Menezes; BRITO, Mozar José de. Uma Análise da Dinâmica do Poder e das Relações de Gênero no Espaço Organizacional. Fórum Estudos Críticos Em Administração. Revista de A administração Eletrônica, v. 3, n. 2, 2004.

CARLOS, Euzeneia. Contribuições da Análise de Redes Sociais às Teorias de Movimentos Sociais. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 19, n. 39, 2011, p. 153-166.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003, p. 117-132.

Charles. 1978. From Mobilization to Revolution. Londres, Addison-Wesley Publishing Company.

COMERFORD, John Cunha. Fazendo a luta Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, Rio de Janeiro, 1999.

CÔRREA, Rúbia Oliveira et. al. Dimensionamento de pessoal técnico-administrativo 2016 (Recurso eletrônico). São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2017.

DEBERT, Guita Grin. Ética e as novas perspectivas da pesquisa antropológica. In: VÍCTORA, C. et al. (Org.) Antropologia e ética: o debate atual. Niterói: EdUFF, 2004. p. 45-54.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. Mais Mulheres na Direção da CUT. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 4, n. 1, 1996, p. 139-147.

DEVREUX, Anne Marie A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 3, 2005, p. 561-584.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas Gênero e políticas públicas Gênero e políticas públicas. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, n. 12, 2004. p. 47-71.

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL - FASUBRA. Disponível em: <http://www.fasubra.org.br/>.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. França: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2001.

FILLIEULE, Olivier; PUDAL, Bernard. Sociologie du militantisme. Pronlématizations et déplacement des methods d'enquête. In: FILLIEULE, Oliver; Eric Agrikoliansky and Isabelle Sommier (eds.), *Penser les mouvement sociaux. Conflits sociaux et contestations dans lessociétés contemporaines*, La Découverte, 2010.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça numa Era "Pós-Socialista". *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14, 2006, p. 331-339.

FREIDSON, Eliot. Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política. São Paulo, Editora USP, 1998.

FRIEDMAN, D; MCADAM, D. 1992. "Collective identity and activism: networks, choices, and the life of a social movement". In: MORRIS, A. D. & MUELLER, C. MC. *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven/London: Yale University Press. pp. 156-173.

GALERAND, Elsa. Contradictions de sexe et de classe: la Marche Mondiale des Femmes de 2000. In: FILLIEULE, Olivier; ROUX, Patricia (Orgs). *Le sexe du militantismo*. Paris, Presses de Sciences Po, 2009.

GAXIE, Daniel. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. *Swiss Political Science Review*, St. Gallen, Suíça, v. 11, n. 1, 2005, p.157-188.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria Dos Movimentos Sociais Paradigmas. Clássicos e Contemporâneos*. Edições Loyola. São Paulo: 1997.

GROSSI, Míriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001, p.167-206.

GROSSI, Míriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001, p.167-206.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos De Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, 2007, p. 595-609.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo Demográfico 2010 - Trabalho e Rendimento: resultados da amostra. [Online] Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/1075/cd_2010_trabalho_rendimento_amostra.pdf. Acesso em: 27 de outubro de 2017.

KERGOAT, Danièle. Le rapport social de sexe — De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. In: *Les Rapports sociaux de sexe*, Actuel Marx, Paris: Universitaires de France, n. 30, p. 85-100, 2º sem. 2001.

KLANDERMANS, Bert, OEGEMA, Dirk. Potentials, networks, motivations, and barriers: steps toward participation in social movements. *American Sociological Review*, 1987.

LE FEUVRE, Nicky Le; LAPEYRE, Nathalie. “Les ‘scripts sexués’ de carrière dans les professions juridiques en France”. In: (Org.) GIANNINI, Mirella. The feminization of the professions: thematic issue. *Knowledge, Work&Society*, v.1, n. 3, 2005, p. 101-126.

MARTELOTTE, Lucía. 25 anos de aplicação de leis de cotas na América Latina. Um balanço da participação das mulheres. *Revista Internacional de Direitos Humanos*. São Paulo, v. 13, n. 14, 2016, p. 91-98.

MARUANI, Margaret. *Les Syndicats à l'épreuve du féminisme*. Paris, Syros, 1979.

MATHIEU, Nicole-Claude, *Critiques épistémologiques de la problématique des sexes dans le discours ethno-anthropologique*. (In:) MATHIEU, Nicole-Claude, *L'anatomiepolitique. Catégorisations et idéologies du sexe*, Paris, Côté femmes “Recherches”, 1991, p. 75- 127.

MCADAM, Doug, PAULSEN, Ronnelle. *Specifying the relationship between social ties and activism*. The University of Chicago, 1993.

MCADAM, Dough. *Political process and the development of Black insurgency*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. *The Trend of Social Movements in America: Professionalization and Resource Mobilization*, General Learning Press, Morristown, 1973.

MINAYO, M. C. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais*, v. 19. n. 225, 2015. Disponível em: Acessado em 02 de março de 2017.

NOONAN, Rita K. Women against the state: Political Opportunities and collective action frames in chile's transition to democracy. *Sociological Forum*, 1995, p. 81-111.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. *Gender and Party Politics*. Londres, Sage, 1993.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, 2008, p. 305-332.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. Pesquisas em seres humanos versus pesquisas com seres humanos. In: OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (Org.) *Antropologia e Ética: O debate atual no Brasil/Ceres VÍctora*. Niterói, EdUFF, 2004.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. “Paixão pela natureza”, atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no rio grande do sul entre 1970 e início dos anos 2000. Tese. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: Acesso em: 30 out. 2017.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de Oliveira. Elites dirigentes, engajamento político e retribuições do militantismo ambientalista. TOMO: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, n. 13, 2008, p. 208-237.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de Oliveira. Posição de Classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n. 13, 2010, p. 49-77.

PASSY, Florence. L'action Altruiste: Coontraintes et opportunités de l'engagement dans les mouvements sociaux. Genève: Librairie Droz S.A., 1998

PÉCHU, Cécile. Les Générations Militantes à Droitsu Logement. Revue Française de Science Politique, vol. 51, n. 1, 2001, p. 73-103.

PETRARCA, Fernanda Rios. Atuação Profissional, Recursos Militantes e Lógicas de Engajamento no Jornalismo Ambiental no Rio Grande do Sul. Comunicação e Política, v. 26, n. 3, 2008, p. 27-54.

POCHMANN, Marcio. Desafios atuais do sindicalismo brasileiro. In: TOLEDO, Enrique de La Garza de (Org.). Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina, CLACSO, 2005, 224p. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101109030343/6pochmann.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2017.

PRÁ, Jussara dos Reis. Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Política das Mulheres. Gênero na Amazônia, Belém, n. 4, 2013, p. 15-35.

PRÁ, Jussara Reis; CHERON, Cibele. Gênero e Políticas Públicas na Ótica Feminista e dos Direitos Humanos. Revista educação e Cidadania, n. 16, 2014, p. 55-70.

QUINTELA, Débora Françolin; DIAS, Joelson Costa. Participação política das mulheres no Brasil. Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos. Brasília, v. 2, n. 01, 2016, p. 52-74, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu. n.16, 2001, p.115-136.

SANTOS, Cecília MaCdownell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe, Brasília, v. 16, n. 1, 2005, p. 148-164.

SCHERER-WARREN, Ilse. 1987. Movimentos Sociais. Florianopolis, Ed. da UFSC. 1993.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1990.

SEIDL, Ernesto. (Re)pensar os movimentos sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 26, n 75, 2011, p. 178.

SEIDL, Ernesto. “Disposição a militar e lógica de investimentos militantes”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 26, n. 75, 2011, p. 21-39.

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. Brasília, n. 21, 2016, 187-226.

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SINASEFE/Se. Disponível: <http://www.sinasefe.org.br/v3/index.php?>.

SINDICATO UNIFICADO DOS TRABALHADORES PETROLEIROS, PETROQUÍMICOS, QUÍMICOS E PLÁSTICOS - SINDIPETRO - Al/Se. Disponível: <http://sindipetroalse.org.br/>.

SINDICATO DA PREVIDÊNCIA DE SERGIPE – SINDPREV/Se. Disponível em: <http://sindiprev-se.org.br/site/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE SERGIPE - SINTESE. Disponível em: <http://www.sintese.org.br/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - SINTUFS. Disponível em: <http://sintufs.org.br/>.

TARROW, Sidney. Social Movements in Contentious. The American Political Science Review. v. 90, n. 4, 1996, p. 874-883.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Composição das Direções/Coordenações da Direção Nacional da FASUBRA em Gestões Ocorridas entre os Anos, 2016 e 2017, e dos seus Sindicatos de Base

Tabela 3 - Composição da Direção Nacional da FASUBRA - biênio 2015- 2017

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação Geral	3	1	1
Coordenação de Administração e Finanças	2	2	
Coordenação formação e comunicação sindical	2	1	1
Coordenação de educação	2	2	
Coordenação de aposentados e assuntos de aposentadoria	2	1	1
Coordenação de políticas sociais e de gênero	1	1	
Coordenação de organização sindical	2	2	
Coordenação jurídica e relações de trabalho	2		2
Coordenação das estaduais e municipais	2	1	1
Coordenação da mulher trabalhadora	2		2
Coordenação de raça e etnia	2	1	1
Coordenação de seguridade social	2	1	1
TOTAL		13	10

Fonte: <http://www.fasubra.org.br/>

Tabela 4 - Composição da direção/coordenação do SNTUF/MT Sindicatos dos trabalhadores em educação da Universidade Federal do Mato Grosso

Coordenação	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação Geral	3	1	2
Coordenação Administração e Financeiras	2		2
Coordenação de Formação Sindical	2	1	1
Coordenação de Imprensa e Divulgação	2	2	
Coordenação de Cultura	2	1	1
Coordenação Jurídica e de Relações de Trabalhos	2	1	1
Coordenação de Políticas Sociais e Antirracistas	1		1
Coordenação de Patrimônio	1		1
Coordenação de Aposentados	2	1	1
Coordenação de Esporte e Lazer	2	2	
Coordenação da Mulher Trabalhadora	2		2
Coordenação de Saúde do Trabalhador	2		2
Coordenação dos Terceirizados	2	2	
Mobilização do HUJM	3		3
Coordenação de Articulação e Mobilização do Interior	4	1	3
TOTAL		12	20

Fonte: <http://www.sintufmt.org.br>

Tabela 5 - Composição Direção/Coordenação do SISTA Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação Geral	2	2	
Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho	2	1	1
Coordenação de Comunicação	1	1	
Coordenação de Secretária Geral e Administração	2	2	
Coordenação de Formação Sindical e Educação	1	1	
Coordenação de Políticas Sociais	1	1	
Coordenação de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria	2		2
TOTAL		8	3

Fonte: <http://www.sistams.org.br/>

Tabela 6 - Composição coordenação/direção SINT-IFES/Go - Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação Geral	2		2
Secretária Executiva	2	1	1
Coordenação de Administração e Finanças	2	2	
Coord. de Assuntos de Aposentadoria e de Aposentados	2		2
Coordenação de Administração da Sede Social	2	2	
Coordenação de Esporte e Lazer	2	2	
Coordenação de Políticas Sociais e Culturais	2	2	
Coordenação de Imprensa e Comunicação	2	1	1
Coordenação de Saúde do Trabalhador	2	2	
Coord. Assuntos Étnico-Raciais, Gêneros e Diversidade Sexual	2		2
Coordenação Regional Catalão e Entorno	2	2	
Coordenação Regional Jataí e Entorno	1		2
Coordenação Regional Goiás e Entorno	1		1
Coordenação Regional Goiânia e Entorno	2	2	
TOTAL		16	11

Fonte: <http://www.sint-ifesgo.org.br/diretoria>

Tabela 7 - Composição coordenação/direção SINTFUB - Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação-Geral	3	2	1
Coordenação de Administração e de Política Sindical	2	1	1
Coordenação de Imprensa e Divulgação	2	1	1
Coordenação de Finanças	2	2	
Coordenação Jurídica e de Relações de Trabalho	2	2	
Coordenação de Trabalhos Terceirizados e de	2		2

Empresas Conveniadas e Contratadas			
Coordenação de Relações de Saúde e Seguridade Social	2	2	
Coordenação de Assuntos de Aposentadoria e Pensão	2	1	1
Coordenação de Educação e de Formação Política	2	1	1
Coordenação de Políticas Sociais – Gênero, Raça, Diversidade Sexual e Meio Ambiente	2	2	
TOTAL		14	7

Fonte: <http://www.sintfub.org.br/>

Tabela 8 - Composição coordenação/direção INTESPB - Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior da Paraíba

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Presidente e Vice-Presidente	2	1	1
Secretário Geral e Adjunto	2	3	
Secretária de Finanças e adjunto	2	1	1
Diretoria Administrativa e Patrimonial e adjunto	2	2	
Diretoria Para Assuntos Jurídicos e adjunto	2	1	1
Diretoria de Imprensa e Divulgação	2	2	
Diretoria de Educação e Formação Sindical e adjunto	2	1	1
Diretoria do Aposentado e Pensionista e Assuntos Previdenciários e adjunto	2	2	
Diretoria de Arte e Cultura e adjunto	2	1	1
Diretoria de Esportes e Lazer e adjunto	2	2	
Diretoria de Saúde e adjunto	2		2
Diretoria de Mulheres e adjunto	2		2
Diretoria de Políticas Sociais e adjunto	2	1	1
Diretoria de Gêneros, Raças e Etnias e adjunto	2	1	1
TOTAL		18	11

Fonte: <http://www.sintespb.org.br/>

Tabela 9 - Composição coordenação/direção ASSUFBA - Sindicato dos Trabalhadores Técnico- administrativo da Universidade Federal da Bahia – UFBA/UFRB

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação geral	2	1	1
Coordenação de administração e finanças	2	1	1
Coordenação de comunicação	2	2	
Coordenação de aposentados	2	1	1
Coordenação de políticas sociais e antirracistas	2	1	1
Coordenação de formação sindical	2	1	1
Coordenação de esporte e cultura	2	2	
Coordenação de assuntos jurídicos	1	1	
Coordenação de saúde do trabalhador	2	1	1
Coordenação regional	2	1	1
TOTAL		12	7

Fonte: <http://www.assufba.org.br/>

Tabela 10 - Composição coordenação/direção SINTUFAL - Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Alagoas

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação geral	2	2	
Coordenação de finanças	2	1	1
Coordenação de assuntos jurídicos	1	1	
Coordenação de aposentados e pensionistas	1	1	
Coordenação de comunicação, formação e política	1	1	
Coordenação de direitos humanos, gênero, raça e etnia	1		1
Coordenação de esporte e lazer	1	1	
Coordenação de administração patrimonial e informática	1	1	
Coordenação da mulher	1		1
Coordenação regional	1	1	
TOTAL		9	3

Fonte: <http://sintufal.org.br/>

Tabela 11 - Composição coordenação/direção SINTUFEPE - Sindicato dos trabalhadores da Universidade Federal de Pernambuco – UFEPE seção sindical UFRPE

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação Geral	2	2	
Coordenação Administrativa e Financeira	2	2	
Coordenação de Formação Política e Sindical	1	1	
Coordenação de Comunicação e Imprensa	1	1	
Coordenação de Assuntos Jurídicos	1	1	
Coordenação de Políticas Sociais, Esportiva e Saúde	2	2	
Coordenação de Políticas para as Mulheres	1		1
Coordenação de Assuntos de Aposentados e Pensionistas	1	1	
TOTAL		10	1

Fonte: www.sintufepeufrpe.org.br

Tabela 12 - Composição coordenação/direção SINTEST/RN - Sindicato estadual dos trabalhadores em educação do ensino superior

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação geral	2	1	1
Coordenação financeira	2	1	1
Coordenação de administração e patrimônio	2	1	1
Coordenação de comunicação	2	2	
Coordenação jurídica	1	1	
Coordenação de educação e formação sindical	2	2	
Coordenação de integração e política sindical	2	1	1
Coordenação dos aposentados e pensionistas	2	1	1
Coordenação de políticas sociais	2	1	1
TOTAL		11	6

Fonte: <http://sintestrn.org.br/2015/>

Tabela 13 - Composição coordenação/direção SINDTIFES/PA – Universidade Federal do Pará - UFPA

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação geral	3	1	2
Coordenação de Administração e Finanças	2	2	
Coordenação de Formação	2	2	
Coordenação Assuntos Jurídicos	2	2	
Coordenação de Saúde do Trabalhador	2		2
Coordenação de Comunicação	2		2
Coordenação Social (Sede Campestre)	2	1	1
Coordenação de Aposentados	2		2
TOTAL		8	9

Fonte: <http://www.sindtif.es.org.br/>

Tabela 14 - Composição coordenação/direção SINTUFS – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal de Sergipe

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação geral	2	1	1
Coordenação financeira	2	1	1
Coordenação de comunicação e integração Inter campi	2	2	
Coordenação de administração	2	1	1
Coordenação de assuntos jurídicos	2		2
Coordenação de formação política e sindical	2	2	
Coordenação de políticas sociais- gênero, etnia, diversidade sexual e meio ambiente	2	1	1
Coordenação de cultura, esporte e lazer	2	2	
Coordenação de saúde, previdência e aposentados	2	1	1
Coordenação de trabalhadores terceirizados, e de empresas conveniadas e/ou contratadas	2		2
TOTAL		11	9

Fonte: <http://sintufs.org.br/>

Tabela 15 - Composição coordenação/direção SINTEMA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Terceiro Grau no Estado do Maranhão

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Presidente e vice-presidente	2	2	
Secretaria geral e adjunta	2	1	1
Secretaria financeira e adjunta	2	2	
Secretaria da mulher e adjunta	2		2
Secretaria de assuntos jurídicos e adjunta	2		2
Secretaria de imprensa e adjunta	2	2	
Secretaria de formação e adjunta	2		2
Secretaria de políticas sociais	1	1	
Secretaria de estudos socioeconômicos	1	1	
Secretaria de cultura	1		1
Secretaria de aposentados	1		1

TOTAL	9	9
-------	---	---

Fonte: <http://sintema.org.br/sintema/>

Tabela 16 - Composição coordenação/direção– Sindicato dos trabalhadores de ensino superior do estado do Amazonas

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação Geral	2	1	1
Coordenação de Administração e Finanças	2		2
Coordenação de Formação e Comunicação	2	1	1
Coordenação Jurídica e Relação de Trabalho	2	2	
Coordenação de Aposentados e Pensionistas	2	1	1
Coordenação de Saúde do Trabalhador	2		2
TOTAL		5	7

Fonte: <http://www.sintesam.org.br/>

Tabela 17 - Composição coordenação/direção Sindicato dos trabalhadores em educação da fundação Universidade Federal de Rondônia SINTUNIR

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Presidente e vice-presidente	2	1	1
Secretaria geral	1		1
Diretoria de organização	1	1	
Diretoria de finanças e adjunta	2	2	
Diretoria de formação e política sindical	1	1	
Diretoria de divulgação e imprensa	1		1
Diretoria de cultura, esporte e lazer	1	1	
Diretoria de assuntos jurídicos	1	1	
TOTAL		7	3

Fonte: <http://sintunir.org.br/diretoria-executiva/>

Tabela 18 - Composição coordenação/direção Sindicatos dos Trabalhadores da Universidade Federal Fluminense – UFF - SINTUFF

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação geral	3	1	2
Coordenação de administração e finanças	3	3	
Coordenação de aposentados, pensionistas e assuntos da aposentadoria	3	1	1
Coordenação jurídica e relações de trabalho	3	2	1
Coordenação de imprensa e comunicação social	3	2	1
Coordenação de políticas sociais de mulheres, gênero, raça e etnia	3		3
Coordenação de saúde e seguridade social	3		3
Coordenação de educação, formação e cultura	3		3
Coordenação de interior	3	2	1
TOTAL		11	15

Fonte: <https://www.sintuff.org.br/>

Tabela 19 - Composição coordenação/direção Sindicatos dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ - SINTUFRJ

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação geral	3	2	1
Coordenação de administração e finanças	3	2	1
Coordenação de comunicação sindical	3	3	
Coordenação de educação, cultura e formação	3	3	
Coordenação de políticas e sociais	3		3
Coordenação de organização política e sindical	3	3	
Coordenação de esporte e lazer	3	3	
Coordenação de aposentados e pensionistas	3		3
TOTAL		16	8

Fonte: <http://www.sintufrj.org.br/>

Tabela 20 - Composição coordenação/direção Associação dos Servidores da UNIRIO - ASUNIRIO

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação Geral	2	2	
Coordenação de Educação	2	2	
Coordenação de Administração e Finanças	3	2	1
Coordenação de Políticas Sindicais e Comunicação	2	2	
Coordenação de Políticas Sociais, Culturais, Esporte e Lazer	2	2	
Coordenação Jurídica e Relação de Trabalho	2	1	1
Coordenação de Assuntos de Aposentadoria e Pensão	2	2	1
Coordenação de Gênero, Raça e Etnia	2	1	1
TOTAL		14	4

Fonte: <http://asunirio.org.br/>

Tabela 21 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino Superior - SINDIFES (UFMG, CEFET-MG, UFVJM, IFMG)

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação Geral	3	1	2
Coordenação de Administração e Finanças	2	1	1
Coordenação de carreira e relações de trabalho	2	2	
Coordenação de comunicação sindical	1		1
Coordenação de política e formação sindical	2	2	
Coordenação de saúde do trabalhador e qualidade de vida	2		2
Coordenação de assuntos de aposentadoria e pensões	2	1	1
Coordenação de políticas sociais e antirracismo	2	2	
Coordenação de organização sindical	3		3
TOTAL		9	10

Fonte: <http://sindifes.org.br/diretoria/>

Tabela 22 - Composição coordenação/direção Sindicato dos técnicos administrativos em educação das instituições federais de ensino de Lavras - SINDUFLA

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Presidente e vice-presidente	2	2	
Diretoria administrativa e adjunta	2	1	1
Diretoria financeira e adjunta	2	2	
TOTAL		5	1

Fonte: <http://www.sindufla.ufla.br/site/institucional/>

Tabela 23 - Composição coordenação/direção Associação dos servidores administrativos da Universidade Federal de Viçosa - ASAV

Coordenações	Nº membros	Homens	Mulheres
Presidente e vice-presidente	2	2	
Secretaria	1	1	
Diretoria de administração financeira	1	1	
Diretoria de comunicação	1		1
Diretoria de assuntos jurídicos	1		1
Diretoria de relações e formação do trabalho	1	1	
Diretoria de esportes e cultura	1	1	
Diretoria de aposentados	1	1	
TOTAL		7	2

Fonte: <http://www.asavufv.org.br/>

Tabela 24 - Composição coordenação/direção Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-administrativos da UFOP - ASSUFOP

Coordenações	Nº membros	Homens	Mulheres
Presidente e vice-presidente	2	1	1
1ª secretaria	1		1
2ª secretaria	1	1	
1ª tesouraria	1	1	
Diretores sindicais	2	2	
Diretores de assistência	2	1	1
Diretores de imprensa e divulgação	2	2	
Diretoria de cultura e esporte	1		1
TOTAL		8	4

Fonte: <http://assufop.com.br/>

Tabela 25 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia - SINTET-UFU

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação geral	3	2	1
Coordenação de administração e finanças	2	2	
Coordenação de formação e relações sindicais	2	2	
Coordenação de imprensa e comunicação	2	1	1
Coordenação de assuntos das fundações	2	1	1
Coordenação de assuntos de aposentados	2		2
Coordenação de esporte, cultura e lazer	2	2	
Coordenação de políticas sociais e antirracismo	2		2

Coordenação de assuntos jurídicos e relações de trabalho	2	1	1
TOTAL		12	8

Fonte: <http://www.sintetufu.org/>

Tabela 26 - Composição coordenação/direção do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Município de Uberaba - SINTE-MED

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Não encontramos a divisão por coordenação/direção			
TOTAL	21	14	07

Fonte: <http://www.fasubra.org.br/>

Tabela 27 - Composição coordenação/direção do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal De São Paulo – UNIFESP- SINTUNIFESP

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação Geral	3	1	2
Coordenação de Administração e Finanças	3	2	1
Coordenação de Formação Política Sindical, Inter campi, Políticas Sociais e Antirracismo e Meio Ambiente	3	2	1
Coordenação de Comunicação e Imprensa	2	1	1
Coordenação Jurídica e de Relações do Trabalho e Saúde do Trabalhador	2	1	1
Coordenação de Aposentados, Pensionistas e Assuntos de Aposentadoria	2		2
Coordenação da Mulher Trabalhadora	2		2
TOTAL		7	10

Fonte: <http://www.sintunifesp.org.br/site/index.php/>

Tabela 28 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores do Centro Estadual de Educação e Tecnológica "Paula Souza" - SINTEPS

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Presidente e vice-presidente	2	1	1
Secretaria geral	1		1
Tesouraria geral	1		1
Secretaria política e administração	1	1	
Secretaria financeira	1	1	
Secretaria executiva	3	1	2
Diretoria de cultura, lazer e esporte	1		1
Diretora De Assuntos para o Trabalhador Aposentado	1		1
TOTAL		4	7

Fonte: <http://www.sinteps.org.br/institucional/>

Tabela 29 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em educação da Universidade Federal de São Carlos - SINTUFSCAR

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação geral	2	1	1
Coordenação de administração e finanças	2		2
Coordenação de cultura, educação e antirracismo	2		2
Coordenação de imprensa e divulgação	1		1
Coordenação jurídica	1	1	
Coordenação de aposentados	2	1	1
Coordenação de política sindical	2	1	1
TOTAL		4	8

Fonte: <http://www.sintufscar.org.br/sindicato/>

Tabela 30 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Espírito Santo - SINTUFES

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação geral	2	2	
Coordenação de Administração e Finanças	2	1	1
Coordenação de Formação e Política Sindical	2	1	1
Coordenação de Assuntos Jurídicos	2	1	1
Coordenação de Políticas Sociais e Saúde do Trabalhador	2	1	1
Coordenação de Imprensa, Cultura e Esportes	2	1	1
Coordenação de Assuntos de Aposentadoria	1		1
TOTAL		7	6

Fonte: <http://www.sintufes.org.br/>

Tabela 31 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRRJ e NBSP - SINTUR-RJ

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação geral	3	1	2
Coordenação de finanças	2	2	
Coordenação administrativa e planejamento	2	1	1
Coordenação de formação e comunicação, política social e cultural	2	2	
Coordenação de assuntos jurídicos e trabalhistas	2	1	1
Coordenação de assuntos e aposentados	2	2	
TOTAL		9	4

Fonte: <http://sintur.com.br/quem-somos/>

Tabela 32 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP - STU

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação geral	3	2	1
Coordenação de organização sindical de base	3	2	1
Coordenação de secretaria	3	1	2
Coordenação financeira	3	2	1
Coordenação de formação e política sindical	3	3	
Coordenação de divulgação e imprensa	3	2	1

Coordenação de cultura	3	2	1
Coordenação de esporte e lazer	3	3	
Coordenação jurídica	3	2	1
Coordenação de políticas sociais e antirracistas	3	2	1
Coordenação de carreira, recursos humanos e relações de trabalho	3	3	
Coordenação de saúde e meio ambiente	3	1	2
Coordenação de educação	3	2	1
Coordenação de mulheres	3		3
Coordenação de negros e negras	3	2	1
Coordenação LGTTB	3	2	1
TOTAL		31	17

Fonte: <http://www.stu.org.br/sindicato/>

Tabela 33 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora – MG - SINTUFEJUF

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação geral	2	2	
Coordenação de administração e finanças	2	2	
Coordenações Educação e formação sindical	2		2
Coordenações Aposentados	2	2	
Coordenações de Esporte e lazer	2	2	
Coordenações Comunicação sindical	2	2	
Coordenações Organização política e sindical	2	1	1
Coordenações Saúde	2	1	1
Coordenações Cultura	2	2	
Coordenação Jurídica	2	2	
TOTAL		16	4

Fonte: <http://www.sintufejuf.org.br/>

Tabela 34 - Composição coordenação/direção Associação dos Funcionários da FUNREI - SINDS-UFSJ

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação-Geral	2	2	
Coordenação de Organização Política, Educação e Formação Sindical	2	2	
Coordenação de Administração e Finanças	2	2	
Coordenação de Comunicação Sindical e Assuntos Jurídicos	2	2	
Coordenação de Saúde	2	1	1
Coordenação de Atividades Culturais, Esporte e Lazer	2	1	1
Coordenação de Aposentados e Pensionistas	2	1	1
TOTAL		11	3

Fonte: <https://www.sindsufsjsj.org>

Tabela 35 - Composição coordenação/direção Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina - SINTUFSC

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação Geral	3	2	1
Coordenação de Formação de Políticas Sindicais	2	2	
Coordenação Administrativa e Financeira	2	2	
Coordenação de Políticas Esportivas, Sociais e Culturais	1	1	
Coordenação de Políticas de Comunicação	1	1	
Coordenação de Assuntos Jurídicos	2	2	
Coordenação de Aposentados e Pensionistas e Assuntos de Aposentadoria	2		2
Coordenação Regional de Araquari	1	1	
Coordenação Regional de Camboriú	1		1
Coordenação Regional de Joinville	1		1
Coordenação Regional de Curitiba	1	1	
Coordenação Regional de Araranguá	1	1	
Coordenação Regional de Blumenau	1	1	
TOTAL		14	4

Fonte: <http://www.sintufsc.ufsc.br/>

Tabela 36 - Composição coordenação/direção Sindicato dos trabalhadores em educação de terceiro grau público de Curitiba, região metropolitana e litoral do estado do Paraná - SINDITEST-PR

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação Geral	3	2	1
Coordenação de Administração e Finanças	2	1	1
Coordenação de Formação Política e Sindical	2	2	
Coordenação de Comunicação e Imprensa	2		2
Coordenação de Organização por Local de Trabalho	4	3	1
Coordenação de Educação	2		2
Coordenação de Políticas Sociais e Culturais	2	1	1
Coordenação de Assuntos Jurídicos e Relações de Trabalho	2	2	
Coordenação de Saúde do Trabalhador	2		2
Coordenação de Combate às Opressões	2	1	1
Coordenação de Aposentados e Pensionistas	2	1	1
TOTAL		13	12

Fonte: <http://www.sinditest.org.br/diretoria>

Tabela 37 - Composição coordenação/direção Associação Classista do Pessoal Técnico-administrativo da FURG - APTAFURG

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação Geral	3	1	2
Coordenação Administrativa e Financeira	3	3	
Coordenação de Formação Política e Sindical	3		3
Coordenação de Divulgação e Imprensa	3	2	1
Coordenação Jurídica e Patrimonial	2		2
Coordenação de Cultura Esporte e Lazer	2		2
TOTAL		6	10

Fonte: <http://www.aptafurg.org.br/>

Tabela 38 - Composição coordenação/direção Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre ASSUFRGS

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação Geral	3	2	1
Coordenação Administração e Finanças	2	1	1
Coordenação de Educação Política e Sindical	2	1	1
Coordenação de Saúde e Segurança do Trabalhador	2	1	1
Coordenação de Divulgação e Imprensa	2	1	1
Coordenação de Cultura, Esporte e Lazer	2	1	1
Coordenação Jurídica e Relação de Trabalho	2		2
Coordenação de assuntos de aposentadoria	2		2
TOTAL		7	10

Fonte: <http://www.assufrgs.org.br/coordenacao/>

Tabela 39 - Composição coordenação/direção Campus da Universidade Federal de Santa Maria - ASSUFMS

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação Geral	3	1	2
Coordenação Financeira e Patrimonial	2	1	1
Coordenação Formação Política e Sindical	2		2
Coordenação Assuntos de Aposentadoria	2	1	1
Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho	2		2
Coordenação de Secretaria	2	1	1
Coordenação de Esporte, Cultura e Lazer	2	2	
TOTAL		6	9

Fonte: <http://assufsm.ufsm.br/institucional>

Tabela 40 - Composição coordenação/direção Associação Servidores da Universidade Federal de Pelotas -ASUFPeI

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação geral	3	1	2
Coordenação administrativa e financeira	3	3	
Coordenação de formação política e sindical	2	1	1
Coordenação de divulgação e imprensa	2	1	1
Coordenação de esporte, cultura e lazer	2	2	
Coordenação jurídica e patrimonial	2	2	
Coordenação de assuntos de aposentadoria	2		2
TOTAL		10	6

Fonte: <http://asufpel.com.br/home>

Tabela 41 - Composição coordenação/direção SINDIPAMPA - Sindicato dos Servidores Técnico-administrativos em Educação da Universidade Federal do Pampa

Coordenações	Membros	Homens	Mulheres
Coordenação Geral	3	3	
Coordenação de Administração e Finanças	2	2	
Coordenação Jurídica, de Relações de Trabalho e Assuntos de Aposentadoria	1	1	
Coordenação de Imprensa e Divulgação	1	1	
Coordenação de Saúde do Trabalhador	1	1	
Coordenação de Formação Sindical	1	1	
TOTAL		9	0

Fonte: <http://sindipampa.blogspot.com.br/>

APÊNDICE B

Questionário Aplicado - ENGAJAMENTO DE MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL

Esse questionário faz parte da coleta de dados da pesquisa de mestrado da aluna Verônica de Barros Santos, do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira, professor Associado da Universidade Federal de Sergipe, no Departamento de Ciências Sociais.

Informamos que os respondentes não precisam se identificar e que esta pesquisa tem o objetivo, estritamente acadêmico e as respostas serão analisadas conjuntamente para que se garanta a confidencialidade.

Desde já, agradecemos a sua colaboração para o nosso estudo.

Há quanto tempo participa do movimento sindical?

Há menos de 3 anos

Entre 3 e 10 anos

Entre 11 e 20 anos

Há mais de vinte anos

Por que você se aproximou do sindicato?

Dificuldades no local de trabalho

Simpatia pela defesa das causas trabalhistas e sociais

Fui convidada por colegas ou amigos

Para acompanhar cônjuge, companheiro(a), namorado(a)

Outro:

Você costuma "fazer falas" nas assembleias, plenárias, atos do movimento?

Não

Fiz algumas vezes

Faço sempre

Você já fez ou faz parte da direção/coordenação do sindicato?

Não

Sim

Qual pasta/coordenação/diretoria você ocupa ou ocupou?

Outras mulheres faziam ou fazem parte da direção?

Não

Sim

Você enfrentou algum tipo de dificuldade ao se inserir no movimento, como rejeição a sua participação, a sua fala, as suas opiniões?

Não

Sim

Qual a sua faixa etária?

Entre 20 e 30

Entre 31 e 40

Entre 41 e 50

Entre 51 e 60

Mais de 61

Qual a sua escolaridade?

Ensino fundamental completo ou incompleto

Ensino médio completo ou incompleto

Ensino superior completo ou incompleto

Pós-graduação completo ou incompleto

Qual a escolaridade dos seus pais?

Ensino fundamental completo ou incompleto

Ensino médio completo ou incompleto

Ensino superior completo ou incompleto

Pós-graduação completo ou incompleto

Qual a sua profissão (cargo que você ocupa ou ocupou na instituição)? Você tem uma formação? Qual?

Com que idade começou a trabalhar?

Quanto tempo trabalhou ou há quanto tempo trabalha na instituição?

Menos de 3 anos

Entre 4 e 10 anos

Entre 11 e 20 anos

A mais de 20 anos

Você tem filhos?

Não

Sim

Quantos filhos você tem?

1

Entre 2 e 4

Entre 5 e 8

Mais de 8

Qual a faixa etária dos seus filhos?

Entre 0 e 5 anos

Entre 6 e 15 anos

Entre 16 e 20 anos

Mais de 21 anos

Qual o seu estado civil?

Casada

Solteira

Divorciada

União estável

Com quantos anos casou ou passou a conviver com o parceiro(a)? Há quanto tempo estão juntos(as)?

O seu parceiro(a) também faz parte de algum movimento sindical ou outro movimento social?

Não

Sim

Quem cuida dos afazeres domésticos da sua residência?

Você participa ou já participou de algum movimento social, além do movimento sindical?

Não

Sim

Qual a temática desse movimento?

Movimento Negro

Movimento Feminista

Movimento de Mulheres

Movimento LGBT

Movimento Ambientalista

Movimento Religioso

Movimento político como comissões, fóruns, conselhos, associações

Outro:

Você é filiado a algum partido?

Não

Sim

Se é filiado, também é ou já foi membro da estrutura administrativa do partido?

Não

Sim

Como você responde a seguinte máxima: LUGAR DE MULHER É:

Na luta

No lar

No lar e na luta

Onde ela quiser

Outro:

Em: https://docs.google.com/forms/d/1IAzccyFXdA7r0a_jCosG4Vr05KoSO_4WhvR-hpopU7w/edit?usp=drive_web.

ANEXO III

APÊDICE C

DIÁRIO DE CAMPO

1. Data e local da observação;
2. Tipo de atividade acompanhada;
3. Acolhimento do pesquisador;
4. Número de homens e mulheres presentes (média);
5. Fala dos homens e das mulheres;
6. Descrição com detalhes da atividade:
 - 6.1 Participação das mulheres;
 - 6.2 Conteúdo da fala das mulheres;
 - 6.3 Funções exercidas pelos homens e pelas mulheres na organização e no desenvolvimento da atividade; e
7. Reflexões e sentimentos que surgirem no momento da observação.

APÊNDICE D

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Essa entrevista faz parte da coleta de dados da pesquisa da aluna Verônica de Barros Santos, matriculada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do professor Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira, Professor Associado da UFS, no Departamento de Ciências Sociais. Esta pesquisa tem o objetivo, estritamente, acadêmico.

1 - Nome completo, idade e local de residência.

Infância/Adolescência

1 – Falar sobre a infância, a família, onde nasceu e lugares onde morou.

2 - A escolaridade e a profissão dos pais e dos irmãos.

3 – Algum familiar, amigo da família, vizinho ou alguém próximo tinha ligação com a política, com o movimento sindical ou outro movimento social?

4 – No ambiente familiar havia debates políticos sobre questões políticas do país ou locais?

5 - Percurso escolar, escolas que frequentou e se eram públicas ou privadas.

6 - Havia grêmio estudantil nessas escolas? Os estudantes se mobilizavam? Você participava das mobilizações?

7 – Lembranças de fatos político que aconteceram durante o seu percurso escolar. Discussões e debates sobre o assunto na escola ou na sua família?

8 - Era um estudante participante das aulas e das atividades da escola?

Formação:

1 - Continuidade aos estudos após os anos escolares. Descrição do percurso, mencionando cursos concluídos ou não.

Percurso ocupacional:

1 - Quando começou a trabalhar e qual foi a sua primeira ocupação (formal ou informal)?

2 - Empregos anteriores ao atual? Quais?

3 - Quando ingressou na UFS?

4 - Cotidiano de trabalho na UFS, sobre o cargo e as atividades desenvolvidas no dia a dia.

Vínculos familiares atuais:

1 – Falar sobre a vida no âmbito do lar, mencionar o estado civil, se tem filhos e a idade dos filhos.

2 - Com quem mora e quem cuida das atividades do lar e da família?

3 - O seu companheiro ou companheira participa do movimento sindical, de outro movimento social ou de algum partido político?

4 - Quantas jornadas considera ter? Quais são?

Vínculos e experiência política:

1 - Participa ou já participou, além do sindicato, de algum movimento social, partido político ou alguma instância social-participativa, como conselhos, fóruns, comitês?

2 - O contato com o SINTUFS.

3 - Já conhecia as pessoas da direção do sindicato antes de se aproximar?

4 - Teve contato com o movimento sindical antes de ingressar na UFS?

5 - Fale sobre o seu percurso e atuação no SINTUFS.

6 - Percurso no âmbito do sindicato. Quando e como ingressou na direção do sindicato?

7 - Pasta ocupa/ocupou e qual a atribuição desta e como foi feita a atribuição das pastas aos membros da direção?

- 8 - Há/havia outras mulheres na direção? Fale sobre a atuação delas.
- 9 - Como é/foi a sua participação/atuação nas atividades administrativas do sindicato e políticas do sindicato?
- 10 - Você participa/participou de atividades relacionadas ao sindicato fora do mesmo, seja na cidade ou fora dela?
- 11 - Quais atividades você exerce no sindicato?
- 12 - Você sente dificuldades para atuar? Se sim, de que tipo?
- 13 - Como se dá a relação entre homens e mulheres no sindicato?
- 14 - Quais são os temas/pautas que interessam a um sindicato? explique por quê?
- 15 - Quais os principais desafios do sindicalismo atualmente?

Discorrer livremente sobre os seguintes temas:

- 1 - Mulher na política
- 2 - Mulheres no movimento sindical
- 3 - Cotas e paridade representativa
- 4 - Feminismo
- 5 - Machismo
- 6 - Você gostaria de mencionar algo?
- 7 - Falar sobre a experiência em participar do estudo.